

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARLAINE LOPES DE ALMEIDA

**LEYDA RÉGIS: REMINISCÊNCIAS DE FORMAÇÃO
INTELECTUAL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM SERGIPE**

São Cristóvão – SE
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**LEYDA RÉGIS: REMINISCÊNCIAS DE FORMAÇÃO
INTELECTUAL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM SERGIPE**

MARLAINE LOPES DE ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas.

São Cristóvão – SE
2009

Marlaine Lopes de Almeida

**LEYDA RÉGIS: REMINISCÊNCIAS DE FORMAÇÃO INTELLECTUAL E ATUAÇÃO
PROFISSIONAL EM SÉRGIPE**



“De tudo isso o que imperou em mim foi o amor... O dinheiro era importante, mas a essência da arte de ensinar estava na formação!”

Leyda Régis.

A minha mãe Valderci, pelo amor e pela vida.

GRADECIMENTOS

Ainda que minha gratidão e reconhecimento transcenda a simplicidade das palavras que ora vos dirijo, ousarei algumas linhas como forma expressar meus agradecimentos.

A família Régis pela relação de confiança e credibilidade. A Vanda Régis, meus singelos agradecimentos pela atenção e carinho com que sempre me recebeu, assim como pela presteza em atender a todos os meus pedidos, disponibilizando toda a documentação e informações necessárias.

A minha orientadora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, uma pessoa humana e rara, que acompanhou com seriedade e compromisso meus anos de formação no Mestrado, conduzindo a orientação com competência, disciplina, compreensão e firmeza nas horas certas.

Aos professores que contribuíram para o aperfeiçoamento deste trabalho, professora Dr^a Josefa Eliana Souza, pelas valiosas sugestões durante o Seminário de Pesquisa, ao Professor Dr. André Miguel Bérger, pelo interesse e olhar cuidadoso durante o processo de qualificação. Ao Professor Charlinton Machado pela satisfação demonstrada em aceitar o convite para participar da banca de defesa e pelo entusiasmo em ler e analisar a dissertação.

Ao Professor Doutor Jorge Carvalho do Nascimento, pelo estímulo acadêmico e pelas contribuições ao longo do meu trajeto de pesquisa.

Aos Professores do Mestrado em Educação Maria Helena, Sônia Meire, Paulo Neves, Eva Maria e Itamar Freitas.

Aos funcionários Geovânia e Edson, pela prontidão e simpatia.

Aos professores do Departamento de Educação Física, em especial a Sérgio Doreski, o primeiro culpado pela minha inserção no campo da investigação científica, que ao oportunizar as intervenções e direcionar as produções de maneira segura e precisa, através da disciplina Basquetebol, despertou-me o gosto pela pesquisa, e a Hamilcar, pela atenção e disposição e pelo incentivo ao meu crescimento intelectual.

A Professora Maria Lígia Madureira Pina pelo carinho e amizade.

As colegas da Academia Literária de Vida pela agradável companhia nas tardes de Domingo.

Luiz Antonio Barreto pelo cuidado e prontidão.

Aos funcionários da Escola Técnica, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Arquivo Público do Estado, do Instituto Tobias Barreto de Educação e Pesquisa, da Casa da Doméstica Dom Vicente Távora, do Oratório de Bebé, do Colégio Imaculada Conceição da cidade de Capela,

Ao Professor Francisco Viana pela disposição e alegria com que me recebia para as nossas longas e agradáveis conversas.

Aos companheiros do mestrado Damião, Fabio, Valdevânia, Fabiana, Anne Emile, Denize, Rosana, Maria do Socorro, Maria José, Josineide, Nadja e Paulo que durante essa caminhada compartilharam ideias e construíram histórias. A Sônia Pinto e Rodrigo Pereira por oportunizarem estender minhas competências acadêmicas ao âmbito profissional. A Neviton Felipe pela gentileza e disposição.

Por fim, a minha família, a quem dedico minhas conquistas: minha mãe Valderci e meus irmãos Anderson e Eurilande pelo amor, zelo e proteção.

SUMÁRIO

Lista de quadros	viii
Lista de figuras	ix
Resumo	x
Abstract	xi
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – PERCURSO BIOGRÁFICO	15
1.1 - Aspectos da trajetória de Leyda Régis	15
1.2 - Os estudos biográficos e os aportes teórico-metodológicos da pesquisa	25
CAPÍTULO II - TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DE UMA INTELLECTUAL NA ESCOLA NORMAL (1917-1920)	40
2.1 - Escola Normal, “Celeiro da intelectualidade sergipana”: representações da normalista Leyda Régis	43
2.2 - As colegas	44
2.3 - Tempo e espaço como aspectos da cultura escolar	49
2.4 - Aspectos da formação docente	55
2.5 - Os Professores	58
CAPÍTULO III - LEYDA RÉGIS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE	62
3.1 - Aspectos históricos da formação profissional em Sergipe e a Escola de Aprendizizes	62
3.2 - Leyda Régis: trajetória docente no ensino profissionalizante	66
3.2.1 - Processo de ingresso na carreira docente na Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe.....	68
3.2.2 - Quadro docente da Escola (1930 – 1964)	71
3.2.3 - Leyda: o ofício de Educar.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
FONTES	107
ANEXOS	111

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Docentes da Escola Normal (1917-1920).....	58
QUADRO II - Docentes do Curso de Cultura Geral	72
QUADRO III – Docente do Curso de Ofícios	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quartel da Polícia Militar.....	16
Figura 2 - Escola Normal	52
Figura 3 - Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe.	67
Figura 4 - Quadro docente da Escola de Aprendizes e Artífices.....	73
Figura 5 - Oficina de marcenaria da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe.	76
Figura 6 - Ambulatório da escola	79
Figura 7 - Leyda Régis em Aramari.	82
Figura 8 - Sala de aula	86
Figura 9 - Revista Sergipe Artífice.	88

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar, através de um estudo biográfico, a trajetória de formação docente e atuação profissional da intelectual sergipana Leyda Régis (1904 -1999). O referencial teórico metodológico está respaldado no aporte da História Cultural. Os conceitos e categorias analíticas de Ginzburg, Le Goff, Roger Chartier, Elias, Pierre Bourdieu, Sirinelli, Dominique Julia, e literaturas que versam sobre práticas da cultura escolar, formação e atuação docente, conduziram a sistematização, o direcionamento e desenvolvimento desta pesquisa. A trajetória da professora Leyda Régis ajuda-nos a compreender, através da sua formação e atuação no cenário educacional, as representações da História da Educação, profissionalização, campo de trabalho e ação social no século XX.

Palavras-chave: Leyda Régis, abordagem biográfica, formação intelectual, trajetória profissional.

ABSTRACT

The present study it has as objective to investigate, through a biographical study, the trajectory of teaching formation and professional performance of the sergipana intellectual Leyda Régis (1904 -1999). The metodological theoretical referencial is endorsed arrives in port in it of Cultural History. The concepts and analytical categories of Ginzburg, Le Goff, Roger Chartier, Elias, Pierre Bourdieu, Sirinelli, Dominique Julia, and literatures that turn on practical of the pertaining to school culture, formation and teaching performance, had lead the systematization, the aiming and development of this research. The trajectory of the teacher Leyda Régis helps to understand it us, through its formation and performance in the educational scene, the representations of the History of the Education, professionalization, field of work and social action in century XX.

Key-words: Leyda Régis, biographical boarding, intellectual formation, professional trajectory.

INTRODUÇÃO

A motivação para este estudo surgiu do meu percurso acadêmico, no decorrer do qual desenvolvi uma pesquisa sobre a participação da mulher no cenário esportivo e social de Aracaju, através da fundação do Club Sportivo Feminino. Esta investigação culminou na construção da monografia intitulada “Práticas Esportivas em Aracaju no início do século XX: um estudo sobre a participação da mulher¹”. O levantamento das fontes permitiu identificar, por meio de jornais, revistas, discursos, memórias, currículos, estudos biográficos, dentre uma vasta documentação encontrada, a presença de mulheres que despontaram como pioneiras de diversas instituições em Sergipe.

Das mulheres envolvidas com o Club Sportivo Feminino, somou-se um total de 100 agremiadas. Os resultados da pesquisa trouxeram à tona um grupo de mulheres intelectuais², que, através de suas representações, firmavam sua presença em diversas dimensões sociais no início do século XX, tanto na educação como na literatura, manifestações sindicais, movimentos feministas, participação em eventos festivos e de cunho filantrópico, atividades esportivas, dentre outras práticas.

Diante das potencialidades das fontes, uma gama de objetos de estudo que versam sobre a figura feminina emergiu, despertando um interesse maior em estudar as

¹ Cf. ALMEIDA, Marlaine Lopes de. **Práticas esportivas em Aracaju no início do século**: um estudo sobre a participação da mulher. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe / Departamento de Educação Física, 2004. (Monografia de Licenciatura em Educação Física). Orientada pelo professor Jorge Carvalho do Nascimento.

² A noção de intelectual, neste estudo, deve ser compreendida a partir de duas definições apontadas por Sirinelli (1996): “[...] uma, ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ da cultura. [...] uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos –, testemunhas ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende.” (SIRINELLI, 1996, p. 242 - 243). Valorizo ainda a compreensão de intelectual moderno a que se refere Vieira (2007), muito próximo da concepção de Sirinelli (1996), ao caracterizar o intelectual moderno pela sua identidade social, ou seja, por um sentimento de pertencimento a estrato ou a grupo social específico (intelligentsia), que se caracteriza pela sua competência, familiaridade e/ou formação para lidar com a cultura, seja ela artística, filosófica, científica ou pedagógica; sentimento de missão social, refletido no empenho e engajamento político; defesa da centralidade da questão educativa/formativa no projeto moderno de reforma social.

representações culturais desenvolvidas pelas mulheres, principalmente no que diz respeito as suas estratégias para ter acesso às práticas de lazer no final do século XIX e primeiros anos do século XX. Pretendia investigar se as mulheres desse período envolviam-se com práticas educativas, atividades permitidas e bem aceitas para atuação feminina, como uma estratégia de deslocarem-se aos espaços públicos com a finalidade de desfrutar do ócio, do lazer e da vida pública de maneira geral. No entanto, retomar o século XIX implicava compreender as configurações³ sociais daquele período e a mentalidade que circulava. Tal procedimento dispersaria o projeto inicial de estudo, voltado para as representações das primeiras décadas do século XX, momento marcado pela ruptura com o passado e que se caracterizou pelas mudanças desencadeadas pela urbanização e novas possibilidades de criação cultural, emergindo num processo de modernização⁴. Um outro fator também implicaria a ampliação do recorte temporal, que seria o de abranger um grupo maior de indivíduos, o que afastaria ainda mais o foco centrado nas mulheres que participaram do Club Sportivo Feminino.

Tentei então concentrar meus esforços detendo-me nas práticas sociais e educativas desenvolvidas pelas mulheres no início do século XX. Procurei entender os significados das ações de mulheres que vivenciaram o cenário público sergipano e investigar a formação e atuação profissional delas. Este aspecto levaria a refletir sobre a questão dos posicionamentos de resistência e das estratégias criadas para transpor o âmbito privado em busca de espaços e formas de reconhecimentos no mundo público.

Assim, concluindo a graduação em Educação Física, em dezembro de 2004, dei continuidade ao trabalho de coleta de dados, organização e seleção de fontes, em diferentes arquivos, com o intuito de mapear a formação, atuação profissional e projetos sociais desenvolvidos pelas mulheres que participaram do Club Sportivo Feminino.

³ Para Elias (2001), a figuração/configuração permite perceber as relações entre indivíduo e sociedade, pois, “na análise das figurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais variados tipos e que formam entre si figurações específicas, em virtude de suas interdependências. [...] Na maior parte das vezes, as figurações que os indivíduos formam em sua convivência mudam bem mais lentamente do que os indivíduos que lhes dão forma, de maneira que homens mais jovens podem ocupar a mesma posição abandonada por outros mais velhos. Assim, em poucas palavras, figurações iguais ou semelhantes podem muitas vezes ser formadas por diferentes indivíduos, ao longo de bastante tempo; e isso faz com que tais figurações pareçam ter um tipo de ‘existência’ fora dos indivíduos. [...] aqui e agora, os indivíduos singulares que formam uma figuração social específica entre si podem de fato desaparecer, dando lugar a outros; entretanto, seja como for essa substituição, a sociedade, e com isso a própria figuração, será sempre formada por indivíduos” (ELIAS, 2001, p. 51).

⁴ Sobre a modernização da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX, consultar entre outros: SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos primeiros anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Todavia, realizar o levantamento de 100 mulheres tornou-se metodologicamente inadequado para uma Dissertação de Mestrado. Outros fatores contribuíram para delimitar o objeto de estudo, como, por exemplo, a escassez de fontes que apontassem pistas sobre algumas das agremiadas, pois havia muitas lacunas e omissões na imprensa periódica, e muitos familiares já não se encontravam em Sergipe, aspectos que dificultaram o acesso aos vestígios deixados por essas mulheres.

Durante a coleta de dados para a pesquisa monográfica, conseguimos localizar a família Régis, da qual eram membros duas agremiadas: Cesartina Régis (1890 – 1980) e Leyda Régis (1904 – 1999), cujos parentes tiveram o cuidado de preservar registros importantes sobre suas vidas. No marco temporal que abrangeu o estudo sobre o “Club Sportivo Feminino”, Cesartina Régis já era diplomada farmacêutica, atuava em diversas instituições sociais⁵ e foi a principal articuladora do Club Sportivo Feminino, e, juntamente com o Almirante Aminthas José Jorge⁶ e o Capitão dos Portos Oscar Alberto Lins de Azevedo⁷, inaugurou em setembro de 1919 essa Instituição. Leyda não participou da sua fundação, e seu nome apareceu posteriormente em fotografias com o fardamento do time, em manchetes esportivas e relatos de organização de eventos e festas ligadas ao clube.

Sobre Cesartina Régis, além das informações nos jornais e da documentação cedida pela família, foram encontrados estudos em torno da sua formação e história de vida, realizados por Maria Lígia Madureira Pina, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

⁵ Sobre a trajetória de Cesartina Régis, consultar: ALMEIDA, Marlaine Lopes de. **Práticas esportivas em Aracaju no início do século**: um estudo sobre a participação da mulher. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe / Departamento de Educação Física, 2004. (Monografia de Licenciatura em Educação Física). ; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. A História da Educação em Sergipe e as mulheres diplomadas. In: **SEMANA DE HISTÓRIA**, 7., 2004, São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe – Centro de Ciências Humanas, Departamento de História, 2004. p. 131 – 141.; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Garimpando registros, reconstruindo trajetórias**: mulheres sergipanas na Primeira República. Campinas: Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas, 2001, (Exame de Qualificação).; LERMEN, Denise Maria. **A História de Cesartina Régis**: uma mulher à frente de seu tempo. Aracaju, 2003.94f, Monografia (graduação em Comunicação Social) Universidade Tiradentes.; PINA, Maria Lígia Madureira. **A mulher na História**. Aracaju: s.n.t. 1994.

⁶ Sobre o Almirante Aminthas José Jorge, consultar: ALMEIDA, Marlaine Lopes de. **Práticas esportivas em Aracaju no início do século**: um estudo sobre a participação da mulher. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe / Departamento de Educação Física, 2004. (Monografia de Licenciatura em Educação Física). ; SIMÕES, Juliano. Almirante Amintas José Jorge. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 24. Edição Especial, 1960. Vol. XIX. p. 56.; Centenário do Almirante Amintas Jorge. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 24. Edição Especial, 1960. Vol. XIX. p. 38-41. <http://www.cpse.mar.mil.br/meiocomandantes.htm> acessado em 1º de dezembro de 2003.

⁷ Sobre o Capitão dos Portos José Alberto Lins de Azevedo consultar: <http://www.cpse.mar.mil.br/meiocomandantes.htm> acessado em 1 de dezembro de 2003.

e Denise Lermen. A partir dessas investigações, foi possível construir um perfil biográfico para a composição da monografia da graduação citada anteriormente.

Quanto à Leyda Régis, conseguimos localizar sua documentação e arquivos pessoais junto à família residente em São Paulo, como cartas, diários, poesias, novelas, discursos, recordações em torno das práticas educacionais do ensino profissionalizante, fotografias, dentre outras fontes. O fato de ainda não haver estudos específicos sobre Leyda Régis e a variedade de fontes encontradas fizeram-me vislumbrar as potencialidades de uma investigação em torno de sua formação e suas práticas educacionais. Assim, passei a centralizar o foco do estudo na figura de Leyda Régis, uma vez que ela preenchia os requisitos iniciais do projeto: uma agremiada do Club Sportivo Feminino, pioneira em diversas instituições de cunho educativo e social, e ainda por não ter sido estudada na perspectiva de um trabalho acadêmico, somando-se ao fato de ser a agremiada com maior quantidade de fontes localizadas até o momento, além de ter sido importante professora na Escola de Aprendizes e Artífices e uma intelectual atuante.

Um acontecimento que contribuiu para o enriquecimento do estudo foi a minha inclusão no Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação do Núcleo de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe. Este fato auxiliou minha investigação, encaminhando-a para um estudo específico e sistematizado, motivando uma produção e divulgação de artigos em torno do objeto, contribuindo com um suporte teórico-metodológico através de leituras, discussões, seminários e reflexões direcionados à História da Educação, além de instrumentalizar o estudo com o aporte de conceitos e categorias do pensamento educacional, político e social. Procuramos fazer uso das proposições da Nova História Cultural para investigar a trajetória de Leyda Régis através do uso dos documentos/monumentos e memórias.

Para Le Goff (1984), a memória deve evocar todas as formas de representações do homem, seus vestígios culturais, educacionais e sociais. A memória legitima as tradições e constitui a História, tanto pelo culto público quanto pelo armazenamento de informações no tempo, a riqueza dos arquivos, dos documentos/monumentos e das práticas que fazem compreender as relações de desenvolvimento das sociedades. Nesses termos, Le Goff (1984) reporta-se à memória como um elemento essencial indicador da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Essa é uma das premissas que alimenta este estudo, que tem como objetivo investigar, através da abordagem biográfica, a história da intelectual sergipana Leyda Régis. Nesse sentido, a trajetória da professora Leyda Régis ajuda-nos a compreender, através da sua formação e atuação no cenário educacional, as representações da História da Educação, além de mostrar os caminhos trilhados pelas mulheres para ter acesso à educação, profissionalização, campo de trabalho e ação social no século XX. Investigar a trajetória de mulheres que despontaram como intelectuais no século XX traz à tona a compreensão da atmosfera que vivenciaram, o modelo de educação que experienciaram, as competências que lhes eram exigidas e que espaços foram criados que possibilitaram serem lembradas como representantes intelectuais de uma determinada época.

Ao estudar a formação intelectual da elite sergipana (1822-1889), Silva (2006) aproximou-se do significado da legitimação do status de “intelectual”, levando em consideração o tempo-espaço no qual o indivíduo estava situado.

Para Silva (2006), a legitimação da intelectualidade sergipana ocorreu em dois momentos: o primeiro foi o da geração gestadora dessa intelectualidade, em seu estudo, representada por 400 indivíduos atuantes em diversos âmbitos profissionais que se impuseram em um momento de poucos letrados, e sendo, por conseguinte, aceitos e reconhecidos como pertencentes a uma elite cultural. O outro momento foi marcado pela busca de uma mentalidade coletiva através dos intelectuais monárquicos, que levantaram e puseram em cena a geração posterior, formando assim um novo grupo de intelectuais de identidade republicana.

As mulheres que despontaram no cenário intelectual, cultural, esportivo, social e político em Sergipe no século XX representaram uma geração fruto dessa intelectualidade monárquica, que, por sua vez, constituiu uma elite detentora do conhecimento.

Essas elites, compreendidas por Sirinelli (1997, p. 274.) como “elites culturais”, definem-se, especialmente, pelo seu poder de influência, isto é, de ressonância e de amplificação, repercutidas na sociedade pela legitimidade das tomadas de decisão e ações relevantes em matéria cultural. O autor utiliza alguns critérios para definir o limiar de pertencimento dos indivíduos a essas elites. Ao propor uma definição empírica de um homem de cultura, Sirinelli (1997) classificou os indivíduos em duas categorias: os criadores e os mediadores.

Para Sirinelli (1997), entre as elites de criação cultural estão os sujeitos que participam na criação artística e literária ou no progresso do saber. Neste grupo

incluem-se os indivíduos que gozam de notoriedade, que pode ser fugaz ou póstuma (de reconhecimento rápido ou tardio); reconhecimento dos contemporâneos e extensão da obra. Já os mediadores culturais são os que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos da criação e do saber. Destacam-se pela capacidade de ressonância e amplificação, ou seja, pelo poder de influência.

O reconhecimento, tanto dos criadores quanto dos mediadores culturais, é conformado em um primeiro momento de forma endógena. Isso ocorre devido às resistências e pressões que cada grupo encontra ao tentar legitimar seus pensamentos, suas produções, percepções e formas de dissipação dos saberes. Uma vez que estes tenham sido admitidos no interior de cada grupo, por meio dos méritos atribuídos e aceitos entre seus pares, que por sua vez também são seus concorrentes, exteriorizam seus dispositivos para que sejam refletidos e aceitos na sociedade de forma qualificada e, se possível, institucionalizada.

Essa simbologia de estratificação intelectual ligada ao domínio das letras e a ideia de pertencimento a grupos de elites culturais, assim como a possibilidade de inserção no âmbito público, seja pelo poder de ressonância ou pela produção cultural, permitiram que muitas mulheres sergipanas se enquadrassem em grupos de intelectuais do período republicano. Essa condição tornou-se possível devido ao reconhecimento via formação. Neste ponto, a escola desempenhou um papel fundamental, por garantir e legitimar a competência, materializada pela posse do diploma, fator essencial na repercussão da imagem social, principalmente por oportunizar a proximidade com o mundo intelectual masculino e a ocupação feminina de espaços públicos de visibilidade.

A investigação de alguns aspectos da dinâmica de grupos que trabalharam no sentido de oportunizar às mulheres participarem efetivamente como protagonistas dos processos sociais funcionou como uma tentativa de romper com as regularidades do cotidiano que estavam estabelecidas como lugares historicamente reservados ao sexo masculino.

Muitos foram os ambientes pensados e bem elaborados pelas mulheres e entusiastas da emancipação feminina para promover canais possíveis de acesso das mulheres ao universo das elites culturais. O próprio Club Sportivo Feminino funcionou como uma instituição que fomentava espaços de convivência. Tal fato é perceptível ao analisar as configurações estabelecidas nas festas organizadas pela agremiação. As festas eram veiculadas ao conhecimento da sociedade pelos jornais que circularam em

Aracaju, os quais pontuavam o brilho das festas e os grupos de elites que a elas se fariam presentes.

O victorioso Club Sportivo Feminino levará a efeito, amanha à noite, no salão superior da Bibliotheca Pública, uma esplendida festa lítero-dançante musical, cujo preço do ingresso é diminutíssimo. Tomarão parte os seguintes intellectuais e artistas, todos de escola aracajuana: Dr. Edson Ribeiro, Dr. Álvaro Silva, Godofredo Diniz, acadêmico Clodomir Silva, professor Artur Fortes, Candoca Jorge, Dr. Porto Carrero, Laura Fernandes, Laura Rocha e Joaquim Fernandes. São estas as comissões, de recepção D. Leopoldina Porto Carrero, Consuelo Paes, Nanoca de Souza e Silva, Aracy Paes Fontes, Antonieta Bessa e Annita Ribeiro; de ornamentação: Senhorita Coralia Calazans, Leyda Régis, Aristhéa Phidias, Iracema Assis, Zuzu Fernandes e Eurídice Assis; directoras de salão: senhorinha Candoca Jorge, Casartina Régis. (CORREIO DE ARACAJU, 30 de novembro de 1923. nº 49 p. 1, anno XVIII.)

Os eventos promovidos pelo clube eram sempre noticiados como festas esplêndidas da sociedade sergipana. No exemplo da seção publicada pelo Correio de Aracaju, a manchete deixava implícitas as condições de acesso. Embora o anúncio parecesse convidativo, pelo preço “diminutíssimo” do ingresso, pontuava o lugar no qual aconteceria a festa, em um dos salões mais requintados da cidade, em que a circulação dos indivíduos requisitava, além do valor em espécie para entrada, trajes adequados para um baile noturno. Esse dado permite-nos inferir que a entrada era uma condição restrita a grupos minoritários da sociedade aracajuana. As manchetes instigavam o desejo de pertencimento, de compartilhar espaços privilegiados, a que estariam presentes intelectuais e indivíduos de status cultural notório.

Annunciado como estava, realizou-se antehontem, no salão da Bibliotheca Pública, a festa lítero-musical dançante do victorioso Club Sportivo Feminino, a mais chic aggremação desportiva de Sergipe, cujas festas se revestem sempre ao máximo brilhantismo, [...]. Porto Carrero em evidência com o seu violino conhecedor da arte de Paganini, a ilustre musicista executa magistralmente <<Doris bebé>> e qual seria a criança que não adormecesse naquelles acordes. Godofredo Diniz, com dicção eloquente e arrebatada, <<entrem>> diálogo psicologico e ao mesmo tempo humorístico com uma senhorinha, promettendo a Delegacia fiscal para sede do <<Feminino>>... quando fosse deputado. Artur Fortes, empolgante e brando, lê três esplendidas madrigaes por elle traduzidos de poeta espanhol. Leyda Régis, chistosa e satírica, faz suave e agudo commentário sobre o <<Serenito>>. Cecinha Mello, com sua arte de falar reconhecida, diz excellentes versos. Dr. Porto Carrero volta a

deliciar o auditório com o seu violino mágico, tocado <<Serenata Coquette>>. Joaquim Fernandes, com voz sonoríssima, canta a canção sentimental <<Povera mama>>. Clodomir Silva, o irresistível obriga a assistência à hilaridade com a sua chronica folklorista. Candoca Jorge, sentimental e expressiva, com esplendida voz conta <<Los ojos negros>>. Laura Rocha caricatura a giz Dr. Porto Carrero, senhorinha Zuzu Fernandes e Clodomir Silva. Os acompanhamentos a piano foram todos feitos impecavelmente pela senhorinha Laura Fernandes. A parte lítero-musical foi portanto, de magnífico e inescedível êxito. [...]. A directoria de salão por toda parte dava ordem e... ordens. Distincção, é a maneira de caracterizar as gentis componentes do Club Feminino, gentis, inteligentes e formosas. [...]. (CORREIO DE ARACAJU, 2 de dezembro de 1923. nº 51 , anno XVII).

As edições consecutivas dos jornais pontuavam com detalhes as configurações das festas. As manchetes acompanhavam as atividades, relatando a participação e desenvoltura, assim como as temáticas artísticas apresentadas pelos protagonistas. As apresentações variavam de pinturas de caricaturas a composições musicais, traduções de obras de língua estrangeira, recitação de poesias, declamações, crônicas e relato de percepções acerca dos lugares ocupados por cada indivíduo na sociedade. O comentário exposto por Leyda Régis sobre o “Serenó” demonstrou a leitura crítica dos posicionamentos sociais. Na sua crônica, o “sereno” representava aqueles que estavam do lado de fora, simbolizando os sujeitos que não participavam efetivamente dos espaços culturais estabelecidos.

A imprensa aracajuana recebia inúmeros convites para participar e, logicamente, fazer a cobertura desses eventos. O ato em si era interessado, o jornal funcionava como um instrumento eficaz, legítimo e de grande poder de amplificação social, fazendo ressoar as diversas formas de manifestações femininas nesses eventos, pois as festas da agremiação firmavam-se como momentos oportunos para expor talentos e criações culturais das mulheres.

O uso de uma instituição feminina, no caso, um clube esportivo para mulheres, além de promover a participação em atividades esportivas, funcionou como uma estratégia autêntica para a mulher adentrar em diversos espaços. Estando a instituição já estabelecida, reconhecida, próspera e estruturada para oferecer conforto e “glamour”, tornou-se uma opção de lazer almejada pela elite aracajuana. Os espaços dos eventos tomavam uma configuração propícia para expressar o alcance das mulheres ao mundo da cultura, principalmente em se tratando do poder de produção literária, da capacidade de expor com clareza, lógica e elegância a escrita feminina.

Muitas foram as mulheres letradas do final do século XIX e início do século XX que fizeram uso racional dos acessos aos espaços de convivência social, como a escola, os clubes, os cafés, dentre outros, para expor suas produções literárias e artísticas. Nesses ambientes faziam demonstrações da capacidade de crítica política e social através de suas composições. A escrita das mulheres passou a ser uma atividade apreciada e por vezes requisitada em festas e saraus, como forma de conferir ao ambiente a leveza e ternura da presença feminina.

O próprio ato da escrita constituiu-se em um canal tangível para a mulher demonstrar o alcance à esfera do saber, como também uma forma possível de se colocar e registrar suas concepções de mundo.

Machado (2005), em seu trabalho “A dimensão da palavra: práticas de escrita de mulheres”, traz uma contribuição importante ao investigar as práticas de escrita das mulheres. Em seu estudo buscou compreender como as mulheres agem, pensam e como são as representações em torno de suas experiências na família, na igreja, na política e nos espaços que se constituem numa maneira particular de convivência na sociedade.

Para Machado (2005), as práticas de escritas das mulheres analisadas em sua pesquisa são táticas⁸ que lhes permitem escapar silenciosamente da ordem estabelecida pela dominação masculina e fazem também parte da vida social. No entendimento do autor, os diversos escritos de mulheres são testemunhos que se expressam em táticas que viabilizaram a inserção feminina na esfera do saber e revelam um vasto território de relações cotidianas enquanto instrumento entre o real e suas representações. Os textos de autoria feminina ilustram práticas cotidianas, espaços de enfrentamento, resistências, acessos ao mundo público, valores socioculturais, e expressam as relações de convivência na sociedade.

A percepção do poder da escrita levou muitas mulheres a produzirem diversas formas de textos e adotarem essa prática como mais uma forma de legitimar-se como intelectuais. Neste sentido, iniciaram uma corrida em busca de espaços de

⁸ A partir de Certeau, Machado (2005, p. 33) compreende que as táticas são utilizadas como modo de agir para reverter às estratégias do poder dos mais fortes na sociedade. As táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresentam e também dos jogos que introduzem nas fundações de um poder. A tática, como arte dos fracos, é a tentativa constante de inverter a posição de poder dos mais fortes. A tática caracteriza-se pelas suas astúcias criativas de utilização do tempo: gestos hábeis do fraco, na ordem estabelecida pelo forte, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos.

ressonância, crescendo, assim, o interesse para editar suas produções, seja em forma de livros, artigos em revistas, compilações de poesias ou nas seções dos jornais.

Muitas fizeram o uso do diploma, do reconhecimento da competência intelectual, dos contatos, e até mesmo das oportunidades de criarem impressos oficiais nas instituições em que atuaram, a fim de que suas produções se tornassem conhecidas e reconhecidas.

Apropriar-se dos dispositivos lançados à educação feminina, em específico, os elementos da cultura escolar, e adequá-los ao campo profissional foi uma estratégia bem sucedida, permitiu que as mulheres estendessem as habilidades intelectuais desenvolvidas na escola através do currículo de formação ao âmbito profissional, ampliando assim, o campo de visibilidade das práticas e espaços de atuação.

A temática das práticas da cultura escolar foi privilegiada no segundo capítulo deste trabalho, intitulado “Trajetória de uma intelectual na Escola Normal (1917-1920)”, Segmento no qual foram reconstruídas as representações da experiência escolar de Leyda Régis na Escola Normal, destacando sua convivência com as colegas, aspectos da formação docente, os perfis de professoras e professores e o discurso educativo presente na arquitetura da instituição. Para tanto, tomamos como fonte principal um discurso-depoimento⁹ proferido pela professora Leyda Régis, em 21 de outubro de 1970, elaborado para a ocasião da comemoração do primeiro centenário de fundação da Escola Normal.

Tive acesso ao discurso no primeiro semestre do ano acadêmico de 2002 da Universidade Federal de Sergipe, quando estava iniciando a pesquisa sobre o Club Sportivo Feminino. Foi o primeiro documento específico que versava exclusivamente sobre Leyda Régis. Àquele momento centrava meus esforços no levantamento de fontes que me possibilitassem a compreensão dos primórdios do esporte em Sergipe e da presença e participação da mulher no cenário esportivo aracajuano. Até então, havia apenas conseguido alguns nomes de mulheres que se organizavam para praticar atividades esportivas, dentre os quais estava o de Leyda Régis.

Como foi afirmado anteriormente, ao concluir a graduação dei continuidade ao levantamento das fontes, no ano de 2004 tive a oportunidade de viajar para São Paulo. Fui ao encontro da Família Régis, e na casa da sobrinha de Leyda, Vandete Amélia Régis Lima – Vanda – localizei documentos significativos, como cadernos de

⁹ Cf. Anexo I.

anotações, cadernos de poesias, novelas, contos, discursos, notícias de jornais, revistas, livros, cartas, homenagens, portarias, declarações, certificados, diplomas, álbuns, fotografias, entrevistas e filmagens em VHS, entrevistas em fitas K7, medalhas, placas de condecoração, registros institucionalizados de designações honrosas, entre outros registros.

Encontrei ainda, junto ao acervo, várias versões do Discurso-Depoimento que Leyda havia elaborado para comemoração centenária da Escola Normal, muitas em folhas dispersas, trechos incompletos escritos em papel pautado, ofício, folhas de caderno, a maioria manuscrita, outros datilografados. Em algumas versões, o texto estava completo; em outras apenas alguns tópicos. A textura, qualidade e o estado em que se encontravam os papéis deixavam perceber que foram anotados em períodos diferenciados, e sempre com a mesma caligrafia, embora em alguns registros a letra aparecesse mais trêmula.

A primeira versão do Discurso-Depoimento que encontrei em 2002 foi reconstituído em 1992 por solicitação de Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas para compor um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e ingresso no magistério na primeira metade do século XX. É importante perceber que esse documento rememora o discurso produzido em 1970, que por sua vez trata das lembranças dos anos de 1917 a 1920.

Ao comparar a reconstituição feita em Aracaju com os registros encontrados em São Paulo, percebemos que a reprodução seguiu fiel ao texto elaborado e proferido no ano de 1970. O Discurso-Depoimento repetido diversas vezes em diferentes formas de anotações por Leyda Régis remeteu-nos à reflexão de Ecléa Bosi (1994) sobre a memória-hábito, e também a compreensão de Mignot (2002) sobre a prática da escrita como uma estratégia “para se defender do esquecimento, inventariar o vivido”.

As vindas de Vanda Régis de São Paulo para Aracaju, foram os momentos propícios para as entrevistas e longas conversas, através das quais pudemos conhecer as relações familiares, o cotidiano e a intimidade do lar de Leyda Régis. Também foram realizadas entrevistas com Maria Lígia Madureira Pina, que, além de convivido, escreveu um perfil biográfico sobre Leyda em seu livro “A Mulher na História” (1994); com Francisco Viana, ex-aluno e posteriormente colega de trabalho na Escola Industrial de Aracaju; com José Eugênio, colega de trabalho na Escola Industrial de Aracaju, e com Lígia Oliveira Vieira, vizinha de Cesartina Régis. Na coleta de depoimentos, através dos contatos com colegas de trabalho, ex-alunos, familiares amigos e

contemporâneos, foi possível identificar elementos significativos da trajetória de Leyda Régis.

Na casa onde Leyda Régis residiu, em Aracaju, a partir do acesso permitido por sua sobrinha Vanda Régis, encontramos outros documentos também relevantes para compor o quadro de fontes, e localizamos alguns indícios que me levaram à busca de outras fontes. Até março de 2008, a residência de Leyda Régis, segundo sua sobrinha e familiares, foi mantida com os mesmos espaços, móveis e ornamentação que tinha na época em que ela morou nessa casa, onde se destacavam os móveis entalhados que, segundo um documentário produzido pelo Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação do Departamento de Ciências Sociais foram fabricados nas oficinas da Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe. Havia ainda, uma capela repleta de imagens de Santos e uma varanda ampla, projetada para o encontro com suas amigas¹⁰, em cuja parede se encontrava pregada a placa “Praça Leyda Régis”¹¹.

Outra etapa importante da pesquisa foi a localização de acervos iconográficos variados, nas instituições em que Leyda esteve presente, ilustrando as práticas, os espaços e os indivíduos. O acervo da Escola de Aprendizizes Artífices, ao qual só foi possível se ter acesso dois anos após a sua localização, constituiu uma chave importante para as análises. As fotografias da Escola de Aprendizizes Artífices retratam

¹⁰ A inauguração do espaço rendeu uma matéria no Jornal da Cidade, com o título: “Surgiu uma nova praça em Aracaju”, no qual foi publicado um discurso de Leyda Régis, elaborado para a ocasião. Cf. Jornal da Cidade, Aracaju, 22 de outubro de 1995. p.10.

¹¹ Local onde Leyda Régis juntamente com Maria Lígia Madureira Pina, Shirley Maria Santana Rocha, Maria Conceição Ouro Reis, Maria Hermínia Caldas, Cléa Brandão, Ivone Mendonça de Souza, Ângela Margarida Torres de Araújo, Adelci Figueiredo Santos e Josefina Cardoso Braz encontravam-se para a reunião que denominaram de “Hora Literária”, em homenagem a uma instituição que existiu na residência do Dr. José Calazans da qual Cesartina Régis fez parte; posteriormente a organização recebeu o nome de “Academia Literária de Vida”, onde Leyda se reunia todos os domingos por cerca de 10 anos, até o agravamento de sua saúde, promovendo missas, recitais lítero-musicais e compartilhando com suas amigas suas memórias. Após sua morte, a “Academia Literária de Vida”, nesse momento já institucionalizada, deu continuidade aos recitais, promovendo eventos, exposições das produções das suas associadas, dentre outras atividades, não mais na “Praça Leyda Régis”, mas nas residências de suas associadas e em espaços públicos. Com o intuito de conhecer de perto o grupo ao qual Leyda manteve um contato assíduo nos últimos 10 anos da sua vida, lancei-me ao contato para as entrevistas. As longas visitas semanais com a professora Maria Lígia Madureira Pina, a então Presidente da organização, rededeu-me um convite para conhecer de perto os encontros da “Academia Literária de Vida”. Após o terceiro encontro com as agremiadas recebi um segundo convite, desta vez para fazer parte do quadro dessa Academia. A partir desse momento as possibilidades de fontes e informações sobre Leyda Régis ampliaram-se de forma significativa, tanto pelo acesso aos registros pessoais que suas amigas guardavam cuidadosamente, como também pela possibilidade de conhecer o diálogo e o caráter das reuniões das quais Leyda Régis participou. Tornei-me então membro da “Academia Literária de Vida” desde dezembro de 2005. Dentre as atividades desenvolvidas a partir da minha participação, foi organizado no Teatro Atheneu um Recital Lítero-musical em homenagem a Leyda Régis, acompanhado de uma exposição em torno da sua vida e de suas produções.

os cenários dos processos desenvolvidos na escola, as oficinas, os eventos cívicos, as cerimônias de formatura, a equipe que constituiu o quadro profissional da escola no período estudado e em particular o envolvimento de Leyda na vida da instituição.

É essa busca de vestígios, como uma prática investigativa, e a leitura crítica de uma determinada realidade que fazem do historiador um pesquisador, pois, a ele cabe decifrar as minúcias dos fatos e ler o que não está posto em evidência. Para tanto, tem que reunir suas ferramentas e instrumentalizar-se de matrizes teórico-metodológicas, de forma que as escolhas das fontes e documentos, assim como o seu manuseio, sejam feitas através de um olhar crítico, constituindo assim seu papel:

O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é falso, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas, depois de estarem sujeitos a tratamento destinado a transformar a sua função de mentira, em confissão de verdade. (LE GOFF, 1984. p. 220)

É através do trato dado pelo historiador que é possível se produzir informações a partir de métodos interpretativos, centrados sobre resíduos e vestígios reveladores de verdades inscritas no tempo e no espaço. Assim, Ginzburg (1989, p. 156) afirma que as pesquisas qualitativas “têm por objeto casos, situações e documentos individuais, enquanto individuais, e justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade [...]”.

E nesse sentido, Demartini (2001) chama atenção para a finalidade da pesquisa, apontando para o seu objetivo primordial, que é o de conhecer um ou mais de seus múltiplos aspectos, utilizando para isso procedimentos investigativos que levam a determinados achados, que por sua vez não são verdades finais ou acabadas, mas que são o resultado possível em face dos pressupostos teóricos de que dispõe o pesquisador no decorrer dos dados analisados.

Além da consulta no acervo particular da Família Régis, dos amigos e contemporâneos de Leyda, foi necessário cumprir um cronograma de retorno aos arquivos. Entre os anos de 2005 e 2007 foram consultados os acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, do Arquivo Público do Estado, do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura, do Centro Federal de Tecnologia de Sergipe, da Casa da Doméstica Dom

Vicente Távora, da Liga Feminina de Combate ao Câncer; do Oratório Festivo São João Bosco e do Colégio Imaculada Conceição da cidade de Capela.

O levantamento resultou na reunião de 683 documentos, que foram individualmente submetidos a um trato específico. As imagens foram digitalizadas, muitos textos foram copiados manualmente, outros fotocopiados e digitados, fotografados. Os registros receberam uma ordenação cronológica, depois foram separados por temáticas, tiveram as informações redistribuídas, selecionadas, alocadas e compuseram variados quadros de fontes, pensados no sentido de sistematizar e orientar a consulta.

Diante da organização dos quadros de fontes foi possível visualizar uma gama de objetos a serem analisados e variados direcionamentos que poderiam ser dados ao estudo sobre a trajetória de Leyda Régis. Poderia analisar as redes de relações construídas no campo intelectual, social, político, religioso, esportivo e optar ainda pelo seu percurso de escritora e editora ou pelo viés do assistencialismo e filantropia, dentre outras possibilidades.

A opção foi pelo percurso de normalista, objeto do segundo capítulo, e atuação profissional no magistério na Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, temática que compõe o terceiro capítulo, intitulado “Leyda Régis: História e Memória do ensino profissionalizante em Sergipe: a Escola de Aprendizes Artífices”, em que analisamos alguns aspectos das práticas educativas desenvolvidas na instituição. Para tanto, selecionamos como fontes alguns discursos-depoimentos em que Leyda registrou seu olhar para o mundo em sua volta, a imagem das instituições pelas quais passou e as configurações formadas pelos indivíduos em espaços e lugares distintos, além das práticas e peculiaridades do cotidiano escolar. Para construir o primeiro capítulo fizemos uso dos documentos pessoais, certificados, diplomas, artigos de jornais, depoimentos e entrevistas para discorrer sobre aspectos da trajetória de formação familiar, social e escolarização inicial de Leyda Régis. Essa primeira aproximação com nossa biografada permitiu-nos compreender suas escolhas, e, as possibilidades de formação e legitimação de uma intelectual na sociedade aracajuana no primeiro e segundo quartel do século XX. Ainda no primeiro capítulo, aponto o caminho para construir um estudo biográfico e os aportes teórico-metodológicos que subsidiaram a pesquisa.

CAPÍTULO I

PERCURSO BIOGRÁFICO

1.1. Aspectos da trajetória de Leyda Régis

Leyda Régis foi um exemplo de mulher que gozou de um reconhecimento intelectual notório na sociedade sergipana. Fez parte da Associação Sergipana de Imprensa¹², teve sua produção intelectual publicada, foi colunista dos jornais “Gazeta de Sergipe”, “A Cruzada”, “Jornal da Cidade”; em revistas, contribuiu para a “Alvorada”, “Síntese”, e “Revista Sergipe Artífice”. Nesta última, Leyda foi um dos principais agentes que contribuiu para a sua criação.

Escreveu discursos públicos de homenagens, de saudações, de inaugurações e comemorações centenárias de importantes instituições educacionais, sociais e culturais em Sergipe. Escreveu novelas, poesias, quadrinhas, peças de teatro, partituras, depoimentos sobre o ensino profissionalizante, dentre outros textos, como relatórios e projetos para a educação profissionalizante em Sergipe que não chegaram ao conhecimento público. Da sua literatura foram editados “Bebé: subsídios para uma biografia” e “Retorno”.

Certamente a formação escolar, familiar, social e, principalmente, o engajamento em âmbitos em que circulavam elites culturais não só contribuíram como também foram decisivos para o aprimoramento intelectual e apropriação do hábito da escrita, fazendo com que esta prática perpetuasse ao longo da trajetória da vida de Leyda Régis.

Leyda presenciou, desde a sua infância e adolescência, um movimento muito expressivo do deslocamento da figura feminina em espaços delimitados à produção cultural e circulação de ideias educacionais, políticas e sócio-culturais. De forma marcante, acompanhou o envolvimento de sua irmã, Cesartina Régis, com a ocupação de cargos públicos no campo profissional, com a educação, política, filantropia e assistencialismo, práticas esportivas, movimentos femininos, dentre outros engajamentos, âmbitos nos quais Cesartina era solicitada para escrever pareceres,

¹² Leyda filiou-se a Associação Sergipana de Imprensa em 16 de dezembro de 1952, na qualidade de colaboradora do jornal “A Cruzada”, sob matrícula número 190. A condição de sócia estava subordinada a contribuição no valor de Cr\$ 40,00. Posteriormente contribuiu para o jornal “Gazeta de Sergipe” e “Jornal da Cidade”.

relatórios, discursos públicos. Constantemente ela era convocada e nomeada como oradora e representante oficial de instituições de poder representativo na sociedade.

Quando Leyda completou sete anos, sua irmã Cesartina retornava da Faculdade de Farmácia e Medicina do Rio de Janeiro, onde havia se diplomado em Farmácia. Chegando a Aracaju, participou intensamente da vida cultural, social e política da cidade.

Articulada com agentes da educação e do progresso de Sergipe, Cesartina envolveu-se com indivíduos que detinham o poder de decisão política e econômica, como também o domínio do fazer intelectual. Essas pessoas tinham privilégios e representatividade no cenário social sergipano. E ao lado destes, fundou instituições que contribuíram para que a cidade de Aracaju disponibilizasse de aparato educacional e cultural similar ao de que já dispunham as cidades brasileiras consideradas “modernas”. Em uma tentativa de oferecer à população espaços de lazer, de produção cultural e intelectual, de luta pelos direitos humanos e sociais, de acesso à educação e assistencialismo, Cesartina participou de instituições como a Escola de Aprendizes Artífices, o Instituto Profissional Coelho e Campos, o Club Sportivo Feminino, o Club Esperanto¹³, a Cruz Vermelha¹⁴ em Aracaju, a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo¹⁵, dentre outras.

Leyda ficou órfã de seu pai aos oito anos¹⁶, e Cesartina foi a responsável por sua formação e assumiu as funções de irmã e segunda mãe, fazendo com que Leyda a acompanhasse pelos espaços por onde circulou.

¹³ O Club Esperanto foi criado e presidido pelo professor Alcebíades Paes. Tinha sua sede instalada no prédio da Escola Normal, oferecendo os cursos noturnos de Português, Inglês, Aritmética, Álgebra, Escrituração Mercantil e Geografia. Os adeptos do Esperanto no Brasil formavam em 1908 dezoito grupos espalhados pelo País. Cf. ALMEIDA, Marlaine Lopes de. **Práticas esportivas em Aracaju no início do século**: um estudo sobre a participação da mulher. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe / Departamento de Educação Física, 2004. (Monografia de Licenciatura em Educação Física).

¹⁴ A Cruz Vermelha constituía-se em uma entidade que mobilizava mulheres de diversos estados brasileiros desde o início do século XX para confeccionar roupas para órfãos e doentes hospitalizados, além de assistirem com esses recursos os soldados durante a guerra. C.f. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **A “História da Educação em Sergipe” e as mulheres diplomadas**. In: SEMANA DE HISTÓRIA, 7., 2004, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe – Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de História, 2004. p. 131-142.

¹⁵ Para mais informações sobre a Liga Sergipense contra o Analfabetismo, Cf. SOUSA, Clotildes Farias de. **Por uma prática de luz**: a campanha da Liga Sergipense contra o analfabetismo (1916 – 1950). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

¹⁶ Leyda Régis nasceu em Aracaju, em 23 de fevereiro de 1904. Foi a quarta dos oito filhos de João Francisco Régis e Amélia Régis. Seu pai era entalhador de móveis e músico, com habilidade em vários instrumentos, regia a banda da cidade de Laranjeiras e era conhecido como Capitão João Régis. Sua mãe, natural de Laranjeiras, quando solteira chamava-se Amélia Guimarães, ao casar-se ocupou-se das tarefas do lar.

No depoimento concedido por Maria Lígia Madureira Pina¹⁷, há referências sobre as relações sociais¹⁸ que Leyda mantinha com as moças da sociedade, principalmente com relação às festas que frequentava, proporcionadas pelos contatos e acessos que Cesartina tinha nesses ambientes:

Ela tinha uma amizade muito pessoal com essas pessoas. Ela era muito amiga da filha do Presidente do Estado, como era o nome dele [...] Josino Menezes! Que foi quem colocou na cabeça de D. Cesartina de fazer farmácia as duas juntas, mas depois a outra desistiu, casou e não foi estudar em canto nenhum. Mas então ela tinha essas amigas, mas que não se aproveitava dessas amigas para interesse pessoal. [...] Ah! Tinha muitas festas no palácio do Governo que Leyda ia dançar [...]. Eram festas palacianas, frequentava bailes, dançou muito, tocou também, teve uma juventude muito alegre, em função das amigas de D. Cesartina, que era matriarca, e para onde ia levava os irmãos. Tudo isso! Então ela frequentava as grandes festas. Ela sempre falava de ‘Festas de Palácio’, ou da casa das pessoas, que naquela época era comum se fazer bailes, todo mundo tinha piano, todo mundo tocava piano, e se fazia [...], se dançava na casa do outro (PINA, Maria Lígia Madureira. Depoimento, 2005).

Ao acompanhar a irma nesses espaços, Leyda teve acesso a um ambiente que aspirava  formação intelectual das moças da sociedade aracajuana. Esteve ao lado das filhas, esposas e parentes próximos de um grupo de pessoas que se poderia considerar de grande prestígio social, aquelas que seriam as detentoras de diplomas de formação superior, indivíduos que tiveram acesso ao mundo civilizado e moderno através da valorização da educação e, por conseguinte, da atuação profissional, que foi possível, principalmente,  aquelas menos abastadas, pelas relações sociais que os parentes mantinham, no caso de Leyda, das redes de relações que Cesartina construiu.

Ao participar do Club Sportivo Feminino, em 1922, Leyda compartilhou espaços ao lado de mulheres que pertenciam a núcleos familiares de pais, tios e maridos

¹⁷ Cf. PINA, Maria Lígia Madureira. Entrevista concedida  pesquisadora Marlaine Lopes de Almeida. Aracaju: 19 de outubro de 2005.

¹⁸ Cf. Bourdieu (1998, p. 67): “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento ou, em outros termos,  vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econmico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõe o re-conhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econmico, cultural ou simbólico) que  posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado”.

cultos, reconhecidos pela sua produção intelectual e pela sua influência em diversos âmbitos sociais. Eram militares, políticos, médicos, professores, advogados, engenheiros e até mesmo pessoas que tinham uma posição na sociedade que gozavam de um status social, como os proprietários de terras, industriais e grandes comerciantes.

As mulheres que compuseram o quadro do Club Sportivo Feminino¹⁹ manifestavam-se através de uma individualização feminista, conquistavam a vida pública e apresentavam-se à sociedade como mulheres cultas. A maioria era professora e/ou escritora; algumas despontaram em sua formação obtendo o título superior, como Cesartina Régis, farmacêutica, e Laura Amazonas, dentista, além de outras profissões.

Estavam envolvidas em questões sociais, como a fundação de instituições de cunho intelectual e outras de fins assistencialistas, além de entidades de relevante importância na vida social e cultural sergipana, como: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Hora Literária, Club Esperanto, Liga Contra o Analfabetismo, Legião Feminina em Combate ao Câncer, Cruz Vermelha e Federação Sergipana pelo Progresso Feminino. Atuavam como membros dos quadros efetivos de instituições educacionais, dentre as quais estavam a Escola Normal, o Atheneu, a Escola de Aprendizagem Artífices, e o Instituto Profissional Coelho e Campos, além dos colégios particulares em Aracaju.

A rede de relações na qual Leyda esteve presente contribuiu para suas escolhas, seus posicionamentos e intervenções, por partilhar espaços com mulheres de vida social estabelecida e presenciar o esforço pela emancipação feminina e a conquista do espaço público via educação.

¹⁹ Compuseram o Club Sportivo Feminino as agremiadas: Amátide, Ana Maria Selmeidei, Ana Tavares da Motta, Aliete, Almerinda Góes, Anita Leite, Anita Ribeiro, Antonia Menezes, Antonieta Bessa, Aracy Paes Fortes, Aristela Phidias, Áurea Phideas, Beatriz Lobo, Berenice Chaves, Cândida Jorge, Cecília Courvelo, Celsa Almeida, Ceres Lopes, Ceres Araujo, Cesartina Régis, Conchita Souza Lacerda, Consuelo Menezes Pees, Corália Calazans, Dinorah Fortes, Diva Cordeiro Farias, Dulce Graça Leite, Edeltudes Figueiredo, Elze Jorge Coelho, Emília Muniz Telles, Eunice Faro, Eurides Chaves, Eurídice Assis, Evangelina Faro, Gisélia Santiago, Hayde Moura, Hayde Góes, Helena, Hilda Aranha, Ilda Valois Galvão, Ilnah Santiago, Ivete Góes, Iracema Assis, Ismênia Chavier de Assis, Esther Aranha, Jesuína Jorge, Jesuína Alves, Jasméia Figueiredo, Josefina Lima, Laura Amazonas, Laura Fernandes, Laura Mascarenhas de Souza, Laura Rocha, Laura Silva, Leyda Régis, Leonizia Fortes, Leopoldina Porto Carrero, Leonor Queiroz, Leonor Peixoto, Lilioza Figueiredo, Liseth Carvalho, Luiza Paes Guedes, Loudes, Maria Almeida de Souza, Maria Ceres de Oliveira, Maria Conceição Melo, Maria Eulália da Silva Azevedo, Maria Isabel Sandes, Maria José Lima, Maria Lobo, Marina Jorge, Mariseth Góes, Nair Oliveira, Nedithe Lopes, Noelia, Nanoca Souza e Silva, Norma Reis, Odete Araújo, Riso Bitencourt, Rosita Lopes, Saudalina Telles, Thereza Lobo, Virgílio Sant'anna, Zuzu Fernandes, Sr^a Alberto Monteiro, Sr^a Desembargador Caldas Barreto, Sr^a Godofredo Diniz, Sr^a Joaquim Pequim Lins de Carvalho, Sr^a Jose Alcides Leite, Sr^a Jose Couto Ferias, Sr^a José Luiz de Andrade, Sr^a José Soares da Silva, Sr^a João Firpo, Sr^a Luiz de Figueiredo, Sr^a Manuel Franco Freire, Sr^a Manuel Soares Castelar, Sr^a Manuel Thomaz Gomes da Silva, Sr^a Nirceu Dantas, Sr^a Ocimar Mattos e Sr^a Pedro Ribeiro Cardoso.

Leyda Régis iniciou as primeiras letras com uma mestre-escola, Maria Paes Guedes, com quem teve aulas particulares. De acordo com Vasconcelos (2005):

Os professores particulares – também chamados de mestres particulares ou mestres que davam lições por casas, eram mestres específicos de primeiras letras, gramática, língua, música, piano, artes e outros conhecimentos, que visitavam as casas ou fazendas sistematicamente, ministrando aulas a alunos membros da família, ou agregados individualmente. Não habitavam nas casas, mas compareciam, para ministrar as aulas, em dias e horários pré-estabelecidos. Eram pagos pela família pelos cursos que ministravam (VASCONCELOS, 2005, p. 12).

Ao investigar a educação realizada na casa e seus mestres, Vasconcelos (2005) analisou as práticas pedagógicas utilizadas pelos mestres das casas no Brasil Imperial, investigando suas origens, sua efetivação e a formação de um estatuto de posturas e possibilidades no momento em que o modelo educacional era questionado, confrontado, e cedia espaço a outro estatuto emergente: o da escola formal.

A educação doméstica firmou-se como um meio adequado às necessidades impostas ao sistema de vida constituído no século XIX, uma vez que preencheu uma lacuna significativa na educação brasileira dos oitocentos. Estas práticas educativas estenderam-se ao século XX, mesmo que fragilizada diante das pressões do Estado para ceder lugar à escola formal.

O estudo de Vasconcelos (2005) constatou a variedade da formação dos mestres, desde o alfabetizador ao pároco e professores brasileiros e estrangeiros, e mesmo que não estabelecessem um estatuto formal de encaminhamento e conteúdos e cronogramas de ensino, havia regras de conduta, atuação e conhecimentos. A regra procurava imitar modelos estrangeiros, embora cada mestre exercesse suas funções de acordo com suas competências.

A pesquisa de Vasconcelos (2005) constata que havia uma rede de educação doméstica que concorria com as escolas particulares e ultrapassava o atendimento de escolas públicas; e mesmo com a consolidação e ampliação destas, a educação doméstica conviveu com ambas por muitos anos, embora não fosse pacífica.

Ao ganhar credibilidade, a educação estatal superou a educação das casas. Com a consolidação do Estado Republicano, o plano educacional procurou modernizar

o ensino²⁰ e expandir a educação à maior parcela da população, iniciando-se assim a corrida para a difusão da escola primária. A continuidade desse projeto educacional foi a instituição dos grupos escolares.

São Paulo foi o primeiro estado a experimentar o modelo dos grupos escolares em 1893, construindo assim uma identidade escolar em que se espelhariam os demais estados. A disseminação do modelo escolar paulista foi marcada pela adesão e resistência, pela atração e repúdio e apropriações diversas, visto que a modernização pedagógica que passou a circular sob o signo de “novo” conseguiu abalar o terreno das práticas instituídas que repousaram sobre relativa estabilidade, substituindo-as, acomodando-se a elas ou dando-lhes um novo significado (SOUZA, 2004, p. 119).

De acordo com Nascimento (2006), os políticos e educadores de Sergipe, assim como os de outras localidades, procuraram implantar um sistema educacional que seguisse o molde escolar recém-implantado. Nascimento (2006) faz ver que a primeira instituição desse porte a ser criada em Sergipe foi o Grupo Escolar Modelo, construído em 1910 e inaugurado em 1911 na cidade de Aracaju. Anexo à Escola Normal, foi pensado como campo de aplicação para as normalistas, servindo de modelo para o funcionamento dos outros grupos. Segundo Nascimento (2006), ainda em 1911 foi inaugurado o segundo Grupo Escolar do estado sob o nome de Grupo Escolar Central, estabelecimento que três anos depois recebeu o nome de Grupo Escolar General Siqueira de Menezes, localizado no prédio onde hoje abriga o Quartel da Polícia Militar do Estado de Sergipe, na esquina entre as Ruas Itabaiana e Boquim. O terceiro grupo escolar a ser implantado em Sergipe foi o Grupo Barão de Maruim (1917), seguido do Grupo General Valadão (1918).

Com a implantação do Grupo Escolar General Siqueira, Leyda foi matriculada nesta instituição, dispensando assim as aulas particulares iniciadas com a mestre-escola. O Grupo Escolar General Siqueira foi uma das instituições que melhor representou o esforço do Estado no processo de modernização do ensino. A escola foi equipada com material didático moderno e profuso, adoção de novos métodos de ensino

²⁰ Vieira (2007) entende que a modernidade esteve apoiada na crença da onipotência da razão, do *télos* do progresso e a da função salvífica da escola. Nestes termos, a modernização educacional era uma condição necessária para acompanhar as mudanças desencadeadas no período republicano, e para tanto, era preciso modernizar o ensino com a implantação de novos métodos, equipamentos e linguagens, o uso do cinema e do teatro no ensino. Por outro lado, a discussão sobre as classes promíscuas, a laicização do cinema, o papel da mulher como professora foram acomodando-se paulatinamente, o que faz com que a modernidade nesse período possa ser pensada em um sentido ambíguo, uma vez que o desejo de mudança é contido pela resistência da tradição e de certo modo pela desorientação.

(o método intuitivo ou lições de coisas), seleção de professores, dentre outras ações pensadas para o perfeito funcionamento da instituição implantada.



Figura 1: Quartel da Polícia Militar. Autoria não identificada. Arquivo particular da professora Maria Hermínia. Sem data.

Ao término dos estudos primários no Grupo Escolar General Siqueira de Menezes, Leyda ingressou na Escola Normal, formando-se em 1920. Ao concluir o ensino normal, Leyda aspirava a outras pretensões para além do magistério. Desejava seguir a carreira de Medicina. Prestou o exame de Madureza, no qual foi aprovada, porém não pode ir para a cidade de Salvador cursar a faculdade, uma vez que sua irmã, Cesartina, não podia manter seus estudos, tendo já um irmão no Seminário em São Paulo, além da responsabilidade de educar os outros irmãos menores.

Dessa forma uma das opções possíveis para Leyda foi continuar os estudos cursando Contabilidade na Escola de Comércio Conselheiro Orlando, fazendo parte da primeira turma formada em Perito Contador em Sergipe, no ano de 1925.

Em Sergipe, o ensino profissionalizante em Comércio experimentou iniciativas de implantação na condição de curso noturno anexo ao Atheneu Sergipense,

no ano de 1922, na administração de Graccho Cardoso²¹, com o Decreto 736, de 23 de novembro. No entanto, o ensino comercial em Sergipe somente ganhou notoriedade com a implantação da Escola de Comércio Conselheiro Orlando, no ano de 1923, quando o Decreto 798, de 9 de abril, desintegrava do plano do ensino do Atheneu Sergipense o curso comercial a ele anexo. A Escola de Comércio funcionou provisoriamente no Grupo Escolar General Siqueira de Menezes. Seu quadro docente foi composto pelos professores catedráticos do Atheneu, nomeados pelo governador, através de decretos que autorizavam reger as cadeiras do curso comercial. Para a ocupação das novas cadeiras, o Art. 4º do Decreto 779, que reorganizava o ensino comercial em Sergipe, incumbia o Governo da contratação dos professores à medida que estes fossem tornando-se necessários. O currículo ofertado pela Escola de Comércio Conselheiro Orlando estava de acordo com o cronograma de ensino regulamentado para o ensino do Curso Geral da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e da Escola Prática de Comércio de São Paulo. Este dado faz inferir que o curso ofertado em Sergipe conferia apenas o grau de nível técnico em Comércio e Contabilidade.

No diploma de Perito em Comércio e Contabilidade de Leyda, expedido pela Escola de Comércio Conselheiro Orlando, o documento certifica que Leyda Régis fez o Curso de Perito em Comércio e Contabilidade, de acordo com o Decreto Estadual nº 779, de 16 de fevereiro de 1923, sendo diplomada em 1925.

No período em que Leyda diplomou-se em Perito em Comércio e Contabilidade, as possibilidades de atuação do contador em Sergipe estiveram restritas às vantagens concedidas pelo Decreto 779, que priorizava os portadores de diploma de perito em Comércio e Contabilidade para ocupação de cargos públicos das secretarias estaduais sem que precisassem submeter-se a concursos ou exames de quaisquer espécies. Este aspecto possibilitou que Leyda fosse designada, através da Portaria de 27 de março de 1927, assinada pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Sergipe, Clodomir Silva, para servir como Oficial de Gabinete, responsabilizando-se pela fiscalização e contabilidade da mesma Diretoria. Na Portaria de dispensa do cargo, o Diretor Geral fez referência às atividades e desempenho desenvolvidos por Leyda na atuação no Gabinete da Diretoria:

²¹ Sobre a biografia de Graccho Cardoso, atuação política e contribuição à educação em Sergipe, consultar: NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. (1984); BARRETO, Luiz Antonio. **Graccho Cardoso: vida e política**. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2003.

O Diretor Geral da Instrução Pública, Clodomir Silva, resolve dispensar da comissão que exercia no Gabinete da Diretoria, a adjunta do Grupo Escolar 'Barão de Maroim', D. Leyda Régis, e louva os serviços que prestou, que ficam assinalados nos diversos trabalhos de organização e escripturação nos livros do estabelecimento, relevantemente (PORTARIA DA DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 18/07/1927).

Leyda iniciou sua carreira no magistério exercendo o cargo de Adjunta de Professor Primário do Grupo Escolar General Siqueira de Menezes, quando foi nomeada pelo ato nº 21, de 28 de fevereiro de 1921, assumindo o exercício em 2 de março de 1921 até 9 de fevereiro de 1922²². Nos anos de 1925-1926 lecionou no Grêmio Escolar do Professor Evangelino Faro, na condição de professora auxiliar, como atesta o documento emitido pelo diretor e proprietário do estabelecimento, o qual também fez referência ao seu desempenho profissional:

Atesto que a Exm^a Prof^a Leyda Régis, que foi professora auxiliar no meu Collegio – “Grêmio Escolar”, durante dois anos, exerceu profissionalmente, os místicas do seu cargo, não só desenvolvendo-se perfeitamente, e com admirável maestria, na parte literária, dando completo cumprimento as disciplinas que eram atribuídas, como também na parte educacional, zelando convenientemente pela sua instrução da ordem e da harmonia da collegiada. E por verdade dou-lhe o presente attestado, sob minha fé de Diretor do ‘Grêmio Escolar’ do qual também era proprietário (ATESTADO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO COLLEGIO “GREMIO ESCOLAR EVANGELINO FARO, 1927).

Entre os anos de 1926 e 1933 atuou, de forma voluntária, na Escola Horácio Hora, em curso noturno, entidade anexa ao Centro Operário Sergipano, e mantida pelo município de Aracaju. Em 1927, lecionou no Grupo Escolar Barão de Maroim, quando foi nomeada para exercer o cargo de professora adjunta.

Conforme a certidão de exercício do magistério, emitido pelo Departamento da Fazenda – Contadoria Geral do Tesouro do Estado, foram apurados quinhentos e catorze dias de serviços prestados por Leyda ao Estado. Leyda encerrou suas atividades ligadas ao ensino público do Governo do Estado no sentido de prestar concurso público para a Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe no ano de 1928. Embora esse concurso tenha sido anulado por questões administrativas, Leyda não interrompeu suas atividades

²² Cf.: Certidão de exercício de magistério de Leyda Régis, 1949.

no magistério. Nos anos de 1928 e 1929 vinculou-se à iniciativa particular, lecionando no colégio Nossa Senhora da Glória.

A abertura de um novo concurso para a Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, no ano de 1930, possibilitou-lhe prestar exame e ser admitida como professora adjunta e lecionar como professora polivalente. No ano de 1933 um novo concurso lhe conferiu a Cátedra de Letras.

Leyda Régis prestou serviço voluntário em oito instituições em Sergipe²³. Dedicou-se aos serviços de assistência na Penitenciária do Estado e no Hospital Cirurgia com atividades de cunho religioso. No Hospital São José, desenvolveu um trabalho técnico auxiliando a irmã Protásia na Fundação dessa instituição; no Colégio Imaculada Conceição, na cidade de Capela, prestou assessoria no processo de implantação do curso ginasial e normal²⁴ e realizou também a escrituração da instituição. Ainda como contadora fez-se presente oficialmente com o cargo de tesoureira na Liga Feminina do Combate ao Câncer, no Orfanato de São Cristóvão²⁵, no Oratório Festivo São João Bosco²⁶ e na Casa da Doméstica Dom Vincente Távora.

Embora este estudo perpassasse por momentos variados da vida de Leyda Régis, como seu nascimento e infância, escolarização inicial, participação na vida social de Aracaju enquanto adolescente e outros envolvimento dela, o foco da análise privilegia sua formação na Escola Normal (1917 – 1920) e alguns aspectos da sua atuação no magistério na Escola de Aprendizes Artífices.

²³ Penitenciária do Estado de Sergipe, Hospital Cirurgia, Hospital São José, Colégio Imaculada Conceição da cidade de Capela, Orfanato da Imaculada Conceição da cidade de São Cristóvão – SE, Oratório Festivo São João Bosco, Liga Feminina de Combate ao Câncer, Casa da Doméstica Dom Vicente Távora.

²⁴ O Colégio Imaculada Conceição, situado na cidade de Capela em Sergipe, fundado em 1929, estava sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, inicialmente voltado ao ensino primário, tendo sido equiparado à Escola Normal em 1936. Funcionava como internato e externato católico e atendia meninas e jovens (FREITAS, 2003).

²⁵ Para outras informações sobre o Orfanato Imaculada Conceição da Cidade de São Cristóvão, Cf. SANTANA, Josineide Siqueira de. O orfanato de São Cristóvão e a educação de órfãs em Sergipe: um olhar a partir do relatório de atividades (1941). In.: **Anais do III Seminário Internacional de Educação: a pesquisa em educação: abordagens e a questão da inclusão social**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe – NPGED: CD Rom, 2007.

²⁶ Cf. Mais informações sobre o Oratório Festivo São João Bosco, Cf. BONIFÁCIO, Nadja Santos. As práticas festivas do Oratório Festivo São João Bosco. In: **Anais do III Seminário Internacional de Educação: a pesquisa em educação: abordagens e a questão da inclusão social**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe-NPGED: CD Rom, 2007.

1.2. Os estudos biográficos e os aportes teórico-metodológicos da pesquisa

A partir de Elias (1980), compreendemos que todo indivíduo é um ser social, pois, para esse autor, o indivíduo faz parte de uma rede de interação com outros indivíduos, mantendo-se preso a estruturas sociais que lhe conferem relações de interdependências com outras pessoas que estão próximas ou distantes, não só pelos seus intelectos, mas também pelo que eles são no seu todo. Para compreender essa dimensão do ser social, é necessário levar em conta a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros e que vão se construindo e estruturando de acordo com as relações culturais, profissionais e de poder que lhes são conferidas em uma sociedade.

Por esse entendimento, a história de vida de um indivíduo nos diz muito sobre a vida dos homens, uma vez que constitui os sentidos a partir dos quais interpretamos a sociedade. Ao viver, os homens produzem vestígios²⁷ que por sua vez são testemunhos do que foi efetivamente vivido, deixando no tempo registros em forma de memórias. Essas memórias fazem parte de um jogo de poder, autorizam manipulações conscientes ou inconscientes, obedecendo a interesses individuais ou coletivos, e que como tal, a eles podem ser atribuídos o valor histórico ou não.

Ao refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador na escrita biográfica, Borges (2006) ressalta que não existem métodos canônicos para a construção de uma biografia. A pesquisa biográfica percorre o mesmo caminho e enfrenta problemas semelhantes a qualquer pesquisa histórica. Essa autora considera como ponto crucial para a construção biográfica aferir o valor histórico da biografia.

O que vai atribuir um valor histórico na vida de um indivíduo é sua participação social; é o fato de os acontecimentos que permearam a sua vida ter representado uma mudança significativa no meio ao qual ele pertenceu. Para Le Goff, “todos os acontecimentos se produzem num campo já constituído, feito de instituições, costumes, práticas, significativas e traços múltiplos que ao mesmo tempo resistem e apóiam a ação humana” (LE GOFF, 1984, p. 193). Este autor ressalta ainda que o estudo biográfico possibilita um complemento, inclusive, indispensável à análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos.

²⁷ Os vestígios aqui são tomados de acordo com as concepções desenvolvidas por Ginzburg (1989), acerca do método indiciário.

De acordo com Burke (1992), as possibilidades de pesquisa histórica que tomam como instrumento a biografia apresentam um meio de investigação emergente, possibilitado pelo movimento historiográfico que ficou conhecido por Escola dos *Annales*. Esse movimento constitui-se em um círculo de debates que questionava e se contrapunha ao modelo tradicional de desenvolvimento de pesquisas históricas, apontando novos caminhos e possibilidades de conhecimento das verdades, de forma a não se restringir aos registros escritos, mas de ampliar a noção de documento aos inúmeros vestígios produzidos pelo homem.

A perspectiva era de pensar a História não apenas como uma narrativa dos acontecimentos, como faziam os historiadores tradicionais, mas lançar o olhar à análise das estruturas, centrado na visão não apenas de cima, nos feitos dos grandes homens, mas apreender as realidades do que foi vivenciado pelas pessoas comuns, através de suas experiências e opiniões sobre as mudanças sociais.

Assim, os pesquisadores buscaram incorporar às suas análises um conjunto de documentos possíveis, constituídos de textos autobiográficos, anotações pessoais, discursos, depoimentos orais, acervos iconográficos, dentre outros, que supririam as insuficiências dos documentos legais. Concomitantemente às possibilidades de uso de uma diversidade de fontes, surge a preocupação no campo da História da Educação com a legitimidade dessas fontes, crescendo o interesse pela ida aos arquivos e organizações/constituições de acervos, assim como a preocupação com o compromisso acadêmico, ético e social do cientista com suas produções. Neste sentido, tanto as práticas de pesquisa como a própria escrita da História foram modificando-se e incorporando novos conceitos e categorias para as suas reflexões. Tal fato conduziu os pesquisadores do campo historiográfico educacional a organizar seus trabalhos em função de novas leis do meio, buscando conferir legitimidade (e autoridade) à sua escrita.

Para Vidal e Carvalho (2001), alguns trabalhos como os de Michel Foucault, Carlo Ginzburg, Chartier, dentre outros, afetaram de certa forma a reflexão histórica em educação. Novas categorias e conceitos emergiram como suporte para as análises direcionadas às pesquisas em História da Educação, possibilitando à investigação histórica abranger seus objetos às ações de sujeitos históricos até então ofuscados (homens e mulheres, meninos e meninas pertencentes às esferas menos privilegiadas socialmente), conferindo espaço e retidão as suas trajetórias.

Para Castanho (2006), as possibilidades de estudo das práticas e representações dos atores e das instituições educativas contribuíram para que a história da educação se apropriasse de temáticas e olhares antes específicos da história cultural. Esse diálogo entre a História da Educação e a História Cultural permitiu uma mútua fecundação entre as disciplinas, articulando as temáticas, objetos e problemas, sem que para tanto implicasse a anulação de uma delas ou absorção de uma pela outra. “A história cultural continuará sendo história cultural, interessada no estudo da ‘teia simbólica’. A história da educação seguirá sendo história da educação, preocupada com o estudo no tempo e no espaço do fenômeno educativo em mudança” (CASTANHO, 2006, p.9).

Vidal e Carvalho (2001) ressaltam ainda que, embora alguns estudos efetuados no campo da História da Educação procurassem recuperar a história dos sujeitos do sexo feminino, de alguma forma o brilho das trajetórias femininas foi ofuscado pela leitura que enfatiza as diferenças e as particularidades a partir das construções simbólicas, em especial dos significados das relações de poder.

Um dos pontos mais afetados tange à forma de enfatizar a identidade e a cultura dos sujeitos, sem levar em conta a necessidade de estudar igualmente homens e mulheres. Este procedimento finda por reproduzir processos de dissimulação da dominação masculina, no qual só as mulheres são percebidas como determinantes de gênero, enquanto os homens permanecem identificados como universal.

É possível perceber a corrida dos pesquisadores em busca de vestígios que possam dar visibilidade à figura feminina, não enquanto personagem que constituiu sua história de forma dissociada de um mundo masculinizado, mas sim como indivíduo que teve uma parcela importante na construção dos processos histórico-sociais. A nova forma de perceber a história vem contribuindo neste sentido, permitindo ao pesquisador instrumentalizar-se com os achados, conceitos e categorias que suportam informações capazes de reconstituir os processos efetivamente vividos. Este é um dos pontos em que se evidencia o interesse histórico pelos estudos biográficos.

No âmbito acadêmico, os estudos biográficos têm-se evidenciado como um fenômeno cultural de grande aceitação, abrangência e visibilidade, constituindo-se importante tarefa no campo da pesquisa histórica da área de Educação no Brasil. Estudam sujeitos que pertenceram a diferentes épocas, a variados contextos, e foram de grande relevância no percurso da História da Educação.

Um exemplo, nesse sentido, verifica-se em “Anísio Teixeira: a poesia da ação”, em que Clarice Nunes (2000) analisou a trajetória educacional e profissional de Anísio Teixeira, procurou compreender as ideias desse intelectual e sua atuação na esfera pública educacional, percebendo sua contribuição para o desenvolvimento de uma educação democrática no Brasil, revelando as circunstâncias em que o seu pensamento e suas emoções se forjaram. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, a autora fez uma investigação minuciosa, percorrendo inicialmente os caminhos da formação de Anísio Teixeira e a influência americana da pedagogia modernizadora de John Dewey para construir um projeto de educação democrática. Mostra ainda os embates políticos, as críticas e perseguições que o levaram ao afastamento da esfera do poder público, como também o reconhecimento, em outros momentos, que o trouxeram de volta à cena educacional brasileira.

Maria Helena Câmara Bastos (2002) biografou a vida do médico-educador Joaquim José de Menezes Vieira em seu livro “Pro pátria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848 – 1897)”, em que procurou compreender seu discurso (atuação teórica) e sua ação (educador idealista) no cenário social, assim como sua contribuição na construção de um projeto para a educação brasileira. Bastos (2002) nos fez perceber com sua obra que o estudo biográfico de Menezes Vieira diz muito sobre o processo em que se desenvolveu a educação brasileira. Para a autora, o pioneirismo de Menezes Vieira trouxe à educação brasileira uma grande contribuição, principalmente em se tratando da expansão da instrução no século XIX, embora seu projeto inicial de ensino estivesse destinado às crianças de famílias abastadas que podiam pagar pelos serviços educacionais. Menezes Vieira atuou na modernização pedagógica no Brasil, principalmente no que diz respeito à criação e implantação dos jardins de infância, pois, segundo Bastos (2002):

Destacaria o seu pioneirismo em implantar uma série de inovações pedagógicas, a ampla divulgação de suas atividades, pela imprensa e pelo significativo número de livros e artigos publicados, dando visibilidade a sua ação político-pedagógica; a diversidade de ações educativas ou o amplo espectro de atividades voltadas à educação – educação de surdos-mudos, educação de adultos, escola normal, etc.; a intensa e significativa participação em todos os eventos educacionais relevantes do período. Sua ação está inscrita em uma história singular, isto é, outros intelectuais estavam também engajados no processo de modernização educacional escolar, voltados à formação de uma elite liberal para um país novo – capitalista moderno (BASTOS, 2002, p. 318).

Ana Chrystina Venâncio Mignot (2002), em “Baú de memórias, bastidores de história: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto (2002)”, ilustrou, através da biografia de uma educadora, dimensões da história do movimento de renovação educacional no Brasil. Ao revelar a vida pública de Armanda Álvaro Alberto, Mignot (2002) chama atenção do leitor para as práticas sociais possíveis ao público feminino, as quais favoreciam sua emancipação por meio, principalmente, da atuação educacional. Segundo a autora, Armanda inovou ao adotar posturas diferenciadas como, por exemplo: não assumir o sobrenome do marido no casamento; aderir a manifestos feministas e defender publicamente seus posicionamentos políticos. Esses e outros elementos revelam práticas de resistência aos “modelos femininos” defendidos na época e a conquista de visibilidade nos espaços públicos. Outro fato importante que a autora mostra é a necessidade de compreender que as opções de sua biografada foram possíveis devido a sua formação e status familiar que ocupava na sociedade. Em seu texto Mignot pontua a importância de Armanda Álvaro Alberto ter sido

[...] uma pioneira que enfrentou provas, obstáculos, desafios. Envolveu-se com as questões de seu tempo. Mergulhou no magistério, no movimento feminista, no debate político com paixão. Conservou do velho entusiasmo pela educação a crença na escola como direito de todos, mesclando ao otimismo proveniente do conhecimento científico sobre crianças que se traduziu numa forma diferente de trabalhar com elas (MIGNOT, 2002, p. 324).

Em termos nacionais, foi possível identificar que há uma produção crescente de estudos biográficos fundamentados em aportes teóricos da Nova História Cultural e da Micro-História que analisam a trajetória de intelectuais.

O trabalho de Maria Lígia Madureira Pina (1994), intitulado “A mulher na História”, traz a contribuição pioneira dos estudos biográficos femininos em Sergipe. Preocupada com a condição subalterna da mulher na esfera pública e privada no decorrer de diferentes períodos históricos até a atualidade, buscou conhecer a trajetória de mulheres que se destacaram na sociedade e no tempo em que viveram pelos seus avanços intelectuais, morais e humanos.

Pina (1994) compõe sua obra em dez capítulos, no decorrer dos quais apresenta a mulher nas mais diversas civilizações e a percepção feminina na

Antiguidade, na Idade Moderna e Contemporânea, trazendo também um perfil biográfico de mulheres que despontaram no Brasil. Em seu último capítulo, brinda-nos com biografias, trajetórias e perfis de sergipanas. Por meio de uma pesquisa histórica, documental e bibliográfica, teve acesso a jornais, revistas, fotografias, discursos, poemas, depoimentos e outros documentos de acervos públicos e particulares que lhe permitiram reconstruir a história e as memórias das sergipanas: Rosa Maria Frião (1860 – 1938), Etelvina Amália de Siqueira (1862 – 1935), Zizinha Guimarães (1872 – 1964), Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (1878 – 1942), Carlota Sales de Campos (1884 – 1971), Norma Reis (1988-1985), Cesartina Régis (1890 – 1980), Genésia Fontes (1890-1960), Leonor Telles de Menezes (1890 – 1976), Maria Marieta Teles de Menezes (1900 - ?), Flora do Prado Maia (1902 – 1964), Leyda Régis (1904), Maria Conceição Melo Costa – Cecinha Melo (1904 – 1970), Maria Rita Soares de Andrade (1904), Maria Luiza Prado, Julia Teles Costa (1907), Amália Soares de Andrade (1908), e Alexandrina Madureira (1900 – 1969). A autora traz ainda ao final do livro, um perfil biográfico de suas contemporâneas: Ofenísia Soares Freire, Maria da Glória Meneses Portugal, Maria Augusta Moreira Lobão, Áurea Zamor de Melo, Maria das Graças Azevedo Melo, Hilda Sobral, Ana Leonor Fontes, Maria do Céu Santos Pereira, Dalva Linhares Nou, Maria Thetis Nunes, Maria da Conceição Ouro Reis, Maria Hermínia Caldas, Carmelita Pinto Fontes, Núbia Nascimento Marques, Yvone Mendonça de Souza, Giselda Moraes, Rosa Moreira Faria e Maria do Carmo Almeida Moraes.

Com o intento de compreender a trajetória intelectual da professora Maria Thétis Nunes desde a sua formação familiar até sua aposentadoria na Universidade Federal de Sergipe, Maria Nely dos Santos (1999) quis mostrar como o percurso de vida de Thétis pode dizer muito do momento histórico, político e cultural em que esta viveu. Procurou apontar as determinações que pesaram sobre o destino pessoal e os motivos da posição que Thétis ocupa na sociedade aracajuana. Maria Nely dos Santos, ao biografar Maria Thétis Nunes, periodiza sua vida em três momentos: sua formação, seu reconhecimento profissional e suas atividades intelectuais, que, embora estejam presentes em grande parte da sua trajetória, culminaram com suas atividades ligadas à Universidade Federal de Sergipe. E ao contextualizar a vida de Thétis, a autora nos traz breves discussões em torno de acontecimentos históricos do progresso intelectual, econômico e cultural do Brasil, e principalmente das lutas femininas pelo reconhecimento, representatividade e ocupação da mulher no âmbito social. Neste ponto, mostra-nos como foi possível Thétis construir seu espaço e reconhecimento em

termos locais e nacionais do seu trabalho intelectual, apresentando dois pontos na sua trajetória: o cargo de Diretora do Atheneu Pedro II e de primeira Reitora da Universidade Federal de Sergipe.

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003b), ao investigar as trajetórias de vida de três sergipanas: Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, Maria Rita Soares de Andrade e Ítala da Silva, analisou o processo de educação feminina, inserção no mercado de trabalho e a ocupação pioneira dessas mulheres em diferentes espaços públicos em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. A autora traz-nos registros de mulheres que fizeram histórias através de seus posicionamentos sócio-político e cultural, as quais estrategicamente ocuparam espaços reservados aos papéis masculinos. Buscou compreender as configurações em que as personagens estavam inseridas, as disputas de campo, as resistências que construíram, as relações que estabeleceram, as marcas que deixaram e de que forma abriram caminhos para o acesso à escolarização, profissionalização, melhores condições culturais e de trabalho para o público feminino em Sergipe.

Ao realizar um balanço das tendências dos estudos biográficos produzidos em Sergipe em torno dos intelectuais da educação, professores e professoras, Freitas (2006) pôde constatar a existência de uma diversidade de pesquisas concluídas neste campo. Como exemplo, pode ser citada a investigação de Nascimento (2003), que faz destaque aos três intelectuais que marcaram a produção no campo da História da Educação no período de 1916 a 2000: Maria Thétis Nunes, José Calazans e José Antonio Nunes Mendonça.

Em seu levantamento, Freitas (2006) constatou ainda a produção de 17 trabalhos acadêmicos vinculados ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe nos períodos de 2000 a 2004, cujas investigações em torno da cultura escolar utilizam-se da abordagem biográfica, produzindo perfis biográficos de docentes e intelectuais sergipanos dos séculos XIX e XX.

No Núcleo de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, (NPGED/UFS), foram localizados apenas dois estudos que utilizam a abordagem biográfica em relação às mulheres e à História da Educação. Em “Docência e luta na literatura modernista: a educação feminina nos romances ‘Simão Dias’ e ‘Estrada da Liberdade’ de Alina Paim (1926-1958)”, Úrsula Rangel G. Albuquerque (2004) buscou identificar nas obras de Alina Paim as possibilidades e limites da educação feminina no período modernista. Outro estudo que privilegia a trajetória

feminina é o de Nivalda Menezes Santos (2006), que se propôs a investigar o processo de formação, profissionalização e o celibato pedagógico feminino na sociedade sergipana através da trajetória de Leonor Telles de Menezes, nas primeiras décadas do século XX.

As outras produções biográficas do NPGED/UFS têm-se dedicado a estudos que focam a história de vida de personalidades masculinas, como o trabalho pioneiro de Josefa Eliana Souza (1998): “Em busca da democracia: a trajetória de Nunes Mendonça”, obra que traz a público a ascensão intelectual desse professor, sua conduta acadêmica, seus embates políticos e o esquecimento acerca dele. O estudo de Christianne de Menezes Gally (2004), intitulado “Brício Cardoso no cenário das humanidades do Atheneu Sergipense (1970 – 1974)”, investigou a implantação do Curso de Humanidades no Atheneu desde a sua criação até o momento que Brício Cardoso assumiu a cadeira de Retórica e Poética. “Saberes, virtudes e sofrimentos: o latinista Dom Domingos Quirino de Souza”, pesquisa realizada por Dionísio de Almeida Neto (2005), revela a vida do sacerdote e mestre de Latim, que se configurou como um agente construtor da intelectualidade sergipana durante o Império. Ao estudar Sílvio Romero, José Augusto desvendou como funcionavam o concurso e o recrutamento no Colégio Pedro II. “A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe”, feito por Simone Silveira Amorim (2006), aborda a trajetória e atuação profissional desse professor no Atheneu Sergipense; o estudo de Jussara Maria Viana Silveira (2008), “Da medicina ao magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior”, deu uma contribuição relevante à compreensão de aspectos da história da profissão docente no ensino superior em Sergipe, ao discorrer sobre a trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior, trabalho no qual reconstruiu a trajetória do médico e professor, apontando os traços que marcaram a presença do intelectual no cenário educacional, social e histórico sergipano. Em “República, política e direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto”, Maria do Socorro Lima (2008) reconstituiu o percurso de formação intelectual, e atuação no campo político e educacional de Antônio Manuel de Carvalho Neto, com o intuito de compreender aspectos da configuração do trabalho docente na primeira metade do século XX.

Um fato perceptível na maioria dos estudos que tratam da figura masculina é o vasto acervo em forma de registro de documentos institucionalizados em torno de suas

práticas. No entanto, sobre as práticas femininas, os estudos apontam a dificuldade de encontrar os vestígios deixados pelos personagens biografados em jornais e arquivos institucionais. Alguns historiadores vêm recuperando as experiências das trajetórias femininas através dos indícios que foram preservados na intimidade dos lares e na memória daqueles que guardaram suas experiências em forma de registros, tais como imagens, documentos escritos, produzidos pelas próprias mulheres, como cartas, diários, cadernos de anotações, testemunhos e depoimentos.

Nesse sentido, qualquer estudo que tenha como peça-chave uma mulher precisa recorrer a vestígios e sinais que reconstituem “as pegadas”, como indica Ginzburg (1989), instrumentalizando-se de artifícios que para os paradigmas tradicionais da pesquisa histórica significa assumir uma postura arriscada.

A escassez de registros em torno das práticas femininas pode ser explicada pela resistência social com relação à aparição pública da mulher, visto que ter acesso à escolarização formal, transitar no espaço público e almejar um lugar no mundo do trabalho, fora do ambiente doméstico, significava uma afronta aos moldes patriarcais conservadores e esta deveria a qualquer custo ser combatida.

De acordo com Almeida (2007, p. 29), o fortalecimento do regime republicano configurou-se em um momento propício para a instrução das jovens. Este fato possibilitou que a educação escolar contasse com a colaboração das freiras católicas, estrangeiras e brasileiras, que se incumbiam do ensino das meninas nos orfanatos e nos colégios em regime de internato e externato mantidos pela Igreja Católica. Estas instituições eram benquistas pelas oligarquias, que demonstravam predileção por esses colégios para a educação de suas filhas, por ser uma educação voltada aos dogmas religiosos, sob os valores cristãos tradicionais, primando pela moralidade, religiosidade extrema e conservação da submissão feminina ao modelo patriarcal da sociedade, em nome da ordem social.

O esforço de se realizar um estudo biográfico em torno de uma personagem feminina justifica-se pela importância imprescindível de preservar a memória, de fugir do esquecimento, de mostrar a participação e contribuição das mulheres no percurso do desenvolvimento cultural e educacional sergipano. Assim, este estudo tem como objetivos: investigar, através da abordagem biográfica, a história da intelectual sergipana Leyda Régis, aliado à perspectiva de traçar a sua trajetória de formação e atuação profissional; compreender suas experiências escolares através das representações da cultura escolar e dos elementos presentes nos depoimentos e vestígios

produzidos por Leyda Régis; analisar a contribuição de Leyda Régis à História da Educação em Sergipe ao atuar como professora da Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe.

Para Borges (2001), a vida de um indivíduo está relacionada com os grandes acontecimentos e fatos de todo tipo (político, cultural, econômico, ideológico, religioso) da história do seu período de vida. Nesse sentido, procuramos construir este estudo baseado na biografia de Leyda Régis, traçando seu itinerário familiar, educacional, social e profissional, para assim entender os vestígios contidos nas fontes, buscando compreender o que possibilitou suas experiências escolares, como também a sua visão e a forma de atuar como intelectual no campo profissional.

Assim como indica Ginzburg

O que caracteriza o saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimental diretamente. Pode acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa (GINZBURG, 1989, p. 152).

Segundo Mignot, nem sempre é fácil buscar as marcas da trajetória de um personagem:

O biografado sempre se esquia quando dele se pensa estar aproximando. Enreda o romancista, o historiador ou o pesquisador em terreno movediço repleto de reticência. Os resíduos de uma experiência iluminam, obscurecem, sugerem, ocultam, convidam permanentemente a assumir a precariedade, a fragilidade do conhecimento (MIGNOT, 2002, p. 55).

Leyda Régis pertenceu a várias instituições importantes em Sergipe no início do século XX, como foi dito anteriormente, entre as quais está o Club Sportivo Feminino, a Liga Feminina de Combate ao Câncer, Escola Normal, Escola de Aprendizes Artífices, dentre outras. Desta forma, pretende-se compreender a participação da citada professora em diferentes configurações. Elias (2001) compreende as figurações/configurações como um componente necessário para se pensar a ação dos indivíduos em um determinado espaço. Esse processo se constitui através das relações estabelecidas entre os indivíduos por meio de uma crescente interação e dependência, construindo assim uma identidade coletiva. Esse emaranhado complexo dá origem às configurações que se concretizam e materializam-se através das práticas de indivíduos

que compartilham do mesmo universo, criando necessidades e funções que propiciam aproximações desses sujeitos e sua consequente interdependência. Para Elias (2001), é justamente a diferenciação funcional dos indivíduos que cria as necessidades recíprocas, o que faz estabelecer um equilíbrio de tensão nas relações sociais.

O processo de individualização de que trata Elias (1994a) é o que torna as ações de um indivíduo indissociáveis das ações de um grupo maior, uma vez que existe uma relação mútua da interação entre a singularidade do indivíduo e a sua funcionalidade social:

Somente através de uma longa e difícil moldagem de suas maleáveis funções psíquicas na interação com outras pessoas é que o controle comportamental da pessoa atinge a configuração singular que caracteriza determinada individualidade humana (ELIAS, 1994a, p. 55).

A individualização deve ser vista como um componente necessário para se pensar a ação dos indivíduos em um determinado espaço, entendida não como uma opção pessoal, subordinada a gostos, vontades e iniciativas, mas como uma ação racional com relação a fins e valores coletivos, as quais estão isentas de qualquer agir afetivo ou tradicional, e entendidas como aspectos da transformação social, que transcende o controle individual.

Assim, buscamos as representações dos elementos constituintes da sua formação e da sua atuação profissional, no sentido de compreender o processo de individualização no qual Leyda Régis estava inserida.

Quanto à compreensão do significado de “representações” ao qual nos reportamos neste trabalho, ela diz respeito ao:

[...] trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuada existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 2002, p. 73).

Dessa forma, percebemos as representações tais quais Chartier (2002) apresenta, como as práticas que se configuram em um determinado espaço e são construídas a partir de um ideal coletivo ou individual, que por sua vez formam identidades sociais resultantes das relações de forças impostas por aqueles que têm o poder de classificar, de nomear e definir padrões, normas, modelos sociais, culturais, políticos e educacionais. É importante ainda salientar que a forma de apropriação desses valores que são repassados para que sejam (re)produzidos não é sempre acomodada de forma passiva, pois, para Chartier (2002), seja em forma de submissão ou resistência, os indivíduos constroem suas próprias representações das estratégias simbólicas que determinam as posições.

Ao tratar da categoria “cultura escolar”, a compreensão de Viñao Frago (1998) foi bastante pertinente para as análises que estabelecemos nesta investigação, entendidas como práticas e condutas que abarcam os modelos de vida, ritos, hábitos, o cotidiano escolar e todo um conjunto de artefatos físicos que compõem a cultura material escolar.²⁸

Tratando das práticas e representações da cultura escolar de normalistas, o estudo de Freitas (2003a) contribuiu de forma significativa para as interpretações e diálogo com as fontes selecionadas neste trabalho. Freitas procurou associar as estratégias usadas na coleta de histórias de vida inacabadas ou resumidas, com o auxílio de entrevistas, depoimentos, relatórios, revistas, livros, mensagens presidenciais e governamentais, para analisar as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e ingresso no magistério no período de 1920 a 1950. Freitas (2003a) destacou em seu trabalho aspectos das representações das normalistas sobre seus professores e as mudanças no currículo. Salientou também algumas formas de resistência por parte das alunas em relação aos posicionamentos frente à ordem escolar estabelecida, acentuando a forma como as normalistas burlavam as regras e tornavam-se indisciplinadas em um universo escolar bem delimitado entre o permitido e o proibido. Outros elementos da formação escolar também são analisados no sentido de mostrar a

²⁸ Valorizamos ainda o conceito de cultura escolar elaborado por Julia (2001), como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores [...]” (JULIA, 2001, p. 10-11).

importância da Escola Normal enquanto instituição responsável pela possibilidade de ampliação da escolaridade das jovens sergipanas e da formação necessária para o exercício do magistério.

O estudo de Graça (2002) também colaborou para o suporte analítico deste trabalho. Em sua pesquisa, ela mergulhou no universo escolar e urbano dos ginásianos na cidade de Aracaju nos anos dourados. Conseguiu reunir um repertório de representações das práticas escolares e cotidianas da cidade a partir das experiências de ex-ginásianos. A autora reconstrói as relações entre os alunos, aluno-professor, aluno-inspetor, espaço escolar, e principalmente as práticas para além dos muros da escola, que estavam vinculados à disciplina, à ordem e aos preceitos morais da escola. Mostra-nos como as práticas da escola estendiam-se à casa e ao espaço urbano (as ruas) e vice-versa, construindo hábitos, posturas e olhares críticos no alunado em torno não só da instituição escolar, mas também da igreja, da família e o do meio social em si. A obra aponta para a necessidade de reavaliar-se os costumes e as normas impostas e leva-nos a compreender as atitudes e formação dos ginásianos concatenados à modernidade imposta ao meio, além de visualizar as diversas formas de resistência nas práticas dos alunos.

Para Lacerda (apud Freitas 2003, p. 18), ao produzir as narrativas pessoais, as memorialistas revisitam espaços perdidos, recordam histórias e acontecimentos. Através da exposição da realidade individual e coletiva, da preocupação em construir um testemunho verossímil e fiel à verdade vivida, conseguem retomar o passado e dar provas de sua presença pelos esforços em materializar os vestígios do tempo, da infância e da velhice.

Pediram-me um 'Depoimento' que exige, tão somente, a vastidão dos fatos com a precisão da verdade e não um discurso em que me pudesse valer dos atavios da retórica, se para tanto me sobrassem 'engenho e arte' (RÉGIS, Leyda, 1970²⁹).

Essa citação de Leyda Régis remete-nos à reflexão de dois pontos relevantes para a interpretação histórica que diz respeito ao distanciamento necessário para o manuseio crítico das fontes consultadas e o trabalho minucioso que condiciona o pesquisador ao retorno aos arquivos em busca de outras fontes.

²⁹ No decorrer do texto optamos por usar itálico em todos os registros de autoria de Leyda Régis, com a finalidade de diferenciá-los das citações bibliográficas e demais referências.

Leyda se propôs a relatar sobre “*a vastidão dos fatos com a precisão da verdade*”. Obviamente as representações construídas partem de critérios de seleção de fatos que marcaram a sua individualidade. As percepções de Leyda estão encadeadas aos processos significativos que permearam as suas experiências a partir de seu posicionamento de sujeito pertencente a uma rede de relações constituída no universo escolar.

As certezas contidas nos depoimentos ocasionaram outras perguntas e respostas ao mesmo objeto de estudo. Da mesma forma, os problemas que emergiram com a investigação levaram-nos a questionar alguns conceitos pré-estabelecidos. Cumpriu, no sentido de aprofundar as reflexões e refinar as interpretações em torno dos achados históricos, adotar o que Nunes (1993) chamou de “uma prática discursiva”, que consiste tanto na volta do pesquisador aos arquivos, quanto no plano de ação que articula o apanhado e tratamento das fontes históricas à literatura selecionada, com o intuito de conferir o caráter de cientificidade ao ofício de historiador.

Quanto ao retorno do historiador ao arquivo, Nunes (1993) justifica-o pelo fato de esse arquivo conter

[...] informações inestimáveis (muitas vezes inéditas!), necessárias ao cotejo e crítica de informações provenientes de outras fontes e da própria historiografia educacional já produzida. Sem a pesquisa arquivística, essa historiografia, no limite, inexistente. Sucumbe ao risco de girar ao redor de idéias mal esclarecidas e de estereótipos cristalizados, que se produzem em artigos e livros. É evidente que a frequência aos arquivos não constitui por si só a solução para as dificuldades presentes na produção existente, já que a renovação da interpretação histórica exige também o debate sistemático no campo da historiografia e a enunciação e o aprofundamento de certas questões teórico-metodológicas (NUNES, 1993, p. 26).

Assim procuramos estabelecer o limiar de veracidade dos registros de memória de Leyda Régis, estabelecendo um diálogo entre a literatura consultada e as representações do período estudado, registradas em forma de memória, documentos e monumentos nas variadas fontes produzidas pela biografada e pelas instituições nas quais ela passou.

Segundo Nunes (2002/2003), alguns historiadores preferem considerar as memórias como documentos localizados na cabeça das pessoas e não nos arquivos públicos, e ao fazê-lo empurram as memórias para um modelo textual, e depois de

transformadas em textos, tornam-se uma espécie de objeto. A autora chama atenção para o valor das memórias para o historiador, como uma fonte possível de ser articulada. Essas memórias são consideradas experiências vividas interiormente, e que ao serem exteriorizadas transformam-se em documentos, mas não significam propriamente o conhecimento, e sim um instrumento do qual faz uso o cientista-historiador para a produção desse conhecimento.

Le Goff (1984) reflete sobre a noção do documento e o uso que dele deve ser feito pelo historiador a partir do registro da memória:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado; é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo conscientemente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1984, p. 102).

As memórias são frutos daquilo que a sociedade produziu e fez reproduzir nas vivências dos sujeitos. Entendemos que as experiências de Leyda Régis foram também comungadas por outros indivíduos. As impressões deixadas por ela constituem-se em um conjunto de representações de um determinado modelo de sociedade, de educação, de cultura, de formação de hábitos e condutas que a sociedade queria que fosse apropriado e reproduzido pelos seus indivíduos.

As memórias que temos do trabalho ao qual nos dedicamos, das nossas reminiscências da infância, da escola em que estudamos, de todas as práticas vividas têm uma validade relativa, histórica, já que são construídas socialmente. A sociedade determina em boa medida como devemos desempenhar nossas funções e com que categorias vamos pensá-las, o que vale tanto para o indivíduo quanto para a coletividade (NUNES, 2002/2003, p. 13)

É nesse sentido que comungamos com Nunes (2002/2003), no tocante da necessidade de preservar a memória enquanto legado para o patrimônio cultural, não só das construções institucionalizadas sobre a sociedade, mas também a partir da visão dos indivíduos que efetivamente fizeram parte da história, os quais têm como motivação fazer da escrita da memória um exercício sistemático que reconstitui os resíduos e nos refaz das perdas, com o intento de vencer a morte e principalmente o esquecimento.

CAPÍTULO II

TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DE UMA INTELLECTUAL NA ESCOLA NORMAL (1917-1920)

[...]... E hoje, quando a neve do tempo cai sobre meus cabelos brancos e me enregela a memória e a poeira da estrada vencida me encobre a visão do passado, sinto quão preciosa é esta afirmativa, ao voltar aos cinqüenta anos idos, vendo-me menina vestida de azul e branco sentada no primeiro lugar das carteiras enfileiradas da então 'Escola Normal', aquele prédio de três cúpulas com hastes apontando o infinito como sinal de predestinação das que ele abrigava, crescer, subir, voar para a civilização, para um mundo de conquistas pela inteligência, ali na praça 'Olimpio Campos', e ouvindo a voz grave e serena de nossa veneranda Mestra de Pedagogia e Psicologia do Ensino, que nos olhava a nós, suas alunas, através do pincenez com a ternura e a precisão de Educadora – Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro... [...] (RÉGIS, Leyda. 1970).

Produzido e pronunciado na velhice, Leyda assinala no início do discurso o esforço da memória e a preciosidade das lembranças, além das sensações que resistiram à distância do tempo. Em um tom sublime e ao mesmo tempo nostálgico Leyda percorre o período de sua formação na Escola Normal, voltando aos “cinquenta anos idos”, turvo na visão, mas vivamente marcado em sua memória, e em sua formação, que certamente teve um peso relevante na sua conduta, nos hábitos e posturas para a vida profissional.

Ao revisitar sua memória, chega à Praça “Olimpio Campos” e depara-se com “aquele prédio de três cúpulas com hastes apontando o infinito”, reencontra suas colegas, os professores e as professoras, descreve seus perfis, o método e a atuação de cada um; relembra os conteúdos por eles ministrados; o material escolar, a representatividade da arquitetura da escola para a sociedade e o significado do status de intelectual que conferia àquelas “*que ele abrigava – crescer, subir, voar para a civilização, para um mundo de conquistas pela inteligência*” (RÉGIS, Leyda. Discurso-Depoimento, 1970).

Na introdução, Leyda apresenta o cenário escolar, ressaltando a arquitetura e a configuração escolar, situando nesse espaço a ex-normalista e a mestra.

O discurso faz referência ao uso do tempo livre, “longe” dos olhares dos inspetores e professores; à ocupação de espaços para criação de grêmios e reuniões com as colegas para suas “tertúlias” e composições literárias; à formatura, e estende às

práticas das normalistas ao campo profissional, mostrando as possibilidades de atuação no magistério feminino em Sergipe; pontua as dificuldades e as condições a que se submetia a professora que se deslocava do seio da sua família para exercer o seu ofício de educadora no interior do estado.

O Discurso-Depoimento da Professora – ex-normalista – Leyda Régis constitui-se em um legado às gerações futuras, revelando as práticas que compuseram o universo escolar da Escola Normal na segunda década do século XX através das reminiscências da sua passagem como normalista.

Assim, ao reconstruir suas experiências escolares, Leyda ressalta o espaço escolar e o seu imaginário, vislumbrando as práticas possíveis ao público feminino, encaminhadas à emancipação intelectual por meio de um viés educacional.

O Discurso-Depoimento mostra a interação das normalistas e a forma como se articularam para expressar, através de tomadas de ação, dentro do espaço escolar, o domínio das leis científicas que movem a natureza e a sociedade. Quanto ao depoimento sobre os professores e professoras, reporta-se com um tom respeitoso, partindo do perfil dos mestres, que no período fizeram na escola o cumprimento da sua função, os quais são exaltados por suas qualidades e tomados como exemplos disciplinares de boa conduta profissional e moral.

Compreender a cultura escolar através dos elementos contidos em um depoimento implica, além de traçar o ideário de educação imposto no início do século, perceber que formação a sociedade esperava desses indivíduos; que valores eles deveriam (re)produzir.

Com essa identidade escolar Leyda já havia tido contato durante sua escolarização inicial, no Grupo Escolar General Siqueira de Menezes, instituição implantada na segunda década do século XX. Esse estabelecimento fazia parte do plano de organização escolar, que visava à modernização do ensino, de forma a atender às necessidades do regime republicano.

Saviani (2004), ao refletir sobre o legado educacional do século XX, faz destaque a essa organização pedagógica da escola. Em seu estudo, ressalta que a reforma do ensino público em São Paulo começou pela escola normal, quando Caetano de Campos, então diretor da Escola Normal de São Paulo, elaborou, juntamente com Rangel Pestana, o decreto de 12 de março de 1890. De acordo com Saviani (2004), inspirado no exemplo de países como a Alemanha, Suíça e Estados Unidos, Caetano de

Campos entendia que “devíamos estudar nesses povos a maneira de ensinar”³⁰, considerando não a adoção, mas sim a necessidade de adaptação dos métodos às nossas necessidades. Caetano de Campos tinha a convicção de que antes da reforma da Instrução Pública, era necessária a instalação de escolas-modelos, criando assim a Escola-Modelo anexa à Escola Normal de São Paulo, como um órgão de demonstração metodológica, composta por duas classes, uma masculina e outra feminina.

A implantação da Escola-Modelo foi uma condição primeira da reforma do ensino paulista, pois o sucesso da reorganização do sistema escolar colocava-se como condição prévia à adequada formação de seus professores. Em seu texto, Souza (2004) reforça que a Escola-Modelo funcionou como campo de experimentação, promovendo a formação técnica dos professores e atuando como centro de irradiação dos novos métodos de ensino (o método intuitivo ou lição de coisas).

De acordo com Nascimento (2006), em Sergipe, o Presidente do Estado Rodrigues Dória fez vir de São Paulo, em 1909, o professor Carlos da Silveira, diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista, com a incumbência de organizar a instrução pública em Sergipe. Ao assumir a função, esse professor propôs um plano de ações no qual incluía a construção de grupos escolares e a seleção de professores para compor o quadro das escolas. Visitou, assim, todas as escolas de Aracaju, juntamente com o Presidente Rodrigues Dória, com o intuito de escolher pessoalmente os profissionais que comporiam o corpo docente, pois era preciso assegurar a qualidade do professorado como forma de garantir o sucesso da empreitada. Após um ano de intervenção no plano de ação para estruturar a educação em Sergipe, o professor Carlos da Silveira retornou à cidade de São Paulo.

Entusiasmado com suas experiências como Inspetor Geral da Educação em Santos, ao assumir a direção da Instrução Pública em Sergipe, em 1913, Helvécio de Andrade reforçou o discurso de modernização pedagógica. Manifestou-se através de relatórios ao Presidente do Estado sobre a necessidade de equipar as escolas com material importado para o bom funcionamento dos grupos escolares.

Ao pesquisar sobre as práticas higienistas nos grupos escolares de Aracaju, no início do século XX, Azevedo (2004) conseguiu localizar mensagens presidenciais sobre a encomenda de mobiliários escolares aos Estados Unidos, como carteiras duplas e recursos didáticos. No entanto, Azevedo (2004) ainda registrou que houve grupos que

³⁰ Destaque do autor. Cf. Saviani (2004).

sofreram em alguns momentos com a ausência de materiais, como foi o caso dos grupos escolares General Valadão e Barão de Maroim, os quais, em algumas ocasiões, usaram materiais emprestados do Grupo Escolar General Siqueira de Menezes.

Embora outras instituições de ensino como o Grupo Escolar General Siqueira de Menezes tenham influenciado na formação de Leyda, procuramos focar neste momento as experiências vivenciadas por ela na Escola Normal, “celeiro de formação da elite feminina”³¹. Buscamos entender os processos didáticos desenvolvidos na instituição no período analisado e a configuração que interligava os sujeitos, trazendo à luz o que possibilitou essa experiência, como também a sua visão e a forma de colocar os elementos constitutivos da cultura escolar, dos sentidos e significados incutidos nos documentos e as suas implicações.

Assim, tentamos reconstruir, a partir do itinerário de formação de Leyda na Escola Normal, as práticas e a materialidade escolar que colaboraram para o desenvolvimento do conhecimento para a educação em Sergipe, a partir dos vestígios que ficaram no “tempo” e na memória dos que experienciaram e compartilharam dos mesmos espaços.

2.1. Escola Normal, “Celeiro da intelectualidade sergipana”³²: representações da normalista Leyda Régis

Bendita reminiscência que me faz viver, hoje, o ontem de 1917 a 1920!... E passaram na tela viva da emoção e a saudade, os episódios que encheram quatro anos por ideal sublime de transmitir o que os Mestres ouvíssemos àqueles de quem nos tornaríamos mestras!... (RÉGIS, Leyda. 1970).

³¹ Essa expressão foi localizada em: RÉGIS, Leyda. “O Sumptuoso”. Revista síntese, Janeiro de 1973; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920 – 1950). Campinas: Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas, 1995.

³² Leyda em seu Discurso-Depoimento (1970) formulou o termo “Celeiro de Inteligências” para fazer uma espécie de trocadilho como analogia entre o centro de formação intelectual feminina que funcionava na Escola Normal e a finalidade que foi dada ao prédio da escola após a transferência da instituição para a rua Laranjeiras, quando esta passou a servir de comércio de alimentos e artefatos para animais. No discurso Leyda pontuou sua insatisfação e emoção: “[...] tive lágrimas nos olhos quando, a primeira vez, ao passar por ‘minha’ velha e querida Escola, vi sair sacos de ferragens para irracionais, aquela ‘Celeiro de Inteligências’, que fabricou e espalhou tanto alimento para o espírito!...” Já a expressão “celeiro da intelectualidade sergipana” foi utilizada por Pina (1994) e Freitas (2003a).

2.2. As colegas

Entre as colegas que concluíram o magistério no ano de 1920, junto com Leyda estavam: Adélia Smith Firpo, Antônia Rosa de Oliveira, Alzira Silva, Anita Novaes de Mendonça, Adolfina Ferreira da Silva, Antonia Adalgisa Gonçalves, Celina Teles de Souza, Claudelina Mota, Dolores da Silva Barros, Dalva Freire de Oliveira, Eufrosina Almeida Santos, Hilda Melo, Hercília de Melo Dantas, Jardelina Bastos Costa, Josefina Pepina de Carvalho, Jesuína Eulália Coelho, Laura Alves de Almeida, Lydia Mazzani de Andrade, Luttigard Lima de Almeida, Maria Luisa Lemos, Maria Emília de Marçilac, Myriam Guimarães Lacerda, Maria José Costa, Maria Pureza Nunes, Agnor Hora, Maria Clementina Lima, Nair Lourdes de Oliveira, Nair Freire do Prado, Olga Ramos, Serafina Campos, Zélia de Araújo Silva, Zuleica Zilda Dantas e Auda Zamith Piassá.

Na visão de Leyda, a turma formada por 33 normalistas estabelecia relações moderadas de convivência: “*A nossa turma nem era perfeitamente unida, nem completamente desunida! Havia pequenas implicâncias e desinteligências que se dissipavam com ‘deixa pra lá!...’ ou uma desculpa convencional ou sincera* (LEYDA, 1979). As colegas interagiam por afinidade, formando pequenos grupos, ou pelas diferenças, manifestadas pelas “críticas humorísticas” que lançavam umas às outras.

E ali mesmo, dentro do salão, vinham as críticas humorísticas aos Professores e alunas, os comentários chistosos, as conversas e cochichadas em que um ‘ele’ ocupava o centro, as brincadeiras de que nem todas participavam por desajeitadas, mas riam e gozavam nesses momentos de uma espécie de ‘higiene mental’. Anita Novaes de Mendonça, irrequieta, era a promotora certa de todas as novidades que surgiam. Descobria qualidades e defeitos e punha-os à mostra num ‘pasquim’, com perguntinhas, tipo leilão, que confundiam e surpreendiam as que eram atingidas: - ‘Quanto me dão pela inteligência de Fulana?!... pela preguiça de Sicrana?! Pela beleza desta?!... pela vaidade daquela?!’ e assim por diante... Adélia Firpo, estudante inteligente e aplicada, de irrepreensível comportamento, sofria seus motejos porque não tolerava pilhérias em que houvesse qualquer sentido amoroso. E como pouco desse de si... Veio o pregão: - ‘Quanto me dão pelo desmazelo de Adélia?!...’ É que ela trazia despreocupadamente, a saia despencada de um lado e a blusa subindo do cós que a prendia. Esta parte, aliás, de inocente gracejo, contava com a participação de Hilda Melo, hoje, a respeitável Irmã Maria do Carmo, da Congregação Sacramentina,

que suavizou a crítica a Adélia, querida de todas, com a substituição: ‘desmazelo’ por ‘bondade’³³ (RÉGIS, Leyda, 1970).

Tinham aquelas consideradas inteligentes, aplicadas, de comportamento discreto, intolerantes às brincadeiras, como era o caso de Adélia Firpo, que, incomodada, recebia os comentários, predisposta a entrar no conflito, que era amenizado por outras colegas que demonstravam um certo molejo e modificava o tom da brincadeira com palavras de conciliação.

Anita Novaes de Mendonça era considerada a irriquieta. Fazia das novidades do cotidiano escolar momentos de descontração; usava da sua criatividade e desembaraço para promover situações inusitadas, atribuir qualidades e apontar defeitos. Surpreendia as colegas ao atribuir-lhes namorados e características que quando não aguçavam a vaidade, causavam espanto e despertavam o medo de repreensão.

De Anita, ainda, saíam intriguinhas sem conseqüências e, em forma de equação: ‘Fulano está para Fulana, como Beltrano para Beltrana’. Estas ‘equações’ eram ponto de discórdia com as que se viam descobertas em suas pretensões amorosas reais ou imaginárias e as que ao pensavam, sequer, em namoro (RÉGIS, Leyda, 1970).

Os comentários a respeito dos sentimentos amorosos causavam desacordos; pareciam desnudar a intimidade dos seus segredos e expor a conveniência da tão preservada discrição.

O comportamento e a aparência era outro ponto forte para a observância e censura. Qualquer descuido com a vestimenta provocava risadinhas e expressões de surpresa ou desaprovação. Nem os professores passavam despercebidos pelos olhos vigilantes e o exame minucioso das normalistas.

Era motivo de cotoveladas para chamar atenção, risos encobertos com a mão espalmada na boca, Quando Dr. Helvécio, sempre com o “fraque” da elegância ou paletó preto, tipo jaquetão e colete prendendo as pontas da gravata também preta, trazia meias uma meio diferente da outra. Ele, por tantos olhos dirigidos a seus pés, descobria o desleixo e desculpava-se, confuso: - “É a falta de mulher”!... Isto era o bastante para Anita dar noivas ao Professor viúvo, contrariando as apontadas, que o chamavam pequeno, magro e velho, além de feio! [...] (RÉGIS, Leyda, 1970).

³³ Grifos da autora.

Nessas situações os professores demonstravam disposição e ânimo e retribuía com entusiasmo os gracejos, escapando dos julgamentos com escusas que as meninas logo transformavam em pretexto para outras brincadeiras.

De certa forma havia uma cumplicidade, partilha de comportamentos e atitudes que traduziam a identidade discente no espaço escolar. Segundo Leyda, as normalistas criavam seus próprios entretenimentos e brincadeiras. Juntas, garantiam os momentos de descontração, inventavam situações para aliviar o cansaço das tarefas desempenhadas na sala de aula, planejavam as fugas das atividades, burlavam as regras, ludibriavam os professores e os inspetores.

Como não nos fosse dado qualquer meio de distração a mente cansada das lides escolares, nós mesmas procurávamos aliviá-la, com nossas promoções, longe do olhar indiscreto da inspetora de alunas, que nos vigiava como um pajem nos intervalos de uma para outra aula ou quando um professor nos ‘presenteava’ com a falta esporádica em seu horário. [...]. Algumas ‘gazeavam’ e encarregavam a companheira de banco para dizer o ‘presente’ da chamada e a responsável da presença ausente ia respondendo, com voz modificada, para encobrir a falta da colega escondida no porão, quando a lição estava mal preparada (RÉGIS, Leyda, 1970).

As alunas pensavam e construía diversas formas de estar na escola. Além de cumprirem as atividades didáticas exigidas durante as aulas, gastavam o tempo escolar para desenvolver práticas não estabelecidas no cronograma escolar e ocupar lugares não destinados às tarefas pedagógicas.

[...]. E, no porão, nos reuníamos às horas vagas e fazíamos nossas tertúlias, apresentando, cada uma, seu trabalho; contos majestosos, cheios de amor ou trágicos de fazerem as pedras chorar; poesias de versos mancos, modinhas de autoria própria com letra adaptada a uma música em voga. Eufrosina, numa demonstração do que se cristalizaria mais tarde, com sua propensão poética, era quem melhores versos fazia, recitava com ênfase e gesticulação espalhafatosa! De minha parte, habilitei-me com dois ‘romances’ – ‘Inocência Reconhecida’, nome dado por minha colega, companheira de banco em todo curso, Adélia Firpo, e o ‘Minha amiga Lúcia’... Aquele de 90 tiras de papel pautado, escritas à mão com lances perigosos, sofrimentos atrozes, desengano aparente de um amor puro e sincero, assim, marca ‘Script’, acabando com um casamento feliz de uma moça de beleza inigualável e dotes invejáveis com um moço bonito simpático, de qualidades morais irrepreensíveis. O outro, mais simples, menos cheio de emoções, mais real...[...] (RÉGIS, Leyda, 1970).

O porão não funcionava apenas como um esconderijo, mas também servia, principalmente, como sede de concentração das normalistas. As alunas faziam desse espaço um ambiente íntimo e fértil, onde se recolhiam para repassar os estudos, concluir os exercícios atrasados, desenvolver práticas de escritas extracurriculares, encenar teatro, fazer declamações e recitações, brincadeiras, jogos, adaptar letras e melodias musicais para compor modinhas, distrair-se em sonhos juvenis e outras iniciativas que expressavam resistência à ordem escolar estabelecida. Por outro lado, essas práticas não eram totalmente tolhidas, uma vez que a própria escola disponibilizava os espaços, permitindo que as alunas tivessem livre acesso pelos cômodos do prédio.

Dentre as práticas que eram desenvolvidas no porão, Leyda Régis ressaltou em seu depoimento à sociedade cultural que fundara juntamente com suas colegas normalistas:

Sentindo que a 'Mulher', no Brasil, dificilmente seria uma 'imortal' no mundo das letras, que o diga a brilhante escritora, DINAH SILVEIRA DE QUEIRÓS, lutando por sua 'imortalidade' na Academia Brasileira de Letras, um grupo avesso à folgança da maioria: eu, Adélia, Eufrosina, Lydia e outras fundamos uma sociedade literária, que hoje teria o nome de 'Grêmio Cultural', e a que demos o pomposo título de 'Academia Estudantil de Letras' (RÉGIS, Leyda, 1970).

As representações das normalistas direcionavam-se para imitação de práticas culturais de instituições de caráter cultural e intelectual. A própria denominação destinada às reuniões das normalistas expressava a equiparação de suas práticas às de intelectuais pertencentes às “Academias de Letras”.

Para ilustrar o esforço da mulher em busca de estabelecimento no universo intelectual, Leyda cita o empenho de Dinah Silveira de Queiroz³⁴, escritora nascida em São Paulo no ano de 1917, que alcançou poder de ressonância e a proposta de uma vaga

³⁴ Dinah Silveira de Queiroz atingira visibilidade social através da produção e repercussão de suas obras e por atuar no jornalismo e radialismo. Todavia, seu status de intelectual ganhou notabilidade através do reconhecimento conferido pela Academia Paulista de Letras, com o Prêmio Antonio Alcântara Machado e pelo Prêmio Machado de Assis, recebidos da Academia Brasileira de Letras. A literata teve livros que se transformaram em Best-seller nacional, tendo alguns recebido versão cinematográfica. Seus escritos foram bem recebidos pela crítica literária e repercutiram de forma considerável. Já a cadeira entre os “imortais” na Academia Brasileira de Letras, Dinah só conquistou ao final da sua vida, no ano de 1980. Mais informações sobre Dinah Silveira de Queiroz (1917 – 1982) podem ser obtidas em SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 180.

na Academia Brasileira de Letras pela originalidade dos diversos gêneros literários que compôs³⁵.

O empenho em alcançar lugar na esfera pública e a consequente conquista das mulheres pelo reconhecimento entre grupos de elites culturais constituíam uma prática articulada e bem sucedida desde o final do século XIX, ao ocupar cátedras em escolas públicas, fundar e dirigir colégios particulares, participar de grupos de intelectuais, manifestar-se através das práticas de escrita, dentre outras atividades. No século XX, os movimentos feministas³⁶ eclodiram por todo o Brasil, reforçando a expressão e os engajamentos e intensificando a inclusão da mulher no universo público através das organizações de sociedades femininas³⁷.

Espelhando-se nessas iniciativas femininas, as normalistas fundaram sua própria sociedade literária, ocupando para tanto o porão, espaço que certamente não havia sido planejado para essas práticas; isso porque, dentro de um projeto de reforma do ensino, seria inviável a construção de um porão que tivesse por finalidade a reunião de alunas para a extensão das atividades escolares. De acordo com Frago e Escolano (1998), desde o século XIX as preocupações com a salubridade do ambiente escolar estavam aliadas a um projeto escolar que fosse compatível com as normas de higiene da época, e mais tarde, com as exigências do conforto e da tecnologia.

Essa percepção leva-nos a inferir que as atividades culturais desempenhadas pelas alunas, ainda que dentro do âmbito escolar, configuravam-se como práticas de resistências. Certamente os professores e demais agentes escolares tinham

³⁵ A primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras foi Raquel de Queirós, no ano de 1977. Para outras informações sobre Raquel de Queiroz (1910 - ?), consultar SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 476-477.

³⁶ Conforme Almeida (2007), o movimento feminista pode ser entendido “como um movimento sóciopolítico, que teve repercussões nos diversos campos epistemológicos, com influência na esfera pública e privada, alterando representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados, reservados a homens e mulheres” (ALMEIDA, 2007, p. 51).

³⁷ Na década de 30 do século XX, muitas intelectuais sergipanas filiaram-se à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Em 1934 Sergipe foi representado por Cesartina Régis na 1º Convenção Nacional Feminina realizada na Bahia, promovida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e pela União Universitária Feminina (UUF). Nesta ocasião Cesartina Régis foi indicada por unanimidade para ser candidata política, tendo em vista garantir os direitos da mulher na Assembléia Constituinte de 1934. No entanto, era preciso escolher uma mulher que efetivamente tivesse condições objetivas de concorrer a uma vaga na Assembléia. Assim, diante das possibilidades de articulação política de sua contemporânea Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, retirou seu nome da indicação e engajou-se, aliada à Maria Rita Soares de Andrade, na organização e lançamento da candidatura da professora Quintina Diniz, eleita primeira deputada estadual. Quanto à atuação de Quintina Diniz e sua participação na política em Sergipe e sobre a participação de Cesartina Régis na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, consultar: FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política**: sergipanas no início do século XX. Campinas: Faculdade de Educação, 2003. (Tese de Doutorado).

conhecimento das práticas das normalistas, no entanto não é perceptível o envolvimento docente e da equipe administrativa no sentido de contribuir para o desenvolvimento, ampliação e demonstração das atividades expressadas pelas alunas ou até mesmo a destinação de espaços mais adequados para suas práticas. A falta de investimento nas atividades recreativas e a pouca crença na possibilidade de incluir no cronograma do tempo escolar o estabelecimento de horários livres destinados à criação cultural das normalistas são uma explicação tangível para a vida curta da Academia Estudantil de Letras. Segundo Leyda, a agremiação restringiu-se ao período de passagem, na Escola Normal, de um determinado grupo de meninas entusiasmadas com avanço da mulher no mundo intelectual. *“Foi um sucesso!... Elegeram-me presidente!... Pobres mortais! Morreram com sua ‘academia’ quando deixaram a escola!”* (RÉGIS, Leyda. 1970).

2.3. Tempo e espaço como aspectos da cultura escolar

O tempo escolar, nas primeiras décadas do século XX, era um elemento que deveria ser rigorosamente administrado, orientado para a organização sistemática e metódica dos conhecimentos que deveriam ser transmitidos. A escola não era lugar de distrações nem de materialização do mundo de sonhos e aspirações juvenis.

A sala de aula, sob a orientação e o olhar vigilante dos mestres, constituía o espaço e lugar³⁸ de afloramento intelectual, de produção do conhecimento, de criação cultural, e de adoção de comportamentos voltados aos preceitos cívicos e morais compatíveis com a ordem social vigente.

O controle minucioso do tempo e a distribuição ordenada dos horários uniformizavam a vida escolar e permitia o controle das práticas escolares pelos docentes, no sentido de orientar as atividades pedagógicas conforme o ideal de modernização pedagógica. Essa forma de administrar o tempo escolar permitia marcar o

³⁸ A partir de Frago e Escolano (1998) é possível compreender o significado de espaço escolar como um lugar simbólico e culturalmente construído, onde atuam indivíduos que intervêm no processo ensino-aprendizagem, formando configurações que conferem sentidos a um espaço, transformando-o em lugar. “[...] todo espaço é um lugar percebido. A percepção é um processo cultural. Por isso, não percebemos espaços, senão lugares, isso é, espaços elaborados, construídos. Espaços com significados e representações de espaços. Representações de espaços que se visualizam ou contemplam, que se rememoram ou recordam, mas que sempre levam consigo uma interpretação determinada. Uma interpretação que é o resultado não apenas da disposição material de tais espaços, como também de sua dimensão simbólica” (FRAGO, 1998, p. 78).

ritmo das ações, mediar os rituais, ordenar os ciclos de existência e autorregular as atividades escolares.

Esses fatores dariam atributos às virtudes ou vícios e marcariam estreita relação com tudo aquilo que se enquadraria como adequado ou inadequado para o comportamento das normalistas, visto que as práticas da sala de aula, ordenadas pelo controle do tempo, determinando horários de entrada e saída, marcação de frequência, de tempo para o repouso, recreio, para execução de atividades, atribuíam características como assiduidade, prudência, preguiça, negligência, entre outras. Assim, a ordem temporal se uniu à do espaço para regular e organizar as coordenadas básicas da vida da instituição e das práticas das normalistas que deviam ser consideradas legítimas.

Por vezes, eram solicitadas das alunas formas de expressões, tais como discursos e apresentações em comemorações cívicas da escola. No período em que Leyda estudou na Escola Normal, algumas formas de investimento cultural, propiciadas pelo diretor Antonio Manuel de Carvalho Neto³⁹, oportunizaram transformações na rotina das normalistas. O diretor promoveu visitas de personalidades ilustres e de profissionais da educação, fomentando debates, desfiles e outras atividades que contribuíram para expandir a vida cultural da escola, marcando, além da formação, as lembranças escolares das normalistas.

Na direção do grande sergipano, ilustre em sua vida literária política e jurídica, Dr. ANTONIO MANUEL DE CARVALHO NETO, houve alguma expansão em nossa vida cultural. Provocava visitantes ilustres, como fez com General Aeber, que passava por Sergipe e designava, de surpresa, uma aluna para saudá-lo. A esse fui eu a escolhida e recebi um beijo na testa do velho militar francês em recompensa ao meu falatório alinhavado; historiadores, que vinham discutir os limites de Sergipe com a Bahia, fazendo-nos participar dos debates, desfiles, em datas nacionais... Eram novidades para a vida rotineira de cada dia: a escola é só para estudar e aprender.. [...] (RÉGIS, Leyda, 1970).

Tendo em vista a diversidade de práticas e significados do espaço escolar, este indentificado no discurso de Leyda, lançamos um olhar para a análise da estrutura física da Escola Normal, dotada de intencionalidade desde a escolha da sua localização

³⁹ Para mais informações sobre Carvalho Neto consultar: LIMA, Maia do Socorro. **República, política e direito**: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2008. (Dissertação de Mestrado).

à própria arquitetura do prédio que abrigava a escola, expressando publicamente as formas exuberantes da sua materialidade convergida em códigos educativos.

Para Frago e Escolano (2004), a arquitetura, além de necessária, era arbitrária, funcional e retórica. A linguagem arquitetônica expressa todo um sistema de intenções, valores e discursos, um jogo de simbolismo que vai atribuir uma identidade específica à estrutura escolar.

Arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (ESCOLANO, 1998, p. 45).

A arquitetura dos prédios que abrigariam os grupos escolares e as Escolas Normais foi uma preocupação de primeira ordem. Sua monumentalidade precisava expressar a exuberância do novo regime e, acima de tudo, diferenciar-se da estrutura dos outros edifícios da cidade, uma vez que a intenção era encantar e atrair o público. A escola configurar-se-ia como um lugar específico, diferente das casas onde funcionavam as aulas isoladas, das residências, e destacar-se-ia dos demais prédios do espaço urbano. Os espaços que comportariam os grupos escolares tinham de ser amplos, iluminados, ventilados e bem localizados, obedecendo aos padrões dos discursos higiênicos em vigor na época.

Quando o Dr. Rodrigues Dória⁴⁰, o então presidente do Estado, teimou em erigir um prédio para a Escola Normal, [...], ninguém acreditava que aquele casarão pesado, suportando três cúpulas com hastes, furando o infinito, pudesse firmar-se no lamaçal em que iria receber base. [...] ela cresceu, tomou corpo, assumiu um ar de imponência e respeito no seu porte e firmou-se na história pela tradição de uma Escola, onde pontificaram valores educativos, e de onde saíam mestras de escola. Daí, dar-se ao prédio, que se erguera, o cognome de 'O Sumptuoso'. [...]. A sala de entrada do edifício dava a esquerda para um amplo salão da Diretoria e da Congregação de Professores, e a direita para a Secretaria, [...]. A

⁴⁰ Sobre Rodrigues Dória verificar o trabalho de SANTOS, Nivalda Menezes. **O celibato pedagógico feminino em Sergipe nas três primeiras décadas dos século XX**: uma análise a partir da trajetória de Leonor Teles de Menezes. NPGED/UFS: São Cristóvão, 2006. (Dissertação de mestrado)

escadaria interna levava ao porão, esconderijo das alunas que não tinham preparado alguma aula do dia, ponto de encontro para as ‘conversinhas’ que em nada se relacionavam com o estudo, mas também abrigo silencioso para repassar as lições, contornando a área aberta em que, num jardim bem cuidado, um lençol branco de lindos crisântemos alegrava os olhos e impregnava o ambiente de um perfume suave, inebriante! [...]. O inverno vem e vai e ele, o prédio, ‘varão’ teimoso que nasceu palúdio no lamaçal da Praça da Matriz, continua ereto, robusto, desafiando os que vem de berços calcificados e vitaminados pelos reconstituintes da técnica moderna. [...] (RÉGIS, Leyda. O “SUMPTUOSO”. 1973).

O Prédio da Escola Normal foi ressaltado no artigo de Leyda, intitulado “o Sumptuoso”, como um elemento da cultura escolar em função do uso educativo, dotado de sentidos, principalmente em relação à imagem que representava perante a sociedade como a instituição responsável pelas funções civilizatórias de suas práticas. Faz perceber o uso que as alunas faziam dos espaços, tal como o porão, apresentando a sua imponência como desafiadora dos padrões arquitetônicos modernos.

Souza (2004) pontua que a arquitetura dos prédios adotou os estilos neoclássico e eclético. Os edifícios escolares destacavam-se pela sua monumentalidade, suntuosidade, beleza e comodidade das instalações. Estas características revelavam a imponência das iniciativas republicanas, revelando a visibilidade do poder público no campo da educação popular.



Figura 2: Escola Normal. Autoria não identificada. Arquivo: PESQUISE. Sem data.

A fotografia da Escola Normal ilustra a expressividade da instituição. Sua fachada ampla comporta uma estética ostentosa por toda a sua estrutura. A entrada, protegida por duas colunas cilíndricas reproduzidas em tamanhos menores ao longo da extensão do prédio, simboliza a firmeza, faz-nos reportar à magnitude de um templo. As janelas em abundância são simetricamente distribuídas, altas e grandes, transmitem a sensação de asseio, luminosidade e vastidão. As cúpulas semisféricas remetem a ideias de imponência, poder e persuasão, podendo associar-se ao firmamento ou ao útero protetor. As astes presas às cúpulas apontam para fora da sua origem, como se quisessem se prolongar e expressam a sensação de energia e dinamismo.

O arquiteto W. M. Moser (apud FRAGO E ESCOLANO, 1998) afirmou que a escola deveria ser o elemento dominante do conjunto de construções que rodeiam, sendo o símbolo que representa o esforço em favor da cultura. O edifício escolar deveria ter uma arquitetura definida e própria, de modo a distinguir-se de qualquer outra estrutura, porque representava o local onde incidem os discursos, as práticas normativas e os saberes institucionalizados. Era local detentor de mecanismos de controle e censura dos comportamentos.

A estrutura física do prédio escolar deveria estar associada à ideia de progresso, de evolução da sociedade, de avanço do conhecimento da natureza e da sociedade. A imagem da escola deveria ser suntuosa e ser representada, antes de tudo, como o local de formação do homem civilizado.

De acordo com Grunennvaldt (1999), é a partir de meados da primeira década do século XX que Aracaju passa a sentir as mudanças da política educacional republicana:

Os primeiros anos republicanos em Sergipe não presenciam a concretização dos anseios que impulsionaram a proclamação. O plano educacional se esbarrava na falta de recursos para operacionalizar as propostas educacionais, a deficiência na formação de professores para implantar as novas idéias pedagógicas e a precariedade das instalações escolares públicas (GRUNENNVALDT, 1999, p. 14)

De forma paulatina, os espaços da cidade foram se urbanizando, e as construções de prédios suntuosos passam a ser uma meta prioritária que marcariam a administração dos políticos entusiastas da educação republicana.

Para o ideal educacional republicano era preciso construir edifícios dignos que pudessem ser notados pela população; que marcassem a representatividade da educação na sociedade pela monumentalidade da estrutura dos prédios.

Os reformadores, ao pensar na estrutura física escolar, definiram que a arquitetura cumpria não só uma função pedagógica, mas também um objetivo cultural de primeira magnitude, ao incutir símbolos que melhor aglutinariam a consciência escolar e seriam definidores de sua identidade educativa. Assim, a estrutura escolar e os seus elementos carregariam significados intrínsecos ao ideário de modernização educacional.⁴¹ Os próprios elementos didáticos corroboraram com esse discurso. Os objetos espaciais, a exemplo do cilindro, a esfera, o triângulo e o cubo, distanciam-se de sentidos neutros e reforçam a transmissão de ideias.

Conforme Azevedo (2004), muitos dos instrumentos constituintes da materialidade escolar em Sergipe foram importados dos Estados Unidos e da Europa, tais como a encomenda de laboratórios de Química, Física, carteiras, globos, planisférios, mapas geográficos, quadros murais de sistema métrico e de ciências físicas e naturais, dentre outros.

De acordo com Freitas (2003), em 1920, o então presidente da Província, Coronel José Joaquim Pereira Lobo, demonstrou-se preocupado com a educação, relatando em seus discursos sobre a importância da aquisição de coleções de História Natural e dos gabinetes de Química e Física do melhor tipo encontrado em Paris. As iniciativas de Pereira Lobo atendiam à lógica institucionalizada pelo modelo escolar proposto por Caetano de Campos (São Paulo), que via como requisitos necessários à reforma a importação de material moderno e profuso, prédios apropriados e mestres formados nos moldes estrangeiros.

⁴¹ Autores como Saviani (2004), Souza (2004), Nascimento (2006), Funari e Zarankin (2005), Abreu Junior (2005), Menezes (2005), dentre outros, tomam como objeto a cultura escolar em seus trabalhos, tratam da implantação, pelos republicanos, de um sistema público de ensino considerado moderno, traduzido pela materialidade dos prédios que comportariam os centros disseminadores do saber, pela importação de artefatos escolares, adoção de métodos, e formação de indivíduos aptos a impulsionar a alavanca do saber em direção ao progresso.

2.4. Aspectos da formação docente

[...] Mas, pobres alunas daquele tempo! Tudo isso imaginariamente concebido, teoricamente aprendido nas palavras descritivas da Mestra!... O método antiquado não lhes facilitava a assimilação! (RÉGIS, Leyda, 1970).

Associada ao uso dos materiais escolares estava a necessidade de renovação no método de ensino para a prática educativa. Nestes termos, a introdução do método intuitivo teve importância fundamental para a consolidação dos materiais didáticos no projeto educacional.

A apropriação de um novo sistema de funcionamento didático contribuiu tenazmente para a ampliação e diversificação dos materiais. Os procedimentos estavam voltados para um trabalho empírico, baseado na observação e experimentação. Souza (2007) ressalta que o método intuitivo “fixou os sentidos humanos como fonte e origem das ideias e o método como instrumento garantidor de bons resultados” (SOUZA, 2007, p. 175).

Consonante com a proposta de modernização educacional, a reestruturação pedagógica mostrava-se relacionada com os métodos utilizados para o ensino das disciplinas, voltando os interesses educacionais para a aquisição de recursos que possibilitassem o desenvolvimento da educação. Assim, dentre muitas medidas necessárias, é notório o esforço em aparelhar as escolas com materiais didáticos que subsidiassem o novo modelo de educação, voltados aos princípios da Escola Nova.

Embora essa ideia de educação já circulasse no meio escolar, Freitas (2003a) registra a resistência de alguns professores em suas práticas, o que se perdurou por toda a década de 20 do século XX, como mostra a Mensagem Presidencial:

Para esse fim salutar, tem sido adquirido material pedagógico suficiente, afim das aulas terem a feição mais prática possível. A campanha contra a abstração, contra os antigos processos de repetir, de aprender de cor, da memorização passiva de grandes conhecimentos, tem sido diligente e tenaz. Um dos maiores vícios do ensino normal, entre nós sempre foi esse: o desprezo do método activo pelos processos que sobrecarregaram a memória e enfraquecem a capacidade de raciocinar. Para combater essa viciosa, recorreu-se ao extremo do methodo intuitivo, isto é, do mais constante contato da intelligencia com a natureza, com as coisas, observando-as, comparando-as, deduzindo delas o conhecimento seguro. Procura-se na Escola Normal, com benéfico entusiasmo, um saber feito de

experiências, para ser transmitido às novas gerações sergipanas, obedecendo aos mesmos sábios princípios naturaes na aquisição da verdadeira sciencia pela inelligencia humana (DANTAS, Manoel Correa, MENSAGEM PRESIDENCIAL apud FREITAS, 2003a, p. 66).

E em seu Depoimento, Leyda ressalta:

[...] Toda nomenclatura contida na Geografia geral de Lacerda, estudada e mostrada ao mapa-múndi, único material de que dispunha para a elucidação do fastidioso ensino por definições teóricas, [...] Mas, pobres alunas daquele tempo! Tudo isso imaginariamente concebido, teoricamente aprendido, nas palavras descritivas da Mestra!... o método antiquado não lhes facilitava a assimilação! [...] (RÉGIS, 1970).

Leyda estudou na Escola Normal no momento em que o curso tinha a duração de quatro anos. De acordo com Freitas (2003a, p. 64-65), o currículo nesse período estava voltado para uma formação geral, sem estar especificamente direcionado para a formação dos professores.⁴² Seu currículo era composto das seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Elementos de Álgebra, Elementos de Geometria, Geografia Geral, História do Brasil, Pedagogia, Pedologia, Noções de Higiene Escolar, Noções de Física, Noções de Química, Noções de História Natural, Noções de Agricultura, Noções de Zootecnia, Trabalhos Manuais, Ginástica, Música e Caligrafia. Este currículo foi instituído no ano de 1911. No entanto, em 1917, o ensino passou por uma reforma que acrescentou a esse programa as disciplinas Inglês e Educação Física.

Freitas (2003a) ressalta que o corpo docente da Escola Normal mantinha-se na instituição por longos períodos. Os professores, quando saíam do exercício docente o faziam-no em sua maioria, para assumir cargos públicos. Na caso das professoras, a maior parte delas dedicou-se exclusivamente ao magistério até a aposentadoria.

Embora o cargo de professor na Escola Normal representasse prestígio e reconhecimento, os proventos não faziam jus à necessidade de manutenção material, sendo, para tanto, necessária a ocupação de cargos públicos, além do acúmulo de aulas

⁴² A autora faz uma análise dos currículos da Escola Normal no período compreendido entre 1920 a 1950, na qual a instituição passou por três mudanças no currículo: a primeira através do decreto de normatizador nº 563, de 12/08/1911, privilegiando a cultura geral na formação das normalistas, com duração de 4 anos; a segunda, de 04/05/1925, que tinha a duração de cinco anos; e a última de nº 8.560, de 02/01/1946, com duração de 3 anos, que propõe uma formação específica, voltada à prática profissional Cf. FREITAS, 2003, p. 64.

em diferentes instituições. Muitas professoras e professores ministravam aulas particulares ou mantinham instituições privadas de ensino, como era o caso de Quintina Diniz (Colégio Sant'Anna), Normas Reis (Instituto América), Mariana Braga (Colégio Boa Esperança), entre outros.⁴³

A sociedade, como de praxe, procurava limitar as competências femininas ao magistério, por serem consideradas uma extensão às tarefas do lar. De acordo com Almeida (2004), esses limites impostos à mulher eram baseados em normas de conduta social claramente definidas e transmitidas, que selavam os espaços de convivência entre os sexos, uma vez que a identidade feminina era preservada em vários segmentos sociais, definida em uma moldura cultural em que os valores compunham o arcabouço social e determinavam os hábitos e costumes. Era esperado que as mulheres permanecessem no âmbito doméstico e preservassem o recato, a submissão e dedicação à maternidade. Já do homem esperava-se sua atuação no espaço público, no mundo dos negócios, e principalmente o exercício da liberdade, além da incorporação dos atributos de proteção e autoridade. Estas qualidades eram bastante perceptíveis no Discurso-Depoimento da ex-normalista, entoado sobre uma narração poética, distinguindo a delicadeza feminina em detrimento do tom que denota a autoridade e poder da figura masculina.

Freitas (2005) constatou em suas análises que inicialmente o currículo da Escola Normal privilegiava a formação geral, dando ênfase ao domínio do conhecimento. Em 1925 o curso foi ampliado para cinco anos, com o objetivo de preparar melhor as professoras. A grade curricular de 1925 passou a ser composta de: Português, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia Geral, Cosmografia e Corografia do Brasil, História Geral, História do Brasil e de Sergipe, Física, Química, Francês, Inglês, Educação Moral e Cívica, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Ginástica.

A proposta de ensino dessas disciplinas firmava-se em um trabalho intencionado por uma ampla renovação pedagógica, na tentativa de superar os objetivos educacionais postulados pela pedagogia tradicional.

⁴³ Cf. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. Campinas: Faculdade de Educação, 2003. (Tese de Doutorado).

2.5. Os Professores

Os professores, ah, os professores, tão diferentes uns dos outros no ensinar, no sentir os problemas das alunas, no conhecimento das matérias que ensinavam!... Mas todos interessados e esforçados em formar e capacitar aquelas que se destinavam a levar a luz da instrução aonde houvesse a treva da ignorância! (RÉGIS, Leyda, 1979).

Em seu discurso – depoimento de outubro de 1970, Leyda Régis reconstrói suas vivências escolares destacando os professores que contribuíram para sua formação e as respectivas disciplinas que ensinavam, conforme o quadro a seguir:

QUADRO I – DOCENTES DA ESCOLA NORMAL (1917-1920)

PROFESSOR (A)	DISCIPLINA
Quintina Diniz Gonçalves	Pedagogia e Psicologia do Ensino
Luisa Paes Guedes	Português
Silvia de Oliveira Ribeiro Diniz	Português
Etelvina Amália de Siqueira	Português
Leonísia Fortes	Aritmética
Clotilde Machado	Elementos de Álgebra e Geometria
Judith de Oliveira Ribeiro	Geografia Geral
Carmem Sousa	Corografia do Brasil
Amélia Cardoso	Francês
Norma Reis	Francês
Penélope Magalhães	Inglês
Cecília Maia	Inglês
Edila Sousa	Desenho
Mariana Braga	Elementos de Geometria
Zinah Montes	Trabalhos Manuais
Mariana Diniz	Música
Maria da Conceição Sobral	Música
Finelina Nascimento	Música
Eloah Passos	Ginástica
Francisco da Graça Leite	História Geral
Edgar Coelho	Educação Moral e Cívica
Josafá Brandão	Noções de Física e Química
Helvécio de Andrade	História Natural

Fonte: Discurso-Depoimento de Leyda Régis (1970).

Leyda Régis retrata esses professores em seu discurso mostrando os perfis individuais, valorizando-os pelas suas competências, e reconstrói a imagem das professoras com suas características femininas, detentoras do conhecimento, distantes do modelo professora-mãe, representativo da professora primária.

[...] E vem a figura alta, esbelta, de olhos grandes azulados da nossa primeira professora de Português, Luiza Paes Guedes [...] Segue-se a elegância feminina, delicada como a fragilidade do biscoito, de pele acetinada, de voz cantante como o cristal sonante, Silvia de Oliveira Ribeiro. [...] Etelvina Amália de Siqueira, ereta como um estipe, austera em contraste à suavidade da sua veia poética [...] A nossa professora de Aritmética, Leonizia Fortes [...] com voz estalante e palavras apressadas como se deste modo melhor despertasse a nossa atenção [...] Clotilde Machado, de Álgebra, com tipo de respeitável matrona da nobreza antiga [...] Judith de Oliveira Ribeiro, tão modesta e serena quanto heróica na conformidade [...] Carmem Sousa, de Cartografia do Brasil, calma e metódica [...] Amélia Cardoso, de cabelos brancos, venerável como a velhice histórica [...] Edila Sousa, no seu mister de mestra de desenho, mansa e de poucas palavras, encaminhando-nos nas artes de embelezar [...] Mariana Braga, a mais atualizada da época. [...] Zinah Montes [...] condescendente e comunicativa [...] Maria da Conceição Sobral, D. Cotinha, a benevolência personificada, nas suas incríveis lições teóricas. [...] e ouvindo a voz grave e serena de nossa veneranda mestra de Pedagogia e Psicologia do ensino, que nos olhava a nós, suas alunas, através do pincel com a ternura e a precisão de educadora [...] (RÉGIS, Leyda, Discurso-Depoimento, 1970).

Percebe-se, além da descrição física, a valorização de aspectos comportamentais que as professoras incutiam nas alunas pela conduta e representavam o modelo de mulher a ser seguido. Esse Discurso-Depoimento marca os traços delicados e pessoais de cada uma, através dos movimentos, dos gestos, da postura, da pose, dos olhares, da fragilidade e de todo um conjunto de expressões que constituíam a feminilidade da professora, sem, no entanto, distanciá-la da sua função e competência para o trabalho. Assim, Leyda reafirmou a figura da professora cumpridora do seu papel, disciplinando e transmitindo conhecimentos de uma forma científica e eficiente, à medida das possibilidades da época.

A descrição dos professores também é precisa:

[...] Dr. Josafá Brandão, respeitado e temido, caminhando lépido, como se aquele corpanzil de mais de cem quilos fosse formado de plumas que de plumas era sua alma, desapontando as alunas

irresponsáveis que estudavam até o dia em que fossem chamadas, quando entrava no salão das aulas de Física e Química sobraçando um maço de papel pautado e segurando, numa das mãos lápis apontados o quanto bastassem para distribuir a cada uma [...] falava brando, mas sua voz se alterava se pegasse uma “pesca” e seus olhos azuis, suaves, tornavam cor cinzenta do aço, se ouvia o menor sussurro, indício de desatenção à aula [...] (REGIS, Leyda, Discurso-Depoimento, 1970).

Fica evidente uma profunda admiração e respeito que podem confundir-se também com o sentimento paternalista e de autoridade. O corpo docente conquistava o reconhecimento de sua profissão, comprovando sua competência por meio de rigorosos concursos, que lhe conferiam a cátedra das disciplinas. No caso dos Professores, esse respeito era ainda mais explícito, tanto por uma questão de formação patriarcal de nossa sociedade, conferindo uma relação de obediência e medo à figura masculina, quanto pelo status e prestígio de que esses gozavam, graças às suas relações políticas e econômicas nos diferentes espaços públicos além da Escola Normal.

É importante registrar ainda que o perfil do professor vinha sendo moldado pelas sucessivas reformas do ensino. Essas características são perceptíveis na descrição dos professores feita nesse depoimento:

[...] quanto a mim, o temor do exame de admissão diante de uma banca examinadora composta de mestres os mais escrupulosos e severos no julgar, presidida pelo diretor Dr. Helvécio de Andrade que, desde minha inscrição às provas, me marcara com a sentença de reprovação porque, na verdade, não tinha a idade requerida, que era de 14 anos. Graças, porém, a um desvio ou destruição de certo cartório pude, com um atestado de duas pessoas idôneas, provar a ‘legalidade’ da ilegalidade, pressentida pela argúcia do Diretor, depois meu mestre de História Natural, em cuja matéria arrancava sempre o 6, nota máxima na época, ouvindo dele, por vezes, entre penitente e surpresa: ‘Menina, você me enganou em tudo: na idade e no aproveitamento, este eu não esperava!’ A menina órfã de pai pobre não podia nem devia esperar! [...] (REGIS, Leyda, Discurso-Depoimento, 1970).

Nesse Discurso-Depoimento nota-se a preocupação em fazer referência à “menina órfã de pai pobre” e a estratégia de ingressar no Ensino Normal antes da idade requerida para tal. Um outro elemento a ser destacado é a perspectiva da “distinção” de frequentar a Escola Normal. Como afirma Bourdieu (1974):

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a ‘distinção’ - no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem ‘como cultura’, [...] a cultura erudita veiculada pela escola dispõe de um sistema de categorias de percepção de linguagem de pensamento e de apreciação, que os distinguem daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes (BOURDIEU, 1974, p. 221).

Aos professores e professoras estava a incumbência de conduzir com disciplina os caminhos da educação e instrução, no sentido de formar o corpo de mestras que levariam consigo para a carreira profissional a responsabilidade de educar futuras gerações.

Ao focar as descrições dos professores e professoras no relato de Leyda Régis, buscamos compreender não apenas perfis individuais, mas também as relações que se estabeleciam em determinado espaço e tempo, como demonstra Norbert Elias (2001), através da categoria “configuração”.

Assim, estendemos as análises ao modelo educacional que Leyda vivenciou na Escola Normal, aproximando-se do seu mundo através da compreensão de elementos que traz as futuras discussões acerca do método de ensino, material didático disponível na época, arquitetura e espaço físico da instituição, as relações entre a profissão docente e espaços públicos, a posição das professoras e as competências para ocupação no magistério.

CAPÍTULO III

LEYDA RÉGIS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

[...] E eu lembro, muito jovem, ainda quando, da tribuna em que me encontrava, ali, no Cinema Rio Branco, aplaudi de pé, entusiasticamente, o Dr. NILO PEÇANHA, insigne fundador do ensino profissional oficializado, fazendo funcionar, em cada capital dos estados, pelo decreto de 23 de setembro de 1909, uma Escola de Aprendizes Artífices, no instante em que, muito acertadamente, aludia a este feito, marco luminoso de uma passagem de 10 meses, apenas, na Presidência da República, como alta credencial à sua pretensão de candidato ao mais elevado posto da Magistratura Brasileira, [...] (RÉGIS, Leyda, 1972).

3.1. Aspectos históricos da formação profissional em Sergipe e a Escola de Aprendizes Artífices em Sergipe

A partir das configurações representadas em tomadas memorialísticas das experiências docentes de Leyda Régis, é possível evidenciar aspectos históricos do ensino profissionalizante na Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe.

Em uma perspectiva histórica acerca do ensino profissionalizante em Sergipe, o estudo de Nascimento (2004) traz uma contribuição importante a este debate, abordando questões que dizem respeito ao conhecimento das práticas culturais e educativas em torno da formação cultural e moral dos indivíduos e da profissionalização no estado de Sergipe. Ao analisar a trajetória histórica da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, chama atenção para a compreensão do que significou a proposta do ensino agrícola. O autor aponta a necessidade de “buscar o processo de separação entre o ensino profissional e a assistência à infância pobre e desamparada” (NASCIMENTO, 2004, p. 32).

Em 1838, por iniciativa do presidente José Eloi Pessoa da Silva, foi criado o Colégio das Artes Mecânicas em Sergipe, com o objetivo de receber crianças órfãs, os filhos de indigentes e os desprivilegiados socialmente. O ensino seria ministrado por colonos vindos da Suíça que estariam responsáveis pelo ensino técnico agrícola. No

entanto, ao final do governo, o projeto foi abandonado. Em 1856, o Colégio dos Educandos, destinado a órfãos desvalidos, estava incumbido de ensinar as primeiras letras, ofício mecânico, desenho linear, música instrumental e vocal. O discurso de assistência fundia-se com o projeto de educação e preparação do indivíduo para a vida social.

No ano de 1868, o presidente Evaristo Ferreira Veiga criou a Companhia de Aprendizes de Marinheiro em Sergipe, cujo objetivo era atender às crianças abandonadas. A instituição ficava sob o comando do Capitão dos Portos e desenvolvia suas atividades em uma casa particular na rua da Aurora, atual Ivo do Prado.

Outra instituição de relevante importância pensada para atender aos pobres foi o Asilo de Nossa Senhora da Pureza, fundado pelo Presidente Antonio dos Passos Miranda, em 8 de junho de 1874. Esse asilo recebia meninas desprovidas de recursos e destinava-se ao ensino de Primeiras Letras, prendas domésticas e música vocal, ganhando uma maior projeção em 1877, quando foi criada pelo presidente João Pereira de Araújo Pinho a Escola Normal para moças.

As instituições profissionalizantes criadas desde o final do século XIX sustentaram-se sob o discurso de regeneração pela educação, oferecendo, para tanto, a educação primária e o aprendizado de um ofício, que seriam, por sua vez, a base do saneamento social. Muitas instituições extinguíram-se, outras passaram por algumas transformações com o decorrer dos anos. No caso do estudo de Nascimento (2004), o Patronato São Maurício passou a aprofundar o conhecimento científico em torno dos saberes agrícolas, empenhando-se para constituir um caráter científico e autônomo, levando a instituição a apresentar um status de interlocutor científico.

No Brasil, a primeira instituição a oferecer o suporte assistencialista foi a Associação de Proteção à Infância Desamparada, criada no final do século XIX, havendo sido pensada sob um modelo agrícola. Ainda no final do século XIX, foram criados os patronatos agrícolas, as escolas de aprendizes de marinheiros e os asilos femininos. Estas instituições tinham por finalidade os cuidados e orientação da infância pobre, ocupando-se da regeneração e formação das crianças, excluindo-as assim da prostituição, da vadiagem e da criminalidade.

Nagle (2001) ressalta que à frente da função educativa havia a necessidade assistencialista das instituições de ensino técnico profissional e de ofícios.

Agora como antes, o ensino técnico profissional é organizado com o objetivo expresso de atender às ‘classes populares’, ‘às classes pobres’, aos ‘meninos desvalidos’, ‘órfãos’, ‘abandonados’, ‘desfavorecidos da fortuna’. Figurava, portanto, menos como um programa propriamente educacional, e mais como um plano assistencial aos ‘necessitados da misericórdia pública’; o seu objetivo inequívoco – muitas vezes, explicitamente proposto – era o da regeneração pelo trabalho (NAGLE, 2001, p. 213).

A proposta de educação republicana para o ensino profissionalizante tinha como meta educar para o trabalho e cultivar valores que fossem coniventes com a ordem visando ao reconhecimento da autoridade, à educação moral e cívica e à formação do trabalhador urbano. Neste plano de educação, as escolas de aprendizes artífices representaram instituições capazes de regenerar e formar as crianças desprovidas de recursos, as quais, além de qualificarem no sentido de atender às necessidades urbanas, preparariam cidadãos disciplinados e aptos para a convivência na sociedade.

Kruger (2007, p. 127) aponta a urbanização como fator determinante que fez emergir debates, reivindicações e iniciativas públicas, principalmente em se tratando de políticas educacionais. O aumento da população, as mudanças nos processos sociais, dentre outros fatos de natureza diversa, desencadearam movimentos sociais reivindicatórios incisivamente presentes no cenário brasileiro entre o início da República e a segunda década do século XX, os quais contribuíram para as discussões no avanço do país em variados setores. E, dentre as questões abordadas, o foco educacional permeou as principais exigências, clamando pela alfabetização gratuita, programas de instrução laica, criação de escolas rurais e profissionais para operários, escolas noturnas, dentre outras reivindicações.

Além das necessidades impostas pelo regime republicano, os protestos dos movimentos organizados tiveram um peso razoável para as iniciativas direcionadas à educação, levando o poder público a emitir, pela primeira vez, em 22 de dezembro de 1906, “de forma clara e direta, o primeiro documento oficial do governo em relação à educação profissional” (KRUGER, 2007, p.128). Dizia respeito à Proposição 195, que tratava da dotação de recursos para o desenvolvimento do ensino profissionalizante. De acordo com Kruger (2007), essa proposição não obrigava nem autorizava o presidente a abrir ou instalar escolas técnicas ou profissionais, uma vez que estava decretado pela Constituição de 1891 o encargo dos estados na oferta do ensino elementar, e o ensino

profissional estava incluso naquele grau. Desta forma, tornava-se ilegal trazer a competência da união essa modalidade; no entanto, havia a possibilidade de negociação com as administrações estaduais. O documento constituiu um avanço no ensino técnico, pois representou a primeira atitude formal de iniciativa ao ensino profissional de âmbito federal.

Conforme Kruger (2007, p. 133), ao assumir a presidência, em 15 de novembro de 1906, pouco mais de um mês após a emissão do documento, Afonso Pena incluiu a questão do ensino profissionalizante em seu programa de governo. Ainda no ano de 1906, esse administrador tomou uma atitude expressiva e determinante para o desenvolvimento do ensino profissional ao sancionar a resolução do Congresso Nacional, através do Decreto 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Essa resolução instituía o Ministério dos Negócios, Agricultura, Indústria e Comércio, através do qual o ensino profissional para a área de indústria e comércio, ensino agrícola, veterinário, escolas de minas, catequese e civilização dos índios ficariam a cargo de sua competência.

Esse decreto constituiu um fator importante que possibilitou, três anos após, que o sucessor na presidência, Nilo Procópio Peçanha, criasse por lei as escolas de aprendizes artífices em 19 estados.

Ainda, segundo Kruger (2007, p. 133), o ato oficializado pelo Decreto 956, de 23 de setembro de 1909, instalou em 1910 tais escolas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Embora a urbanização nas grandes cidades implicasse um crescente processo de industrialização e desenvolvimento do comércio, na maioria dos estados o setor industrializado e seu conseqüente mercado de consumo encontravam-se incipientes. Em decorrência, as escolas de aprendizes artífices passaram muito tempo dedicando-se ao aprendizado de ofícios artesanais e manufatureiros. No entanto, no caso de metrópoles como São Paulo, foram implantadas escolas estaduais profissionalizantes para formação da mão-de-obra industrial. Como foi o caso da Escola Profissional Masculina de São Paulo, criada em 1911, com o objetivo de formar “operários completos (mestres, contramestres, chefes de seção) para as manufaturas da capital, assim como trabalhadores autônomos, no ramo da mecânica e movelaria” (MARQUES, 2003, p. 160).

Em Sergipe, a Escola de Aprendizes Artífices começou a funcionar em 1911, oferecendo o ensino primário e de desenho, ambos obrigatórios, e o ensino prático de

oficinas. A proposta educacional proporcionaria aos pobres desvalidos uma ocupação sadia, afastando-os da ociosidade e da vagabundagem, oportunizando-lhes o convívio social e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Tal medida reduziria os problemas emergentes com o processo de urbanização das cidades.

Mesmo instituída sob um projeto único em rede nacional e regida pela legislação que vigorava para todas as unidades, as escolas de aprendizes artífices tinham autonomia pedagógica para escolher currículos e programas. Da mesma forma, estas escolas podiam determinar as condições de ingresso e destinação de seus alunos e definir as exigências de formação do quadro docente, do processo de seleção e contratação dos professores e mestres de oficinas.

3.2. Leyda Régis: trajetória docente no ensino profissionalizante

Escola Técnica Federal de Sergipe!... eu te conheci de fraldas e pés descalços, nascida de um pai corajoso e empreendedor que, da união com as diretrizes do Decreto 956, de 23 de setembro de 1909, foste a 'caçula' das filhas nascidas em cada Estado da Federação Brasileira. Acompanhei teu desenvolvimento, vestindo saia curta, depois vestido longo, até que, desposando o varão forte, destemido e desbravador do bem e do belo, chamado 'progresso',[...] e de ambos, de uma fecundidade fértil, vieram filhos que enriqueceram de sabedoria no presente, honrando as tradições de seguir, corajosamente, avante, sem esmorecimento, subindo os degraus que te levam a um futuro sem fim [...] (RÉGIS, Leyda, 1991).

A experiência docente de Leyda Régis na educação profissionalizante iniciou-se quando a escola de ensino de ofícios, que funcionava em Aracaju, era regida pela primeira regulamentação, funcionando sob o nome de Escola de Aprendizes Artífices⁴⁴. Leyda vivenciou um momento em que a instituição alcançou o seu “período áureo”, quando houve melhora na estrutura física; nas condições de funcionamento; reforma na grade curricular, que ampliou as áreas de atuação; além das iniciativas internas para manter o alunado, tais como remuneração pelo desempenho do ofício, merenda escolar, entre outras iniciativas.

⁴⁴ Do período em que Leyda Régis ingressou na instituição (1930) até o seu afastamento para a aposentadoria (1964), a escola sofreu três alterações no nome. Marques (2003) registra que a partir de 1937 as Escolas de Aprendizes Artífices ocuparam-se da aprendizagem voltada à indústria, passando a funcionar como liceus industriais, escolas industriais de 2º grau. Em Aracaju, a instituição recebeu o nome de Escola Industrial de Aracaju. Com a lei orgânica de 1942, as instituições funcionaram como escolas técnicas, passando a instituição de Aracaju a denominar-se Escola Técnica Federal de Sergipe.

A Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe teve uma situação privilegiada em relação a algumas outras escolas de aprendizes artífices de outros estados⁴⁵. Desde sua implantação ganhou prédio próprio, com salas amplas e oficinas acomodadas em instalações internas na própria estrutura da escola.

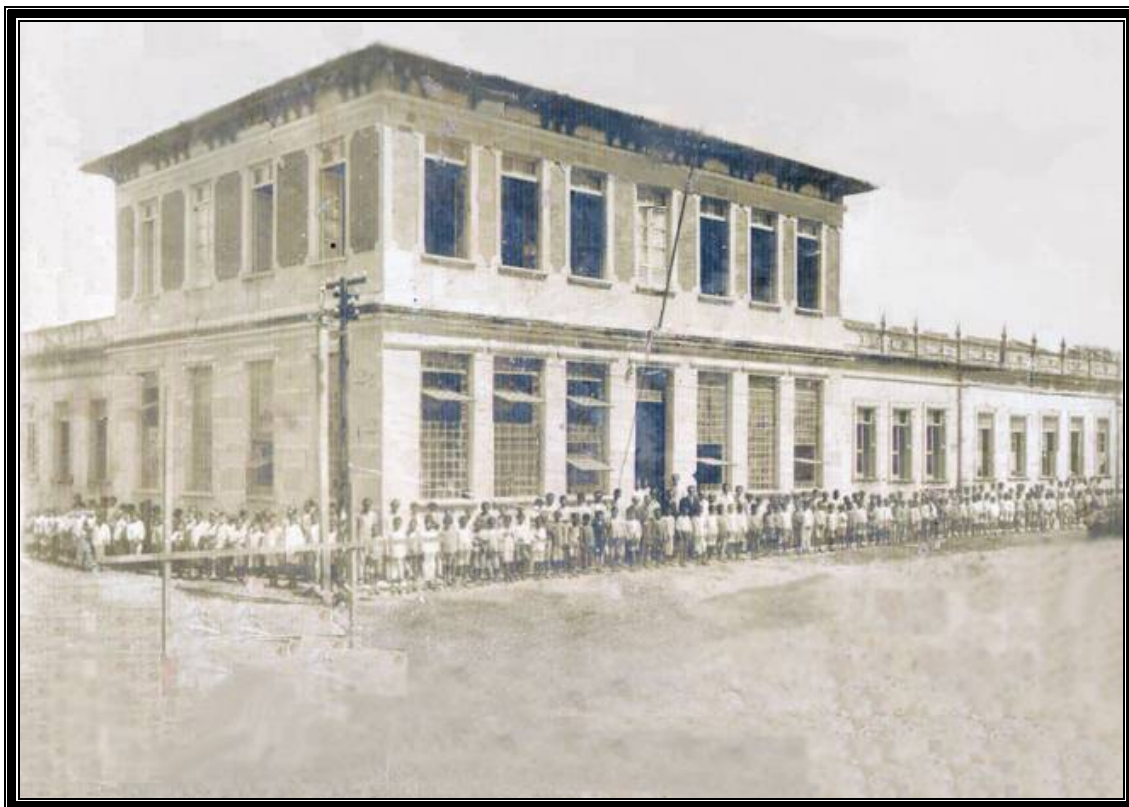


Figura 3: Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe. Autoria não identificada. Acervo CEFET.

A imagem ilustra o primeiro prédio que comportou a Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, embora o local em que foi construída ainda não estivesse pavimentado, percebe-se que houve um interesse em projetá-la para o espaço urbano, situada em uma rua larga de fácil acesso, com iluminação em pontos estratégicos logo à frente da entrada. A própria estrutura do prédio, com janelas altas e em grande

⁴⁵ Na maioria dos estados os prédios que abrigaram inicialmente as escolas eram inadequados para a sua finalidade. Kruger (2007) aponta o caso de três estabelecimentos: Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba, que funcionou no prédio da sede da Força Policial da Paraíba por 19 anos; a Escola de Aprendizes e Artífices de Pernambuco, instalada em um casarão onde funcionava um mercado de frutas, cercado de manguezeais e sem rua de acesso; e a Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí, instalada em um prédio velho até o ano de 1938, sem condições e comodidades adequadas para a sua finalidade, onde as oficinas de fundição ficavam expostas às intempéries do tempo, e as de marcenaria, em um corredor mal iluminado.

quantidade, transmite a impressão de comodidade interna da estrutura. No espaço externo, na entrada da escola, vê-se um mastro, elemento essencial nas escolas para compor o cenário das atividades cívicas. A quantidade de alunos dispostos ao redor da escola é outro indicador do acesso da população a essa instituição e sucesso do seu funcionamento.

3.2.1 Processo de ingresso na carreira docente na Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe

Para ingressar na Escola de Aprendizes Artífices, Leyda prestou o primeiro concurso público no ano de 1928⁴⁶, que foi anulado por decisão ministerial⁴⁷. O ato foi publicado no ‘Diário Oficial da República’ e despachado pelo Diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe:

[...] Sr. Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Estado de Sergipe – Comunica que o Sr. Ministro, por despacho de 27 do corrente, anulou o concurso realizado nessa escola, para provimento dos cargos vagos no corpo docente, recomendando seja proposta, na primeira oportunidade, a admissão da candidata Leyda Régis, que revelou em suas provas aptidão e preparo (DESPACHO DO DIRETOR DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SERGIPE, 1928).

Nesse período, as escolas de aprendizes artífices cumpriam as exigências do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, como também do Serviço de Remodelação do Ensino Profissionalizante. Assim, Leyda Régis solicitou revisão de provas a esse órgão e ainda a solicitação de um novo concurso.

Em virtude da sua aprovação, coube a Leyda, no ano de 1930, um contrato para servir na escola no período de janeiro de 1930 a janeiro de 1931, sob regime mensalista, na qualidade de adjunta de professor do curso primário, percebendo a gratificação mensal de quatrocentos mil reis (400\$000). O ato foi autorizado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, nos termos do Art.7 do Regulamento aprovado pelo Decreto 18.088, de 27 de janeiro de 1928⁴⁸. O contrato que Leyda

⁴⁶ A vaga para o concurso de 1928 fora criada em decorrência do falecimento da Professora Adjunta da Escola de Aprendizes Artífices, Maria de Andrade Melo. Cf. Leyda (1972).

⁴⁷ Cf. Despacho de anulação do concurso da Escola Industrial de Aracaju. Diário Oficial da República, 26 de julho de 1928.

⁴⁸ Portaria de contrato para servir como professora adjunta na Escola de Aprendizes Artífices, emitido pelo Ministério da Indústria e Comércio em 27 de dezembro de 1929.

assumiu, com validade de um ano, foi indicado pelo Ministro, como justiça ao mérito que obteve nos resultados do seu exame, conforme discorre em sua carta ao Diretor da Escola Técnica de Sergipe:

Entreí na Escola pela porta honesta do concurso, para coadjuvante do ensino, como se chamava ao Adjunto do Professor, pois só havia um único Titular efetivo; aliás, o primeiro concurso, a que me submeti, foi anulado por razões administrativas. Inconformada, pedi revisão de provas e, quinze dias depois, por intermédio do grande poeta e escritor, Carlos Drummond de Andrade, funcionário altamente credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a que pertenciam as Escolas profissionais, recebi o extrato do expediente enviado ao Diretor da época, Dr. Sebastião de Queiroz Couto, em que dizia ter 'o Sr. Ministro anulado o referido concurso, mas recomendava, à primeira oportunidade, fosse aproveitado o candidato Leyda Régis, que em suas provas mostrara aptidão e preparo' (RÉGIS, Leyda. 1988).

No ano de 1931, o Diretor da Escola de Aprendizes Artífices solicitou autorização do Inspetor Geral do Ensino Profissional Técnico para a renovação do contrato de Leyda Régis, no sentido de que esta pudesse servir durante os meses de fevereiro a novembro do mesmo ano. Diante do teor da regulamentação contida no Decreto nº 19.513, de 20 de dezembro de 1930⁴⁹, foi possível que Leyda fosse contratada novamente em 1933.

O Diretor da Escola de Aprendizes Artífices no Estado de Sergipe, nos termos do Art. 7 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 18.088, de 27 de janeiro de 1928, e tendo em vista o Decreto n. 19.513, de 20 de dezembro de 1930, resolve contratar, de acordo com as disposições regulamentares vigentes, durante o corrente ano de 1933, pelo prazo de 12 meses com obediência à autorização do Sr. Ministro da Educação e Saúde, comunicada a esta Diretoria pelo telegrama n. 325, de 10 de fevereiro do corrente, do Sr. Inspetor Geral do Ensino Profissional Técnico, à professora D. Leyda Régis, para servir nesta Escola, na qualidade de Adjunta da Professora do Curso Primário, a qual já servia nesse mesmo cargo desde 1º de janeiro de 1930, percebendo a gratificação mensal de quatrocentos mil reis (400\$000), correndo a despesa pela verba 4ª. Consignação II 'pessoal variável', rubrica 4, subconsignação 2, do Art. 7 da Lei n. 22.320, de 6 de janeiro de 1933 (PORTARIA DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES DE SERGIPE, 11 fevereiro de 1933).

⁴⁹ Cf. Portaria de renovação de contrato para servir como professora adjunta na Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, 25 de fevereiro de 1931.

Ainda no ano de 1933, Leyda voltou a prestar um novo concurso concorrendo à vaga para a Cátedra de Letras. O concurso teve como banca examinadora⁵⁰ o Engenheiro Civil Armando César Leite, lente interino da Escola; o professor Abdias Bezerra, catedrático do Atheneu Pedro II; Dr. Sebastião de Queiroz Souto, diretor da Escola de Aprendizes Artífices, o qual presidiu o processo de exame, e a professora adjunta Maria Cabral, na qualidade de suplente. Leyda obteve a aprovação em primeiro lugar, o que não passou despercebido pelos componentes da Escola, os que fizeram repercutir anos mais tarde, nas páginas da “Revista Sergipe Artífice” a seguinte matéria:

Foi, por decreto do Exm^o. Sr. Presidente da República, nomeada para exercer o cargo de professora na Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, D. Leyda Régis. Professora inteligente e culta, recebeu o prêmio de seus esforços, depois de um concurso, onde, demonstrando os seus vastos conhecimentos, obteve o primeiro lugar. Nós, da Escola, que conhecemos a dedicação da jovem mestra em prol do ensino, rejubilamo-nos com a sua nomeação, que veio coroar o valor e mérito (REVISTA SERGIPE ARTIFICE, 1939).

O concurso que Leyda prestou no ano de 1933 não lhe conferia estabilidade no cargo; permitia, porém, renovar o contrato a cada doze meses, sem que fosse necessário ser submetida a concurso para renovação de contrato, enquadrando-se na instituição na qualidade de coadjuvante.

No ano de 1937 a Portaria n^o 2.419, de 5 de março de 1937, autorizada por Gustavo Capanema, confirmou mais um contrato de doze meses para que Leyda servisse como coadjuvante na Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe.

O Ministro de Estado, devidamente autorizado pelo presidente da República, em despacho exarado em 09 de fevereiro de 1937 e publicado no diário oficial de 17-02-1937, e na forma do Art. 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 871, de 1^o de junho de 1936, resolve contratar em prorrogação LEYDA RÉGIS, pelo prazo de doze meses, para exercer as funções de coadjuvante de ensino de 3^a classe da Escola de Aprendizes Artífices no Estado de Sergipe, mediante a remuneração mensal de 450\$ (quatrocentos e cinqüenta mil reis), correndo a despesa correspondente por conta da verba 2^a, consignação ‘pessoal variável’, sub-consignação n. 1, título, do orçamento em vigor. Este contrato poderá ser rescindido antes de terminado o prazo nele estipulado, se assim convier aos interesses da

⁵⁰ Cf. Despacho da Escola de Aprendizes Artífices, 16 de outubro de 1938.

administração pública e sem que fique ao contrato qualquer direito à indenização ou reclamação (PORTARIA 2.419, 5 de março de 1937).

Em 1939, Leyda submeteu-se a outro concurso para o cargo de professor efetivo padrão “G”, vaga criada em decorrência da aposentadoria da professora efetiva Cândida Menezes, alcançando a colocação do primeiro lugar, com a média cem (100) nas provas escritas, orais e de docência em Português, e em Matemática, com a média de noventa e seis e vinte e cinco centésimos (96,25)⁵¹. O presente concurso lhe valeu o cargo de professor titular e estabilidade na escola.

3.2.2- Quadro docente da Escola (1930 – 1964)

Formávamos uma família unida, amparando-nos mutuamente! Ríamos nas vitórias conquistadas e nos entristecíamos nos ideais frustrados! Lembro, neste momento emocionante de gratidão e júbilo, a evidência daqueles anos, trabalhando, realizando, colhendo e espalhando esperanças, todos juntos pelo mesmo ideal!...[...] (RÉGIS, Leyda, 1991).

Na escola havia duas equipes específicas que compunham o corpo docente: as professoras normalistas, responsáveis pelos conhecimentos voltados à cultura geral, e os mestres, que eram os especialistas em artes e ofícios, “pessoas práticas, sem nenhuma base teórica para o ensino, capazes apenas de transmitir conhecimentos empíricos” (PATRÍCIO, 2003, p. 27). Os mestres eram os trabalhadores egressos das fábricas e das oficinas, pessoas que dominavam o conhecimento prático pelas experiências adquiridas no mercado livre ou industrial de artefatos e manufaturas.

No ano de 1930, o corpo docente do curso de Cultura Geral era constituído pela professora efetiva Cândida Menezes, pelas adjuntas Maria Cabral e Leyda Régis. Entre os anos de 1930 e 1950 ingressaram Eleonora Motta de Faria, Alayde Batista Costa, Áurea Melo, Nivalda Fontes da Silva, Maria de Aguiar Barreto, Aracele Andrade Melo, Hilda Sobral de Faria, Nivalda Fontes da Silva e Noemi Madureira Dantas.

⁵¹ Certificado dos resultados das provas do concurso para a Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, no ano de 1939, 14 de abril de 1944.

QUADRO II – DOCENTES DO CURSO DE CULTURA GERAL

PROFESSOR (A)	DISCIPLINA
Alyde Batista Costa	História
Aracele Andrade de Melo	Ciências
Áurea Melo	Português
Cândida dos Santos Menezes	Primeiras Letras
Eleonora Mota Lima de Faria	Matemática – Aritmética
Hilda Sobral de Faria	Português e Latim
Leyda Régis	Português
Maria Cabral	Primeiras Letras
Maria de Aguiar Barreto	Geografia
Nivalda Fontes da Silva	Matemática – Álgebra
Noemi Madureira Dantas	Matemática – Desenho Geométrico

Fonte: Discurso-Depoimento de Leyda Régis (1972); Depoimento Francisco Viana (2009); Convite dos Diplomandos do Curso Básico da Escola Industrial de Aracaju em 1957.

Conforme Leyda (1972), o Curso de Cultura Geral tinha caráter ginásial, sendo composto pelas disciplinas: Português, Geografia, História do Brasil, Educação Moral e Cívica, Aritmética, Álgebra, Escrituração Mercantil, Física, Química e História Natural. Os conteúdos da Matemática eram estudados separadamente. A Geometria, por exemplo, era conteúdo da disciplina de Desenho do Curso de Ofícios. Posteriormente, a disciplina de Desenho foi deslocada para o curso de Cultura Geral, incorporando a este os conteúdos de Mecânica de Máquinas Aplicada à Arte.

As matérias eram ministradas seguidamente, em trabalhos ininterruptos, e os 8 programas de cada disciplina do Curso de Cultura Geral eram fiscalizados pela Inspeção de Ensino, assim como as quatro avaliações parciais e as finais a que se submetiam os alunos.

O corpo docentes do curso de Cultura Geral era constituído por professoras normalistas, as quais tinham em sua titulação o requisito de Professor Letrado. Por esta razão o curso também era conhecido como Curso de Letras. As professoras que prestavam concurso para Professor Adjunto atuavam como professor polivalente, ministrando as disciplinas de acordo com as necessidades do curso. Leyda, ao ingressar na Escola, lecionou as disciplinas de Física, Química, Matemática e História Natural.



Figura 4: Quadro docente da Escola de Aprendizes e Artífices. Na frente da fotografia estão as professoras normalistas do Curso de Cultura Geral e ao fundo, de pé, os mestres das oficinas. Autoria não identificada. Acervo do CEFET.

A partir da década de 1940, o quadro docente da instituição já disponibilizava de um número razoável de professores, o que possibilitou a reorganização do curso básico e a redistribuição das disciplinas. Com a mudança, alguns professores passaram a lecionar exclusivamente uma disciplina. Leyda ocupou-se interinamente da disciplina de Português, sendo que no ano de 1948 foi designada por Portaria para assumir o cargo de Professor-Chefe da Cadeira de Português.

A função de Professor-Chefe era gratificada com diferença salarial. Enquanto a base salarial dos demais professores no ano de 1954 era de Cr\$ 1.000,00, a lei favorecia aos professores-chefes a base de Cr\$ 2.000,00 mensais⁵².

Ao tratar do funcionamento do ensino das escolas profissionalizantes, Nagle (2001) faz referência aos papéis e à origem do corpo docente das escolas de aprendizes artífices:

⁵² Cf. Requerimento do Diretor Pedro Alcântara Braz, encaminhado ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, em 24 de maio de 1954.

Era ministrado por professores normalistas – e nisso não se diferenciava muito do ensino ministrado nas escolas primárias – e por mestres diretamente retirados das fábricas e das oficinas – mestres sem a base teórica, o conhecimento técnico e a formação pedagógica. [...], tais escolas funcionavam sem normas precisas de programação dos cursos – dependente de cada diretor – portanto, sem o mínimo de uniformidade, e o ensino profissional se processava com o emprego do método imitativo (NAGLE, 2001, p. 214).

Em entrevista concedida pelo professor Francisco Viana⁵³, este relata que:

[...] havia uma distinção de capacitação pedagógica, entre professores de Cultura Geral e os professores de Oficina. O professor de oficina, geralmente a maioria, não tinha formação pedagógica, eram profissionais de notório saber, capacidade e reconhecimento da sociedade, e que tinham condições de ensinar. [...]. O meu pai era um deles! mas, ele sabia o que estava ensinando, o que interessa é isso, porque não havia formação para marceneiro. Aracaju mal tinha formação, (trecho inaudível) então você veja, a parte pedagógica, metodológica do professor de oficina era como se fosse um mestre de obras. Praticamente isso, um mestre de obras, jamais chegaria a um engenheiro. [...] O mecânico, professor de mecânica que era o próprio de tornearia, ele era um profissional de conhecimento da profissão, então ele sabia ensinar aquilo ali, da maneira de cada um deles. Então essa parte de professor, chamado de professor de oficina, era um pouco carente no chamado metodologia do ensino, entendeu?! Ele não tinha formação pedagógica, não tinha! Talvez alguns tivessem, (exalta a voz) mas não era necessário. Olhe bem! Não era necessário, para entrar não era necessário! O teste era para saber quem sabia mais na profissão, o que interessava era formar o profissional (FRANCISCO VIANA, 16 de março de 2007b).

A carência metodológica dos mestres de oficina era uma condição aceitável, desde que demonstrasse domínio no ofício. De acordo com o depoimento do professor Francisco Viana, para a admissão dos mestres na Escola de Aprendizes Artífices bastava que o candidato demonstrasse capacidade, aptidão para o ensino, e ser reconhecido pela sociedade. Os candidatos eram submetidos a uma banca de professores de oficinas do quadro mais antigo, e através de um teste de capacitação profissional os candidatos eram avaliados. Aqueles que demonstrassem maior habilidade e conhecimento eram contratados. Segundo o professor Francisco Viana, um dos requisitos básicos exigidos aos candidatos era ter o curso primário.

⁵³ Francisco Viana nasceu em 11 de janeiro de 1934, foi aluno da Professora Leyda Régis quando a instituição já funcionava como Escola Industrial de Aracaju, e posteriormente foi colega de trabalho de Leyda, ocupando a cadeira de Desenho na então Escola Técnica Federal de Sergipe.

Com relação aos mestres de ofícios provenientes das fábricas e das oficinas, faltava-lhes o conhecimento suficiente para atender aos requisitos de base teórica, que eram demandados pelos cursos oferecidos. Assim sendo, a aprendizagem ficava restrita apenas ao conhecimento empírico (SANTOS, 2000, p.213).

Para Santos (2000), a escassez desses profissionais era um fator desqualificante, capaz de influenciar diretamente na eficiência prestada pela rede de Escolas de Aprendizes Artífices. Como não havia uma demanda de candidatos a mestres de ofícios com a escolaridade mínima exigida e que apresentasse predisposição para o ensino, a solução encontrada pelo poder público para suprir essa falta de profissionais foi recrutar professores do ensino primário para atuar na rede.

Foi possível perceber no depoimento do professor Francisco Viana que não havia exigência de titulação acadêmica para os mestres de oficinas. Deve-se ressaltar que em Aracaju não havia formação para docência no ensino de ofícios nas primeiras décadas do século XX.

Patrício (2003) afirma que, neste período, o projeto de criação de uma Escola Normal de Artes e Ofícios destinada à formação de professores para o ensino industrial era uma preocupação dos dirigentes das políticas educacionais. Este ideal fora posto em prática em 1919 ao federalizar a Escola Wenceslau Brás, localizada no Rio de Janeiro, com o intuito de formar docentes de outros estados para a rede de Escola de Aprendizes Artífices.

Kruger (2007, p. 137, 143) esclarece que o problema da formação e habilitação dos professores de ofícios para o ensino profissional foi contemplado, de forma tardia e inexpressiva, a partir do Decreto do Distrito Federal nº 1.800, de 11 de agosto de 1917, que criava a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás.

Nagle (2001) pontua que essa escola foi

[...] a única existente no país, com o objetivo de preparar professores, mestres e contramestres para as instituições de ensino profissional, destinada exclusivamente às escolas da municipalidade que, por acordo de 1919, entre a prefeitura e o governo da União, passam a depender do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (NAGLE, 2001, p. 214).

A escola criada em 1917 funcionou na capital federativa sob administração municipal, sendo que, em 13 de agosto de 1919, na administração de Epitácio Lindolfo

da Silva Pessoa, então governador do Rio de Janeiro, o Decreto nº 13.721 transferiu para o Governo Federal a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Esse ato foi justificado pelo alto custo da instituição para o orçamento municipal.

A empreitada deu-se na administração do Presidente Wenceslau Brás, entusiasta do ensino técnico-profissional que salientou em sua proposta de governo a necessidade de criar-se escolas de formação de professores. No entanto, essa instituição não teve vida longa, encerrando seu funcionamento no ano de 1937. Até o momento da investigação não foi encontrados indícios de que esse projeto tenha abrangido o Estado de Sergipe.



Figura 5: A imagem ilustra os produtos confeccionados na oficina de marcenaria da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, à extrema direita, o Mestre Jesuíno Freire de Oliveira e o aluno Humberto Moura; à esquerda, um contramestre e outros dois alunos⁵⁴. Ao fundo uma porta de altura e largura razoáveis deixa perceptível a amplitude do cômodo destinado aos trabalhos de ofício. As vestimentas brancas e alongadas do mestre e contramestre transmitem a impressão de asseio, higiene e exemplo de postura. Autoria não identificada. Acervo do CEFET.

⁵⁴ Os nomes dos indivíduos que constam na fotografia foram identificados na investigação realizada por Patrício (2003).

QUADRO III- DOCENTES DOS CURSOS DE OFÍCIOS

PROFESSOR (A)	DISCIPLINA
Acrísio dos Reis	Artes do Couro
Agenor de Carvalho	Sapataria
Alberto Manuel da Silva	Mecânica de Máquinas
Aldomanúcio Rodrigues Santos	Aparelhos Elétricos e Telecomunicações
Antônio Durval Moreira	Sapataria
Artur Santana	Desenho
Carlos Waldemar Barreto	Alfaiataria
Carmelito Luís dos Santos	Alfaiataria
Enoque Souza	Serralheria
Felix Bispo de Matos	Mecânica de Máquinas
Fernando de Oliveira Porto	Desenho
Francisco Assis Vianna	Desenho / Aparelhos Elétricos
Humberto da Silva Mora	Desenho Técnico
Jesuíno Freire de Oliveira	Marcenaria
João Artur de Carvalho	Marcenaria
João Nepomuceno de Menezes	Mecânica de Máquinas
João Mesquita Vanderley	Alfaiataria
Jorge de Oliveira Netto	Desenho
Josafa Freire de Oliveira	Marcenaria
José Heribaldo Teles de Menezes	Alfaiataria
José de Andrade	Desenho Ornamental
Jesino Pinheiro de Carvalho	Desenho
Manuel Messias dos Santos	Tipografia e Encadernação
Manuel Rolemberg de Madureira	Alfaiataria
Manuel Cordeiro da Silva	Marcenaria
Marçal de Oliveira	Marcenaria
Pedro Rubens dos Santos	Tipografia e Encadernação
Veridiano do Nascimento Vieira	Mecânica de Máquinas

Fonte: Discurso-Depoimento de Leyda Régis (1972); Depoimento Francisco Viana (2009); Convite dos Diplomandos do Curso Básico da Escola Industrial de Aracaju em 1957.

3.2.3. Leyda: o ofício de Educar

Convencida de minha responsabilidade e assoberbada de uma tendência inata para concorrer na formação dos homens do futuro, servindo-me dos braços e da inteligência para consegui-lo, empreguei todas as condições de desprendimento e amor para tão significativa finalidade, encontrando o apoio necessário à consecução de minhas atividades nos vários diretores que se seguiram, na ajuda e compreensão dos colegas e na receptividade estimulante dos alunos. Estava, por assim dizer, realizada!...[...] (RÉGIS, Leyda, 1991).

Leyda assistiu à passagem dos diretores Sebastião de Queiroz Souto, Paulo Pereira de Araújo, Flávio Castelo Branco, Armando César Leite, Clodoaldo Vieira Passos e Pedro Alcântara Braz.

Quando Leyda ingressou na Escola de Aprendizes Artífices, estava assumindo a direção desde 26 de junho de 1928, o senhor Sebastião de Queiroz Souto, permanecendo no cargo até 6 abril de 1932. Em seu depoimento (1972), frisa as características de um administrador entusiasta e incentivador da aprendizagem e da industrialização da Escola. Leyda descreve-o como “*Exigente, sem ser tirano, benévolo, sem se tornar servilmente maleável, sensível, humano, cavalheiro [...]*”, associando às qualidades pessoais o determinismo da sua postura e a eficiência da sua atuação, elevando-lhe o mérito em fazer funcionar a Escola mesmo com a escassez e parcimônia das verbas encaminhadas pela inspetoria do ensino.

Leyda rememora atitudes tomadas pelo diretor que passariam despercebidas e esquecidas se não fosse a dedicação, responsabilidade e o compromisso em cumprir o dever que lhe fora confiado.

procurava, à medida do possível e às raias do sacrifício, remediar as deficiências para a realização do que o seu idealismo inspirava. [...]. Sem serviço médico, encaminhava os carentes de assistência médica aos profissionais, custeava os medicamentos e fazia, ele próprio, os curativos que se fizessem necessários (RÉGIS, 1972).

Quanto aos diretores que sucederam Sebastião Queiroz Souto – Paulo Pereira de Araújo (1932-1934), Flávio Castelo Branco (1935 -1935), Armando César Leite (1937 -1937) – Leyda tece um comentário breve em seu depoimento (1972),

congratulado-os por terem deixado marcas indeléveis de trabalho e dedicação à escola. No entanto, ao reportar-se à administração de Clodoaldo Vieira Passos (1937-1947), ressalta que foi sob sua direção que a escola começou a ter maior expansão nos serviços. Em sua gestão inaugurou a biblioteca, a sessão de aparelhos elétricos e telecomunicações e o ambulatório.

A implantação do serviço de assistência à saúde foi uma medida de suma importância na instituição, visto que os acidentes decorrentes das atividades desenvolvidas nas oficinas eram acontecimentos corriqueiros que necessitavam de assistência imediata.



Figura 6: Ambulatório da escola e o médico Dr. Alberto Vieira Dantas. Autoria não identificada. Acervo do CEFET.

O ambulatório fora estruturado para prestar serviços médico, odontológico e de enfermagem aos alunos no horário escolar. Segundo os artigos publicados na Revista Sergipe Artífice (apud PATRÍCIO, 2003), as afecções mais frequentes eram o paludismo e a verminose, aparecendo também outros casos, como contaminações bacilares, gripe, disenteria e esquistossomose.

A junta que atendia no ambulatório era formada pelos médicos Adalberto Vieira Dantas e Álvaro de Azevedo Santana, como também pelo odontólogo Mário Andrade e pela enfermeira Janete Mariú.

Em 1947 Pedro Alcântara Braz assumiu a direção da Escola⁵⁵, no ano seguinte, viajou para a Pensilvânia, para fazer curso de aperfeiçoamento para diretores das Escolas Industriais, no State College. Ao retornar do curso desenvolveu um plano de ações que beneficiou diversos setores da instituição:

É a experiência que vos fala, após dilatados anos de vivência em comum! [...] Dr. PEDRO ALCÂNTARA BRAZ, meu último e querido Diretor, nosso amigo! Ali, no velho prédio de nossa Escola, vemo-lo irrequieto e ativo, idealizando e agindo; destruindo paredes para dilatar espaços e levantando outras para construir dependências novas; adquirindo máquinas modernas para as oficinas, provendo-as do quanto preciso para seu melhor funcionamento. Enchendo a biblioteca de livros técnicos e didáticos, atendendo aos reclamos dos Cursos de Cultura Geral e de Desenho; convidando técnicos da organização CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial) para orientar o ensino, promovendo cursos de especialização e estágio para os docentes; criando o Centro Técnico para a organização das séries metódicas [...] (RÉGIS, 1972).

Os primeiros anos da gestão de Pedro Alcântara Braz foi marcado por uma série de estratégias administrativas, decorrente das instruções que havia recebido no curso que fizera no exterior. Deu início a um plano de reforma na estrutura física da escola, promoveu cursos de aperfeiçoamento para o corpo docente, equipou a escola com recursos modernos e criou um centro técnico com a finalidade de desenvolver projetos para serem executados nas oficinas.

No ano de 1957, Pedro Alcântara Braz, criou a Comissão Especial de Servidores da Escola através da Portaria 25, de 16 de setembro deste ano⁵⁶. O ato delegava para compor a comissão sob a presidência de Leyda Régis, professora-chefe de Português, os mestres José Heribaldo Teles de Menezes, chefe do curso de Alfaiataria; Manuel Messias dos Santos, chefe do curso de Tipografia e Encadernação; Eleonora Mota Lima de Faria, chefe da disciplina Matemática, e a servente datilógrafa Arlinda Figueiredo de Carvalho, que era responsável pela seção de escolarização.

⁵⁵ Cf. Anexo VI.

⁵⁶ Portaria n° 25 da Escola Industrial de Aracaju, 16 de setembro de 1957.

A Comissão Especial de Servidores era responsável pela elaboração de relatórios mensais em que deveriam constar o levantamento das atividades desenvolvidas na escola, as faltas disciplinares dos professores e alunos e ainda o encargo de sugerir e aplicar medidas necessárias à eliminação de tais faltas. Esta era uma forma de controle administrativo que possibilitava os professores e funcionários tomarem partido nas decisões e encaminhamentos necessários para o alcance de maior e melhor rendimento da escola.

A proposta do diretor Pedro Alcântara Braz era congregar os funcionários da instituição, no sentido de executar um programa administrativo participativo que incumbiria a responsabilidade do sucesso do ensino ofertado na escola a todos os agentes formadores desse processo.

Entres os anos de 1955 e 1961 Pedro Alcântara Braz participou de outros cursos de aperfeiçoamento no Brasil e no exterior. Nestas ocasiões designava por meio de portarias que a Professora Leyda Régis assumisse o posto de seu substituto. Com presteza, Leyda geriu a instituição como diretora interina em prazos que se estendiam até 30 dias.⁵⁷

Leyda, através da posse de diploma, aprovações em concursos, participação em bancas de avaliação e dedicação às suas atividades escolares, conseguiu acumular um nível de reconhecimento na instituição que lhe possibilitou a ocupação de espaços privilegiados, como a concessão para assumir cargo de professor-chefe, de presidente de comissões, designações para desenvolver funções administrativas, nomeações para o cargo de diretora eventual, indicações para compor banca de concursos da escola e de outras instituições do estado, assim como ser solicitada para prestar assistência e assessoria à estruturação de programas para o ensino profissionalizante de outras entidades. Alguns encargos lhe possibilitavam gratificações salariais, redução de carga horária e facilidades para desenvolver atividades extraclasse.

Leyda esteve constantemente articulada com as práticas pedagógicas desenvolvidas nas outras escolas da rede federal, participava dos eventos regionais e nacionais, encontros, reuniões e correspondia-se com os professores das outras instituições.

⁵⁷ Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 21 de fevereiro de 1955; Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 2 de junho de 1955; Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 21 de fevereiro de 1956; Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 2 de fevereiro de 1957; Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 2 de fevereiro de 1959.

No ano de 1943, Leyda representou a Escola Industrial de Aracaju em um evento que congregou profissionais do ensino profissionalizante da rede federal na cidade de Aramari.



Figura 7: Leyda Régis em Aramari. Autoria não identificada. Acervo particular da família Régis, 1943.

Nesse mesmo ano Leyda foi designada pelo Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde, Francisco Montojos, para observar, na Escola Técnica Nacional, no prazo de 18 dias, os processos de ensino e demais trabalhos escolares relativos à disciplina de Português, sem que para tanto lhe fosse atribuídas quaisquer outras vantagens além dos vencimentos do cargo que ocupava.⁵⁸

A disciplina de Português constituía um requisito de suma importância no programa do ensino profissionalizante. Moraes (2001, p. 184) ressalta que, de acordo

⁵⁸ Portaria do Ministério da Educação e Saúde, 20 de fevereiro de 1946.

com Aprígio Gonzaga, organizador da escola profissional masculina e feminina de São Paulo, as aulas de Português ofertadas no ensino profissionalizante contribuíam para uma maior ilustração vernacular e tinha a função primordial de desenvolver o civismo e defender a nacionalidade. A inclusão da disciplina Português no currículo dos cursos de aprendizes artífices constituía um passo importante na formação do vocabulário técnico, pois, além de instruir os alunos em sua língua materna, evitaria o estrangeirismo na sua linguagem.

Conforme o depoimento de um dos ex-alunos de Leyda, Francisco Viana⁵⁹, as aulas de Português eram ministradas no mínimo três vezes por semana, e eram incluídos na grade dos conteúdos da disciplina, ensinamentos rudimentares de Latim. Ele ressaltou que Leyda, em suas aulas, também ensinava Latim, mas que priorizava a leitura, a interpretação de textos e a escrita da língua portuguesa. Para Francisco Viana, a metodologia utilizada por Leyda aguçava as ideias e as percepções. A forma como a professora conduzia as aulas estimulava o desejo de aprender e escrever. A partir das dissertações apresentadas pelos alunos, corrigia a gramática e a ortografia.

O ensino dela, eu me lembro, [...] não existia caderno já preparado, não! Era quadro negro, o quadro de giz, escrevia-se muito. Ela usava muito ler e escrever, eu me lembro que ela pegava um livro da escola e mandava ler um texto: 'leia três vezes esse texto', não era muito grande mas dava para ler. 'Leu?!' Leia três vezes, todo dia, cada um diferente! E depois diante daquele texto que você leu, você escrevia o que entendeu, com suas palavras! Ela ia corrigir não só a gramática, ortografia e a descrição, o poder da dissertação, tudo de uma vez só! Agora, eu não gostava muito quando chegava a gramática, nunca gostei de gramática, eu achava complicado, ela ensinando eu aprendi bem com ela, mas é que eu não gostava de gramática, mas aprendi muito. Não quero dizer, Marlaine, que exatamente foi isso, mas 90% do meu sucesso como jornalista foi nas aulas dela. Esse método que ela fazia, em toda aula, porque a metodologia você sabe, não pode você fazer uma repetição, tem que variar, mas no mínimo eram três aulas de Português por semana. Uma era assim: Latim, ela ensinava Latim também, é! Naquele tempo os professores de Português ensinavam Latim também. Então o que ocorre, aquela maneira de ler aquele texto, ler, ler e depois escrever, aquilo ali você não sabe como foi importante pra mim. Muito importante (FRANCISCO VIANA, 2007a).

⁵⁹ Francisco Viana ingressou como aluno da Escola Industrial de Aracaju em fevereiro de 1947 e optou pela profissão de Artífice de Marcenaria, em 1962 matriculou-se no curso técnico de edificações. Em 1961 foi admitido na instituição através de concurso para o cargo de desenhista, desenvolvendo suas funções no Centro Técnico, onde elaborava projetos para serem reproduzidos nas oficinas. Paralelo a atividade de desenhista ministrou aulas na disciplina de Desenho a convite do professor Humberto Moura, transferindo-se posteriormente para o cargo de professor, profissão na qual permaneceu até sua aposentadoria.

Francisco Viana atribui às aulas de Português ministradas por Leyda Régis seu sucesso na profissão de jornalista, frisando a importância do estímulo que recebeu, em sua fase escolar, para a escrita das suas crônicas esportivas.

Ao traçar o perfil profissional de Leyda, Francisco Viana pontuou a sua satisfação em tê-la como professora, descreve-a como uma pessoa tranquila, disciplinada, que, embora fosse sentimental e não alterasse a voz, mantinha sempre firmeza e rigidez na sua postura. Leyda impunha no seu espaço de trabalho a altivez e autoridade necessária para estabelecer a disciplina, a ordem e o respeito.

Olha eu só tive o prazer de ter ela como professora um ano! Então posso dizer o seguinte, características dela: altamente disciplinadora, era a principal característica dela, era uma professora que, como pessoa, aquilo já era um dom, era da natureza, quando ela entrava na aula até o mais afoito, o mais indisciplinado se curvava. Não era porque ela era bruta, ela não utilizava da brutalidade, não utilizava a voz alta, ela não gritava, era do tipo que não gritava, a não ser quando se inflamava no discurso (risadas), mas normalmente não. [...] Agora, quanto à altivez dela, a disciplina dela, ela não tinha trabalho de corrigir, de disciplinar em sala de aula, não precisava! Para quê? Bastava a presença dela, quando ela entrava, até aqueles mais afoitos, mais malandros, mais inquietos se curvavam. Então a Professora Leyda ela tinha aquele ‘dom’ dela, aquilo era um ‘dom’, a altivez (FRANCISCO VIANA, 2007a).

A postura profissional de Leyda, caracterizada pelo “dom” da sua altivez, diz muito sobre a constituição de traços da sua personalidade que, em algum momento, foram incorporados a partir das suas experiências de formação. Podemos, assim, compreender a conduta profissional de Leyda a partir da internalização consciente ou inconsciente de um *habitus* adquirido através da apropriação de um conjunto de dispositivos intelectuais, culturais e educativos, e, até mesmo de modelos de posturas profissionais que permearam seus anos de formação⁶⁰.

⁶⁰ Cf. Bourdieu (1999) “[...] as afinidades profundas que unem as obras humanas (e, evidentemente, as condutas e os pensamentos) têm seu princípio na instituição escolar investida da função de transmitir conscientemente e em certa medida inconscientemente ou, de modo mais preciso, de produzir indivíduos dotados do sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados), o qual constitui sua cultura, ou melhor, seu *habitus*, ou seja, em suma, de transformar a herança coletiva em inconsciente individual e comum [...] (BOURDIEU, 1999, p. 346).

Desfilam, no calendário das recordações, os cenários vividos no decorrer das aulas, passeando por entre as cadeiras em filas, ilustrando no quadro-negro as explicações ou doutrinando sobre o estrado, menos vezes sentada na cátedra de Professor e muito mais de pé, para dominar e atrair melhor a atenção dos estudantes, de olhos fitos e de ouvidos atentos! Era de ver o silêncio que se fazia e a disciplina que reinava. Se uma pequena exceção turvava o ambiente de paz, não seria por falta imperdoável nem se haveria de ressentir por desrespeito que subestimasse a autoridade do Mestre!...[...] (RÉGIS, Leyda, 1972).

Esse depoimento de Leyda corrobora com as representações do seu ex-aluno, Francisco Viana. Percebe-se que no decorrer da sua prática pedagógica havia o esforço e a intenção de manter uma postura vigilante e atenta, com a finalidade de dominar, controlar, disciplinar e de garantir o silêncio e a concentração dos alunos no decorrer das aulas. Essa conduta possibilitava o pleno desenvolvimento da aprendizagem e cultivava a admiração e o respeito à autoridade do mestre.

Era um tanto rigorosa, eu sei que era assim protocolar, bem firme, eu sei que era por causa disso também tinha uma fama enorme na escola, que todo mundo respeitava ela, não temia! Respeitava! Ela era assim, uma pessoa que você não precisava temer, respeitava ela, por quê? Porque passava a admirar ela! Como líder, como pessoa bondosa, na hora que havia necessidade, quando alguém estava carente! Ela sempre estava ali! (FRANCISCO VIANA, 2007a).



Figura 8: Leyda Régis, o diretor Pedro Alcântara Braz e alunos em uma aula de Física. Autoria não identificada. Acervo do CEFET.

A imagem ilustra o ambiente de uma aula de Física. Percebe-se o quanto a sala, além de ampla e arejada, era equipada com recursos materiais modernos: carteiras duplas, cesto de lixo, mapas, quadros, livros, painéis com detalhes específicos do corpo humano, dentre outros objetos didáticos dispostos na sala para experimento e ilustração. A professora Leyda à frente da sala, inclinada sobre a mesa, transmite a ideia de controle e acompanhamento das ações dos alunos. Na fotografia ainda aparece a imagem do diretor, que mantinha uma rotina diária de inspecionar o andamento das aulas.

Geralmente ela era colocada nos últimos anos, na categoria dela, professora, era colocada no 4º ano. Então o aluno já tinha o conhecimento de quem era aquela professora. Leyda Régis! todo mundo sabia, e ela participava de todas as atividades extracurriculares, auxiliava os alunos mais carentes, o aluno doente. [...] Era assim, era sentimental, alguns alunos chamavam ela de madrinha: ‘minha madrinha! minha madrinha!’ (FRANCISCO VIANA, 2007a).

O atestado emitido pela Escola em 1938 discorre sobre o desempenho das funções desenvolvidas por Leyda nas turmas em que assumiu nos 4º, 5º e 6º anos:

Atesto que a Professora Leyda Régis sempre se impôs, superiormente, no desempenho de suas funções nesta Escola, onde o seu aprimorado espírito, talhado, privilegiadamente, para o árduo mister que abraçou, vem prontificando de há oito anos a esta parte, servindo que é de farta ilustração e, ainda de acentuado pendor para o magistério. Privando há muito de seu convívio, como antigo serventário deste Estabelecimento, melhor ensejo se me ofereceu para aquilatar de sua eficiente operosidade de mestra de escola, durante o período de minha interinidade na direção desta Casa de Ensino, decorrido de 23 de Dezembro de 1935 a 13 de julho de 1937. Assim é que da inteligente preceptora em apreço, sem o menos vislumbre de lisonja, que enobrece e dignifica, por todos os títulos, as tradições de que se envaidece a Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe (ATESTADO DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES, 1938).

Dentre várias práticas desenvolvidas na Escola de Aprendizizes e Artífices, merece um especial destaque a iniciativa da professora Leyda Régis em organizar uma produção científica através da fundação de um órgão impresso da Instituição. O impresso recebeu a denominação de “Revista Sergipe Artífice”, cujo primeiro número

foi impresso em 1934, na seção de artes gráficas da própria escola, o qual se manteve em circulação por cerca de duas décadas.⁶¹

Para a produção da revista, a professora Leyda Régis contou com um trabalho conjunto da equipe que formava a Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe. A Leyda coube a composição de matérias, coleta e organização de material. Outros professores, alunos e técnicos também eram colaboradores na produção de algumas seções na revista. Outros profissionais, como o mestre da oficina de artes gráficas, Manuel Messias dos Santos, encarregava-se dos trabalhos tipográficos juntamente com os alunos aprendizes da oficina gráfica.

O primeiro número da revista teve sua composição tipográfica feita pelos alunos Pedro Rubens, Gervásio dos Santos, José Gabriel dos Santos, Pedro Jessé dos Santos, Fausto Santos Silva e João Soares.

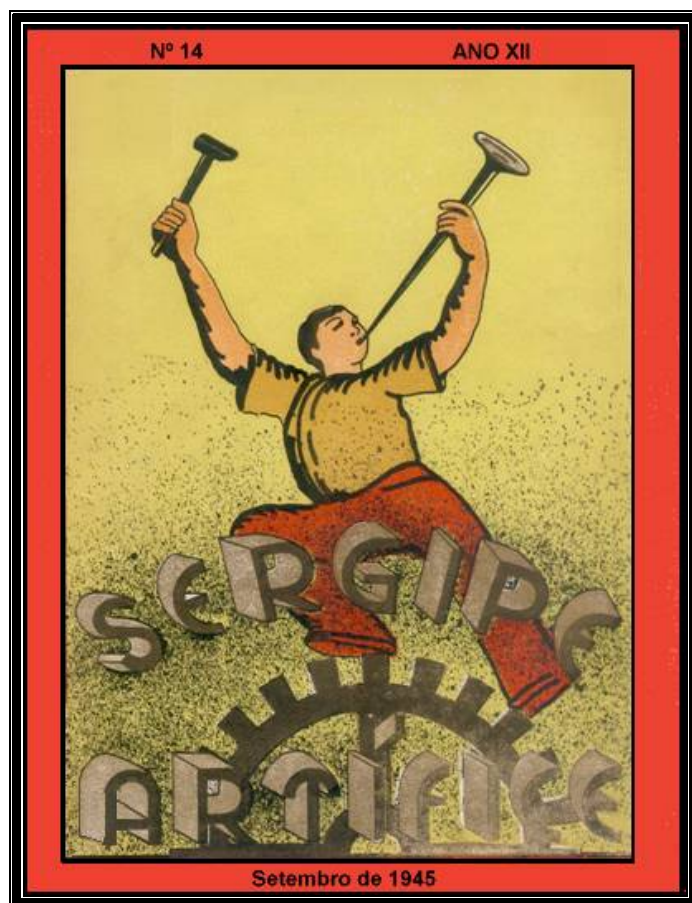


Figura 9: Revista Sergipe Artífice. Arquivo: IHGS, 1945.

⁶¹ Cf. Patrício (2003). A seção de artes gráficas começou a funcionar em 1926, quando se definiu um currículo padrão com o intuito de uniformizar o ensino das oficinas em todas as escolas, este ato foi legalizado pelo documento denominado Consolidação dos Dispositivos Concernentes as Escola de Aprendizes e Artífices, promulgada pelo ministro da Agricultura, Miguel Calmom do Pin e Almeida, em 13 de novembro de 1926.

Seus primeiros exemplares foram publicados em formato de boletim e posteriormente ampliados para o formato de revista. De acordo com Patrício (2003), o nome da revista “Sergipe Artífice” foi uma escolha feita em conjunto pelos membros que compuseram os quadros docente, discente e administrativo da escola e foi submetido à aprovação de Francisco Montojos, na época inspetor do Ensino Profissional.

A composição da “Revista Sergipe Artífice” apresenta-se-nos como um órgão oficial da escola divulgador dos conhecimentos produzidos nas áreas técnica e industrial, como disseminador dos discursos e ideias de intelectuais, políticos e entusiastas das reformas educacionais e do ensino profissionalizante.

No tocante ao conteúdo da revista, este era composto de artigos de natureza científica, informava o que a legislação decretava acerca da Lei Orgânica do Ensino Industrial e publicava as opiniões e posicionamentos de políticos, reformadores e entusiastas do ensino profissionalizante, a exemplo de Nilo Peçanha, Getúlio Vargas, entre outros. Acompanhava o desenvolvimento do ensino técnico e industrial no país, fazendo referência ao surgimento de Liceus de Artes e Ofícios e construção do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em diversas regiões do país. Mostrava também o avanço das instituições em termos de produção, cursos e aperfeiçoamento de aparelhos elétricos e telecomunicações, além do surgimento de máquinas destinadas a diversos ofícios.

Muitos artigos divulgavam o aperfeiçoamento e surgimento de novos cursos, como por exemplo, o ensino da eletrônica e eletrotécnica, que já estava bem desenvolvido em outras instituições. Os artigos a respeito dos cursos de eletrônica e eletrotécnica pontuava questões referentes à formação do aluno no curso e atuação profissional, campo de trabalho e serventia à humanidade. Este fato mostra a preocupação daqueles que produziam a revista em manter o público leitor informado sobre o que circulava em termos de ensino industrial profissionalizante e qualificação do operário, em nível nacional.

Na Revista também havia seções de poemas produzidos pelo corpo docente, alunos e funcionários, espaços para comemorações de datas cívicas, homenagens a profissionais e alunos que se destacavam na escola, quadros para divulgação das festas de encerramento, formaturas e exames finais dos alunos, além de mostrar a participação e expressividade da escola em eventos públicos na cidade.

Algumas seções destinavam-se a conselhos éticos e morais, críticas aos maus hábitos, e repressão à leitura de impressos que não contribuía para o desenvolvimento do intelecto e da educação dos indivíduos.

A professora Leyda Régis era uma grande entusiasta dessa seção, escrevendo artigos com temas que mostravam o quanto necessitava de atenção o processo de formação cultural do meio social. Esta ideia é exposta claramente em seu artigo intitulado *Semana da Boa Imprensa*:

[...] Realmente, se as impressões transmitidas pelos sentidos afetam o cérebro e este impulsiona o coração para os desejos de que resulta o consentimento de ações, não há tarefa mais bela e saneadora que esta de combater as diversas cousas que possam refletir em nossa imaginação, produzindo sensações prejudiciais ao bem da ciência e da alma! Já é tempo de uma profilaxia na imprensa: o esplendor da invenção de Gutemberg não se pode ofuscar com denegridas publicações que, em vez de levar a civilização e o saber, insinuam-se sob a 'camouflage' de doutrinas modernas e espalham inovações heréticas e mal sãs, que infelicitam a Pátria, dissolvem a Família e corrompem o próprio indivíduo! Inutilizem-se os romances que em linguagem barata uns, infiltrados do veneno sutil da boa explanação, outros, arrastam a mocidade pelo caminho do sentimentalismo e do entusiasmo, à perda da noção do pudor e da verdade! Suprimam-se as revistas imprudentes [...] cerrem-se as fileiras contra o mau cinema: que as películas, sejam instrutivas e interessantes, sem que a inteligência e o espírito encontrem sempre campo vasto de observação útil e distração inofensiva e não escolas de costumes desonestos e grosseiros, de atitudes provocantes, de roubos e suicídios, cujas lições têm sido largamente aproveitadas pelos freqüentadores, apaixonados e sem escrúpulos! Já é tempo de uma revolução e evolução na imprensa! [...] (RÉGIS, Leyda, *Revista Sergipe Artífices*, 1945).

Esses argumentos expostos pela professora Leyda demonstram a extensão do compromisso com a formação dos indivíduos para além dos muros da escola, uma vez que chama a atenção do público leitor para uma reflexão sobre a questão da recepção da cultura impressa, como também o que é divulgado por outros meios, como no cinema, por exemplo. A revista visava à sua circulação não somente à comunidade escolar, mas também a um público leitor de modo geral. Segundo Patrício:

[...] a revista atende aos interesses de divulgação na sociedade, apresentando uma imagem positiva da instituição. Grande parte de seus artigos buscam informar à sociedade o quanto estava sendo feito por aqueles meninos desvalidos dentro daquele 'templo do trabalho', o quanto havia se conseguido avançar com aquele quadro de alunos providos das camadas mais populares da sociedade, além de buscar

imprimir valores morais, éticos e cívicos que eram considerados preciosos para as pessoas de boa moral e conduta (PATRÍCIO, 2003, p.40).

Assim, torna-se relevante compreender a forma como a sociedade compactuava com as opiniões e críticas acerca da vida social, uma vez que esse tema tem sido incorporado às formas e conteúdos das publicações na “Revista Sergipe Artífice”.

Chartier (1998) aponta esse tipo de interpretação como um desafio para a história em se propor a inventariar e racionalizar a prática da leitura, visto que a leitura não está inscrita no texto, podendo haver um distanciamento muito grande entre o sentido que lhe é imposto e a interpretação que pode ser feita pelos leitores, pois a leitura está suscetível às ferramentas intelectuais e às influências culturais de que dispõe cada leitor. Dessa forma, decifrar os significados e sentidos implica a dependência da apropriação, recepção e usos que determinado público faz dos textos, que, embora estes pareçam estáveis, eles estarão suscetíveis às modificações interpretativas, de acordo com os dispositivos lançados à sua leitura. Assim, ao tratar das comunidades de leitores, Chartier marca as diferenças de recepção/apropriação, pelas competências de leitura em que se fazem presente os letrados e os leitores menos hábeis. Dessa forma, os impressos podem ser apropriados de maneiras distintas ao circular por diversos públicos de leitores.

A Revista funcionou como um meio de comunicação que socializava conhecimentos, produção, ideais políticos, desenvolvimento e transformação pela qual passava essa modalidade de ensino, constituindo-se, assim, como um meio impresso de instruir através da divulgação da prática e experiência dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Esse fato nos traz o pensamento de que as relações de interdependência estabelecidas pelos indivíduos na Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe fizeram circular práticas da cultura escrita e produção científica através da fundação de um órgão impresso. Assim, foi possível perceber como o grupo soube articular o discurso da modernidade e do progresso pelo trabalho com ideias de escolarização, formação educacional e cívica dos sujeitos que por ela passavam.

Através do órgão impresso oficial da escola os alunos publicavam as dissertações que produzia nas aulas de Português. Com a participação dos alunos na composição dos artigos, foi possível identificar a contribuição de Leyda para o

incentivo às práticas de escrita. O exercício da escrita iniciava-se no decorrer das aulas de Português e culminava com a extensão das atividades a outras disciplinas, como tipografia e encadernação.

Em 20 de janeiro de 1964, o diretor da Escola Industrial de Aracaju, Humberto da Silva Moura, fez constar em portaria que designa a sua matrícula, publicada em função de seu afastamento para aposentadoria, uma nota de reconhecimento à sua trajetória profissional na Instituição:

Considerando que a professora chefe de português, Leyda Régis, durante mais de 35 anos de efetivo exercício nessa Escola, prestou inestimável serviços à causa do ensino, que, por seu devotamento, assiduidade, compreensão do cumprimento do dever, inteligência fulgurante, muito contribuiu para a formação moral e intelectual dos seus educandos, que na qualidade de diretor-eventual, cujo cargo ocupou por longos anos, demonstrou grande capacidade administrativa e máximo interesse pelo bom nome desta Escola. (PORTARIA, 20 de janeiro de 1964, ESCOLA INDUSTRIAL DE ARACAJU)⁶².

Nos exemplares da “Revista Sergipe Artífice” encontrados, não percebemos o destaque para organizadores, compositores, editores ou tipógrafos. A estrutura da revista representa esta como um órgão impresso da instituição, dando a perceber uma harmonia entre as atividades de cada indivíduo envolvido com a produção do impresso. A vinculação entre as posturas (controles) individuais e a regulação do comportamento dos outros sujeitos, estabelecia necessidades de permanências funcionais, uma vez que a própria divisão do trabalho repercutia na conveniência das dependências recíprocas.

A esse processo Elias (1994) denomina de “economia das pulsões”, tendo em vista que o esforço em produzir um impresso e fazê-lo circular exigiu um trabalho conjunto de ações diferenciadas, cabendo a cada indivíduo a especificidade de sua função, de forma que o seu somatório, ou se preferir, a interação entre as partes (das ações), resultasse em uma configuração em que os indivíduos agissem em função do

⁶² De acordo com Patrício (2003), no ano de 1930 as Escolas de Aprendizes Artífices estavam submetidas à Inspeção do Ensino Profissional Técnico, integrante do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1934 essa inspeção é transformada em Superintendência do Ensino Profissional. Já no ano de 1937 é extinta essa superintendência e transferidos os encargos para a Divisão de Ensino Industrial, desde então chamado Órgão do Departamento Nacional de Educação. E em 1942 com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser denominadas Escolas Industriais. Cf. PATRÍCIO, Solange. **Educando para o Trabalho**: a Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe (1911 – 1930). São Cristóvão: UFS/NPGED, 2003. (Dissertação Mestrado em Educação).

outro. Em si tratando das interações funcionais dos indivíduos, Veiga (2005) a partir de Elias nos auxilia com a compreensão de que:

[...] é a dinâmica da interdependência que mantém os indivíduos em movimento, e por sua vez, pressiona na direção das mudanças em suas instituições e nas estruturas globais de suas configurações. Os acontecimentos referentes à ampliação da interdependência, à complexificação das funções humanas, como a divisão social do trabalho, produzem extensas redes de dependências que se integram em instituições (Estado, propriedade, escola etc...) e forçosamente aumentam a necessidade de autocontrole para existência social humana (VEIGA, 2005, p. 147).

Mesmo tendo clareza da condição de interações entre os indivíduos para constituir as configurações e os processos educacionais, Elias (1994), esclarece que é importante não ofuscar a singularidade dos indivíduos na constituição das configurações que dão significância aos processos efetivamente vividos.

A importância de diferentes indivíduos para o curso dos acontecimentos históricos é variável e que, em certas situações e para os ocupantes de certas posições sociais, o caráter individual e a decisão pessoal podem exercer considerável influência nos acontecimentos históricos. A margem individual de decisão é sempre limitada, mas é também muito variável em sua natureza e extensão, dependendo dos instrumentos de poder controlados por uma dada pessoa (ELIAS, 1994, p.55).

As práticas educacionais do ensino profissionalizante na Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe passaram por um processo paulatino de desenvolvimento, mas que obtiveram êxito nos seus objetivos. O sucesso dessa instituição foi propiciado tanto pelas reformas educacionais voltadas para o ensino de ofícios, e posteriormente ao ensino técnico e industrial, quanto pelo empenho dos dirigentes que, auxiliados pelo corpo docente e demais funcionários, garantiram a progressão do funcionamento da educação profissionalizante da rede federal em Aracaju.

Nesse processo a professora Leyda Régis atuou como um agente formador articulado com as práticas escolares voltadas ao ensino profissional que circulavam nas demais instituições espalhadas pelo país. A partir das suas ações em diversos setores da instituição, buscou através de um trabalho coletivo, desenvolver práticas culturais e científicas com o intuito de elevar a instituição rumo ao desenvolvimento educacional

no ramo profissionalizante, contribuindo dessa forma, para que a instituição oferecesse uma educação profissional de qualidade e voltada às necessidades de seu tempo.

Considerações finais

Percebemos a necessidade que Leyda sentiu em reunir seus documentos e produzir suas memórias, reconstruir através da sua escrita o papel dos indivíduos e suas percepções referentes à atmosfera que junto a esses sujeitos partilhou. Por meio de seus poemas, contos, novelas, discursos, cartas, artigos para revistas e jornais descrevia os traços psíquicos e competências das pessoas de seu convívio no seu âmbito escolar, social e profissional. Além disso, pontuava as representações significativas em sua trajetória de escolarização e atuação profissional.

Em consonância com Freitas (2003), entendemos que:

A escrita autobiográfica feminina, nos seus mais diferentes matizes, revela ainda movimentos densos, de relação entre a autora e a vida social, política e cultural do seu tempo. A ambigüidade de uma escrita para si que se constrói cotidianamente ou mesmo de uma vida registrada na maturidade, geralmente se faz para além de si própria (FREITAS, 2003, p. 17).

Essa compreensão torna-se evidente ao constatar a intencionalidade de seus registros. Leyda iniciou a produção e organização do seu inventário no final da sua carreira profissional, retornou às entidades em que esteve presente e solicitou documentos institucionalizados comprobatórios da sua passagem, participação e intervenção em diferentes espaços. Em suas memórias, por vezes, Leyda ressaltou a singularidade de suas escolhas e do seu percurso; em outras, transcendeu a sua individualidade e mergulhou em uma individualização social. Em seus discursos, Leyda estendeu suas experiências às de tantas outras normalistas e profissionais da educação profissionalizante. Da mesma forma, colocou sua prática profissional imersa em uma ordem institucionalizada por meio de direitos e deveres políticos e civis que a tornaram agente de um corpo social distinto, no qual atuou de acordo com a posição que lhe foi conferida no interior de um campo⁶³.

⁶³ A concepção de campo aqui utilizada foi tomada conforme a compreensão de Bourdieu (1999), enquanto espaço de exercício das relações de forças, dos conflitos; como um lugar de aquisição, de troca e de demonstração de posicionamento social, local onde se busca o reconhecimento de uma determinada competência ou valores conquistados, seja ele de natureza financeira, intelectual, cultural, científica ou religiosa.

Foi possível identificar um aspecto marcante nos registros deixados por Leyda. Em grande parte de seus discursos, depoimentos artigos e poemas ela reportou-se à sua irmã, em forma de reverência, agradecimento, respeito e admiração.

No seguinte texto Leyda pontuou que Cesartina a instruiu, educou e deu significado a sua vida. Teve ainda a intenção de registrar as opções que havia feito Cesartina e a preocupação da mesma em fazer com que Leyda a acompanhasse.

Se hoje viva estivera Ah, meu Deus, como eu quisera / Junto a mim vê-la, velhinha! / Vergada ao pese dos anos, / Esmagados desenganos / E que deu vida a minha! Você tomou minha mão / e com firme decisão/ Distâncias grandes galgou! / Ora curvas, mas subindo, / Chorando, as vezes sorrindo, / Mas sempre o fim alcançou!... Mas você era ligeira / E eu alcancei na carreira/ Dos que não sabem lutar!... / 'Na estrada fiquei parada... / Olhando acovardada, / Cesinha a me acenar!' Era este seu desvelo: / Cumprir a risca com zelo / O que ao pai prometeu:/ - cuidar dos quatro irmãozinhos, / Que ficaram, orfãozinhos / Com o amor que Deus lhe deu! Somente, depois, Cesinha, / Quando formados os tinha, / Finalmente em si pensou! / Com o homem a quem amava, / Que o amor também lhe dava, / Num belo dia, casou! [...] (RÉGIS, Leyda, 'Para Cesinha', 08/11/1990).

Na maioria dos seus escritos Leyda fez referência a sua irmã farmacêutica, que, atendendo ao pedido do pai no leito de morte, educou e formou seus quatro irmãos. Esta prática de Leyda revela o seu sentimento de admiração e esforço pessoal em alcançar as “*distâncias grandes*” que galgou a sua irmã. Leyda deixou evidente em seus textos a importância do estímulo familiar que recebeu para que se tornasse uma mulher pública, a partir da “*orientação compreensiva para fazer-nos enfrentar a intransigência de uma sociedade cheia de preconceitos proibitivos quanto aos direitos da Mulher*”(RÉGIS, 1975). Frisava não ter sido de forma passiva que o meio no qual viveu, assistiu a Cesartina romper com as barreiras das intransigências sociais.

E a jovem Cesartina Régis, depois de vencer a estranheza da sociedade da época em lhe ser permitido, por nossos pais, ir fazer o curso de Farmácia no Rio de Janeiro, o 'fim do mundo do Brasil', como parecia, com 8 dias de viagem para lá chegar, no navio 'Esperança', trazendo o título de farmacêutico, primeira do Estado. (LEYDA RÉGIS, 1975).

Em seu discurso (1972), proferido no ato da inauguração do Auditório “Engenheiro Pedro Alcântara Braz”, Leyda, ao fazer um retrospecto da sua passagem na Escola de Aprendizes Artífices, fundi as vivências da sua irmã às suas próprias vivências:

O vínculo que me uniu a esta Escola, em particular, vem desde que a minha irmã mais velha, CESARTINA RÉGIS DE AMORIM, para prover as necessidades de assistência aos quatro irmãos menores dentre os quais estava eu, encargo que lhe ficou mal saída da Faculdade de Farmácia, com o falecimento prematuro de nosso pai, nela serviu como professora, na gestão do Dr. Augusto César Leite, [...] (RÉGIS, Leyda. Discurso, 1972).

Embora Leyda e Cersartina tenham exercido a docência na Escola de Aprendizes Artífices em momentos diferentes, Leyda trata da experiência da irmã como se houvesse vivido ela própria.

Cersartina Régis representou para Leyda mais que uma irmã, uma segunda mãe, que não só a educou, mas também a instruiu para atuar na vida social. Cersartina foi um exemplo muito próximo para Leyda de uma mulher que lutou pela emancipação feminina e conquistou o espaço público de forma legítima. Com a posse de um diploma que lhe conferiu o título de primeira farmacêutica de Sergipe, atuou no campo social, cultural, educacional, religioso, político e representou a figura de uma mulher preocupada com o progresso, com a modernidade, enfim, com o deslocamento e reconhecimento social da mulher.

O posicionamento de Cersartina e as intervenções realizadas por ela de certa maneira serviram de espelho para Leyda, um estímulo que a levou a conquistar a sua própria independência. E seguindo seus passos, Leyda tornou-se uma profissional do magistério, religiosa e atuante na vida cultural e social de Sergipe. Celibatária, dedicou sua vida à educação e ao assistencialismo, trilhou um caminho de emancipação intelectual que algumas mulheres do seu tempo haviam percorrido para ter acesso à educação e profissionalização.

É importante perceber que Leyda Régis fez parte de um grupo em que se notava o esforço de viabilizar a presença feminina nos espaços públicos, em particular nos espaços culturais, esportivos e de lazer.

A partir da sua participação em sociedades femininas, Leyda, assim como muitas jovens do seu período de vida, visualizava as possibilidades de mobilizar as diferentes posições quanto ao lugar social da mulher, assim como as relações que poderiam criar e manter, articulando, para tanto, as práticas escolares às práticas culturais desenvolvidas em diversos setores sociais.

A partir do entendimento de elites culturais proposto por Sirinelli (1997), foi possível perceber as estratégias e táticas utilizadas por Leyda para adentrar no universo dos criadores e mediadores culturais. Em ambos os casos Leyda buscou ser reconhecida pelo poder de dissipação das suas práticas.

Leyda soube fazer bom uso das redes de relações em que se inseriu. Desde a juventude buscou construir uma identidade que a aproximava das elites culturais. No seu período de normalista, criou uma agremiação estudantil que fomentava a produção literária; junto ao Club Sportivo Feminino teve a oportunidade de estar presente no âmbito público e expressar-se nos jornais.

Fazer parte de uma instituição como o Club Sportivo Feminino, teve um peso relevante na trajetória de Leyda Régis, uma vez que a agremiação promovia tanto a criação cultural quanto a visibilidade das práticas ligadas a ela. Neste aspecto o uso da imprensa pelas mulheres da agremiação foi uma estratégia bem sucedida, visto que através das manchetes essas mulheres reforçavam a aparição pública das suas práticas ao divulgarem constantemente suas produções literárias e os eventos por elas organizados, bem como determinar o grupo social que pertenciam.

No trato com os depoimentos, buscamos obter testemunho da vivência de Leyda em determinadas situações/participações nas instituições em que esteve presente, não no sentido de revelar uma determinada verdade, mas sim de conhecer uma versão devidamente qualificada. Durante as análises estivemos atentas aos intervalos e às lacunas dos relatos, percebendo também os significados do silêncio das fontes.

No que concerne às questões relativas às práticas escolares e suas configurações, a partir das experiências que compuseram uma vida escolar e profissional, chegamo-nos à compreensão de práticas coletivas, tempo, espaço e ações inscritas no passado que, através da exteriorização da memória individual, marca a transição da memória para a história.

No caso do depoimento de que tratamos no segundo capítulo, o registro proferido em 1970 recorda as representações e elementos da cultura escolar através das

retomadas memorialísticas das experiências vividas pela ex-normalista em seu período escolar compreendido entre os anos de 1917 e 1920.

O Discurso-Depoimento retrata as práticas da cultura escolar feminina desenvolvidas em Aracaju no final da segunda década do século XX, na Escola Normal. Descreve a arquitetura da instituição, mostrando os espaços escolares e como esses eram ocupados/aproveitados pelas alunas e como elas desenvolviam nesses espaços práticas de resistência. O Discurso-Depoimento mostra as práticas desenvolvidas dentro e fora das salas de aula, além de uma série de elementos constitutivos da cultura escolar.

Nesse sentido, buscamos compreender as evidências dos fatos, identificando as interrelações empreendidas pelas normalistas e as configurações representadas por elas no espaço escolar. O relato das experiências escolares de Leyda, contidas no Discurso, mostra como as práticas escolares eram cultuadas em um ambiente fértil de cumplicidade, trocas recíprocas, transmissão de conhecimentos, envolvimento e relações construídas com colegas, incluindo ela mesma em um todo coletivo.

Ao tratar do ingresso no magistério no ensino profissionalizante, foi possível perceber como funcionou o processo rigoroso e burocrático pelo qual passavam as normalistas para serem admitidas no quadro docente da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe. Leyda submeteu-se a três concursos nessa escola. O primeiro lhe possibilitou um contrato para Adjunto de Professor de Letras em 1º de janeiro de 1930; o segundo concurso, em 1933, conferiu-lhe a possibilidade de renovação consecutiva de contratos para o cargo de Adjunto no Curso de Letras; o terceiro – e último – tornava-a oficialmente efetiva, pelo Decreto de 16 de maio de 1939, assinado pelo Presidente da República.

O quadro docente da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe era formado por professoras provenientes das Escolas Normais e por pessoas que dominavam os conhecimentos em ofícios que eram os mestres de oficinas. Do ano de fundação da instituição até o ano de 1917, os cargos criados na escola eram preenchidos através de indicações e nomeações. De acordo com Patrício (2003), o Regulamento Pereira de Lima, pelo Decreto nº 13064, de 12 de junho de 1918, estabeleceu que o provimento de cargos dos professores e adjuntos e também dos mestres e contramestres fosse realizado mediante concurso.

Os mestres de oficinas eram avaliados por meio de um exame de conhecimentos práticos. Aqueles que demonstrassem maior habilidade para o ofício seriam admitidos e ocupariam a cadeira de ofício. Já os professores de Cultura Geral

eram submetidos a testes rigorosos. Professores provenientes da Escola Normal passavam por exames, sendo que muitos deles não eram classificados no primeiro, aguardando abertura de um novo edital para assim se submeterem novamente. Ao serem aprovados eram nomeados por decreto do Presidente da República para servirem na escola na qualidade de servidor mensalista, sendo o vínculo com a escola renovado por contrato a cada 12 meses, autorizado por lei e publicado em forma de portaria.

A partir do momento em que já estava estabelecida no campo profissional, Leyda fez do espaço institucional onde trabalhou o lugar propício para desenvolver atividades culturais ligadas ao universo da cultura escolar. A iniciativa de fundar um órgão impresso oficial no âmbito do ensino profissionalizante foi de grande importância para firmar o caráter de cientificidade dos conhecimentos produzidos nas áreas técnicas e industriais. Além da revista servir como veículo disseminador das práticas que circulavam na escola, dos discursos e ideias de intelectuais, políticos e entusiastas das reformas educacionais e do ensino profissionalizante, funcionou como um instrumento didático que estimulava não só a prática da leitura entre os aprendizes, mas também da escrita, uma vez que era através desse impresso que os alunos faziam as exposições de seus trabalhos e descobertas.

Compreender aspectos da escolarização e atuação profissional de Leyda Régis, através de uma abordagem biográfica, constituiu-se num trabalho de relevância para visualizarmos o que representou algumas práticas culturais e educacionais experienciadas por Leyda durante a sua trajetória como normalista e como professora do ensino profissionalizante.

Essa investigação conduziu-nos, ainda, a identificar os caminhos possíveis para as mulheres adentrarem no universo das elites culturais. Permitiu-nos perceber como a rede de relações sociais, posse do diploma e a submissão a concursos rigorosos conferiu legitimidade e reconhecimento da posição de intelectual que Leyda Régis conquistou na sociedade sergipana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Júnior, Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. In: MENEZES, Maria Cristina (Org). Dossiê: Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus. **Pro-posições**, Campinas, V. 16, n. 1 (46) jan/abr. 2005, p. 145-164.

ALBUQUERQUE, Úrsula Rangel Goothuzem. **Docência e luta na literatura modernista**: a educação feminina nos romances ‘Simão Dias’ e ‘Estrada da Liberdade’ de Alina Paim (1926-1958). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; ALMEIDA, Jane Soares de; VALDEMARIN, Vera Tereza. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 60-107.

_____. **Ler as letras**: por que educar meninas e mulheres? São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Marlaine Lopes de. **Práticas esportivas em Aracaju no início do século**: um estudo sobre a participação da mulher. São Cristóvão: Departamento de Educação Física/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Monografia de Licenciatura em Educação Física).

ALMEIDA NETO, Dionísio de. **Saberes, Virtude e sofrimentos**: Formação, atuação e ensinamentos de Dom Domingos Quirino (1813 – 1863). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2005. (Dissertação de Mestrado).

AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes (1848 – 1906)**: representações da configuração do trabalho docente em Sergipe. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Higienismo e educação: práticas higienista nos Grupos Escolares de Aracaju no início do século XX. In: **Cadernos UFS – História da Educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2004, Vol. VI, Fascículo 1. p. 87-98.

AZEVEDO, Fernando de. “As origens das instituições escolares”. In: **A cultura brasileira**. Parte III – A transmissão da cultura. 6º Ed. Brasília: Editora UNB, 1996, p. 545-601.

BARRETO, Luiz Antonio. **Graccho Cardoso**: vida e política. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2003.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Pro pátria laboremus**: Joaquim José de Menezes Vieira (1848 – 1897). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BONIFÁCIO, Nadja Santos. As práticas festivas do Oratório Festivo São João Bosco. In: **Anais do III Seminário Internacional de Educação**: a pesquisa em educação:

abordagens e a questão da inclusão social. São Cristóvão: UFS/NPGED: CD Rom, 2007.

BORGES, Vavy Pacheco. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. In: **Revista Horizontes**. V. 19. Bragança Paulista: jan/dez, 2001, p 01-10.

_____. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 203-233.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-200.

_____. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 203-229.

_____. O capital social – notas provisórias. In: NOGEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.) **Pierre Bourdieu – Escritos e Educação**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 65-70.

BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 -1931)**. Bragança Paulista – SP: EDUSF, 1998.

_____. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000, p. 225-251.

CASTANHO, Sérgio. “Questões teórico-metodológicas de História Cultural Educação”. In: LOMBARDI, José C., CASIMIRO, Ana Palmira B. S. e MAGALHÃES, Lívya Diana R. **História, cultura e educação**. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 137-168.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília. 2º ed. Brasília/DF: Editora UnB, 1998.

ELIAS, Norbert. **Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 a.

_____. **Introdução à sociologia**. Braga: Edições 70, 1980.

_____. **Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

_____. **Mozart a sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994 b.

DEMARTINI, Zeila de Brito. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. Textos 3. 2º série. São Paulo: CERU, 1992, p. 42-60.

_____. A questão da análise no processo de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (org). **Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais**. Textos 8. Série 2. São Paulo: CERU, 2001, p. 91-112.

FRAGO, Antonio Vinão e ESCOLANO, Augustin. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. A História da Educação em Sergipe e as mulheres diplomadas. In: **SEMANA DE HISTÓRIA**, 7. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe – Centro de Ciências Humanas, Departamento de História, 2004, p. 131-141.

_____. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)**. Campinas: Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas, 1995. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação/NPGE, 2003a. (Coleção Educação é História, vol. 3).

_____. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. Campinas: Faculdade de Educação, UNICAMP, 2003b. (Tese de Doutorado).

_____. “Pesquisando a educação feminina na passagem do século XIX para o Século XX”. **Revista do Mestrado em Educação**, São Cristóvão: NPGE, n.4, p. 45-61, jan/jun, 2002.

_____. **Garimpendo registros, reconstruindo trajetórias: mulheres sergipanas na Primeira República**. Campinas: Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas, 2001. (Exame de Qualificação).

_____. A produção dos estudos biográficos em Sergipe as principais contribuições para a história da educação. In: SOUZA, Elizeu Clementino. (Org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 145-160.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). Dossiê: Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus. **Pró-Posições**, Campinas, v. 16, n 1 (46), jan./abr. 2005, p. 135-144.

GALLY, Christianne de Menezes. **Brício Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870 – 1874)**. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado)

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 147-179.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés anjo e letreiros de néon: ginásianos na Aracaju dos anos dourados**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

GRUNENVALDT, Ana Carrilho Romero. **A Educação Física, as normalistas e as professoras: a Educação Física na Escola Normal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1999. (Dissertação de Mestrado).

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, n° 01. jan/jun 2001, p. 9-43.

KRUGER, Edelbert. **O resgate histórico da função social da educação profissional brasileira, à luz do decreto 2.208/97: um estudo do perfil socioeconômico do aluno do CEFET-RS**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2007. (Dissertação de Mestrado)

KUHLMANN, Moysés Jr. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. 2° edição, Autêntica: Belo Horizonte, 2000, p. 469-495.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. Textos 3. 2° série. São Paulo: CERU, 1992, p. 78-96.

_____. História oral: procedimentos e possibilidades. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (org). **Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais**. Textos 8. Série 2. São Paulo: CERU, 2001, p. 91-112.

LEAL, Rita de Cácia Dias. O Jardim de Infância Augusto Maynard e sua primeira década de existência. In: **Anais do 18° EPENN: Política de Ciência e Tecnologia e formação do pesquisador**. Maceió: CD Rom. 2007.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. **Enciclopédia Einaudi**. Vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LERMEN, Denise Maria. **A História de Cesartina Régis: uma mulher a frente de seu tempo**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2003. (Monografia de graduação em Comunicação Social).

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

LIMA, Maia do Socorro. **República, política e direito**: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2008. (Dissertação de Mestrado).

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade**: aspecto do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2001.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **A dimensão da palavra**: práticas de escrita de mulheres. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2005.

MARQUES, Sandra Machado Lunardi. **Escola profissional masculina (São Paulo)**: Um estudo sobre o sloyd educacional (1911-1934). São Paulo: PUC/SP, 2003. (Tese de Doutorado)

MELO, Victor Andrade. **Cidade Sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2001.

MENEZES, Maria Cristina. A escola e a sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade de interlocução. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.) Dossiê: Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus. **Pro-posições**. Campinas, V. 16. n 1. (46) jan/abr. 2005, p. 13-17.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Baú de memórias, bastidores de história**: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (Orgs.). **Brasil 500 anos**: tópicos em História da Educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 169-204.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “A escola no espelho”: São Paulo e a implantação dos grupos escolares em Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 153-171.

_____. **Historiografia educacional sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão, 2003.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

_____. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: **Revista Educação em foco**. Juiz de Fora: Universidade de Juiz de Fora. Vol 7 n. 2 set/ 2002 a fev/2003, p. 9-23.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Historiografia da educação e fontes”. In: **Cadernos ANPED**. Belo Horizonte. (5), 1993, p. 7-64.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

PATRÍCIO, Solange. **Educando para o Trabalho: a Escola de Aprendizizes e Artífices de Sergipe (1911 – 1930)**. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2003. (Dissertação de Mestrado em Educação).

PINA, Maria Lígia Madureira. **A mulher na História**. Aracaju: s.n.t. 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. Textos 3. 2º série. São Paulo: CERU, 1992, p. 13-29.

SANTANA, Josineide Siqueira de. O orfanato de São Cristóvão e a educação de órfãos em Sergipe: um olhar a partir do relatório de atividades (1941). In: **Anais do III Seminário Internacional de Educação: a pesquisa em educação: abordagens e a questão da inclusão social**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe-NPGE: CD Rom, 2007.

SANTOS LIMA, Ana Paula. Nos caminhos da História da Educação infantil em Sergipe: o primeiro jardim de infância municipal de Aracaju – José Garcez Vieira. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Universidade Federal de Uberlândia, CD Rom, 2006.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2º edição, Belo Horizonte: Autentica. 2000, p. 207 - 223.

SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis: uma vida**. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

SANTOS, Nivalda Menezes. **O celibato pedagógico feminino em Sergipe nas três primeiras décadas dos século XX: uma análise a partir da trajetória de Leonor Teles de Menezes**. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de mestrado)

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; ALMEIDA, Jane Soares de; VALDEMARIN, Vera Tereza. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004, p. 9-57.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na Metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira. **A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)**. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de mestrado).

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Da medicina ao magistério**: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SIMÕES, Juliano. Almirante Amintas José Jorge. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 24. Edição Especial, 1960, vol. XIX. p. 56.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 231-269.

_____. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1997, p. 259 -278.

SOUSA, Clotildes Farias de. **Por uma prática de luz**: a campanha da Liga Sergipense contra o analfabetismo (1916-1950). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Josefa Eliana. **Nunes Mendonça**: um escolanovista sergipano. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2003.

_____. **Em busca da democracia**: a trajetória de Nunes Mendonça. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 1998. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius da (org). **Ideário e Imagens da Educação Escolar**. Campinas: autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós – Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000, p. 3-27.

_____. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; ALMEIDA, Jane Soares de; VALDEMARIN, Vera Tereza. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004, p. 109-161.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres**: a Educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphos, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.) **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 139-166.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte. Autentica. 2000, p. 497-517.

VIDAL, Diana Gonçalves; CARVALHO, Maria Pinto de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (Orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 205-224.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba -1927). In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 379 - 400.

FONTES

JORNAIS

Diário da Manhã

Diário da Manhã, 18 de julho de 1919.
Diário da Manhã, 08 de agosto de 1919.
Diário da Manhã, 13 de agosto de 1919.
Diário da Manhã, 17 de agosto de 1919.

Jornal do Século XX

Jornal do Século XX, 01 de junho de 1919.
Jornal do Século XX, 06 de julho de 1919.
Jornal do século XX, 28 de setembro de 1919.
Jornal do Século XX, 23 de novembro de 1919.
Jornal do Século XX, 30 de novembro de 1919.

Sergipe Jornal

Sergipe Jornal, 07 de junho de 1924.

Sergipe Jornal, 11 de junho de 1924.
Sergipe Jornal, 14 de junho de 1924.
Sergipe Jornal, 17 de junho de 1924.
Sergipe Jornal 04 de dezembro de 1925.
Sergipe Jornal, 26 de setembro de 1925.
Sergipe Jornal 15 de outubro de 1924.
Sergipe jornal, 18 de outubro de 1924.
Sergipe Jornal, 10 de junho de 1926.
Sergipe jornal, 12 de junho de 1926.
Sergipe Jornal, 16 de junho de 1926.
Sergipe Jornal, 26 de junho de 1926.
Sergipe Jornal, 31 de junho de 1926.
Sergipe Jornal, 05 de agosto de 1926.
Sergipe Jornal, 06 de agosto de 1926.
Sergipe Jornal 18 de agosto de 1926.

Correio de Aracaju

Correio de Aracaju, 12 de agosto de 1919.
Correio de Aracaju, 17 de agosto de 1919.
Correio de Aracaju, 13 de setembro de 1919.
Correio de Aracaju, 17 de setembro de 1919.
Correio de Aracaju, 28 de setembro de 1919.
Correio de Aracaju, 04 de outubro de 1919.
Correio de Aracaju, 01 de novembro de 1919
Correio de Aracaju, 08 de dezembro de 1919.
Correio de Aracaju, 06 de março de 1920.
Correio de Aracaju, 28 de março de 1920.
Correio de Aracaju, 23 de agosto de 1921.
Correio de Aracaju, 16 de setembro de 1921.
Correio de Aracaju, 18 de setembro de 1921.
Correio de Aracaju, 23 de março de 1922.
Correio de Aracaju, 25 e outubro de 1923.
Correio de Aracaju, 14 de novembro de 1923.
Correio de Aracaju, 30 de novembro de 1923.
Correio de Aracaju, 02 de dezembro e 1923.
Correio de Aracaju, 15 de julho de 1926.
Correio de Aracaju, 05 de agosto de 1926.
Correio de Aracaju, 17 de agosto de 1926.

DOCUMENTOS

Atestado de exercício profissional do “Collegio Grêmio Escolar Evangelino Faro”, 1927.

Atestado emitido pela Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, 08 agosto de 1938.

Carta de Leyda Régis ao Diretor eventual Francisco Vieira Passos, sem data.

Carta de Leyda Régis ao Professor Alberto Barreto. Aracaju, 16 de janeiro de 1988.

Certidão de exercício de magistério de Leyda Régis, 1949.

Declaração dos resultados das provas do concurso para Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, 14 de abril de 1944.

Despacho de anulação do concurso da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe. 1928.

Despacho da Escola de Aprendizes Artífices, 16 de outubro de 1938.

Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, 1923.

Portaria de Contrato da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe. 1930.

Portaria de renovação de contrato da Escola de Aprendizes Artífices. 1931.

Portaria de contrato da Escola de Aprendizes Artífices. 1933.

Portaria de contrato da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe. 1937.

Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 21 de fevereiro de 1955.

Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 02 de junho de 1955.

Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 21 de fevereiro de 1956.

Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 02 de fevereiro de 1957.

Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 16 de setembro de 1957.

Portaria da Escola Industrial de Aracaju, 02 de fevereiro de 1959.

Portaria do Ministério da Educação e Saúde, 20 de fevereiro de 1946.

Requerimento do Diretor Pedro Alcantra Braz, encaminhado ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, em 24 de maio de 1954.

DISCURSOS

RÉGIS, Leyda. Discurso-Depoimento. Proferido no dia 21 de outubro de 1970, consagrado às ex-alunas, por ocasião do 1º centenário da “Escola Normal”, hoje, Instituto de Educação “Rui Barbosa”. Aracaju, 1970.

RÉGIS, Leyda. Palestra proferida em 08 de março de 1975 no Auditório “Pedro Brás” às jovens do centro Cívico “Dr. Laudelino Freire” da Escola Técnica Federal de Sergipe. Aracaju, 1975.

RÉGIS, Leyda. Discurso proferido na Escola Técnica Federal de Sergipe em 21 de março de 1991, por ocasião da inauguração do Pavilhão didático, que recebeu o seu nome. Aracaju, 1991.

ARTIGOS

RÉGIS, Leyda. O “SUMPTUOSO”. In: **Revista Síntese**. Janeiro de 1973. p. 6.

RÉGIS, Leyda. Discurso. In: **Revista Alvorada**. Ano V, n 54 – janeiro e fevereiro de 1972.

ENTREVISTAS

VIANA, Francisco. 2007a. Entrevista concedida a pesquisadora Marlaine Lopes de Almeida no dia 28 de fevereiro.

VIANA, Francisco. 2007b. Entrevista concedida a pesquisadora Marlaine Lopes de Almeida no dia 16 de março.

VIANA, Francisco. 2009. Entrevista concedida a pesquisadora Marlaine Lopes de Almeida no dia 27 de março.

VIANA, Francisco. 2009. Entrevista concedida a pesquisadora Marlaine Lopes de Almeida no dia 2 de abril.

PINA, Maria Lígia Madureira. 2005. Entrevista concedida a pesquisadora Marlaine Lopes de Almeida no dia 19 de outubro.

FONTES ELETRÔNICAS

<http://www.cpse.mar.mil.br/meiocomandantes.htm>

;

ANEXOS

ANEXO I

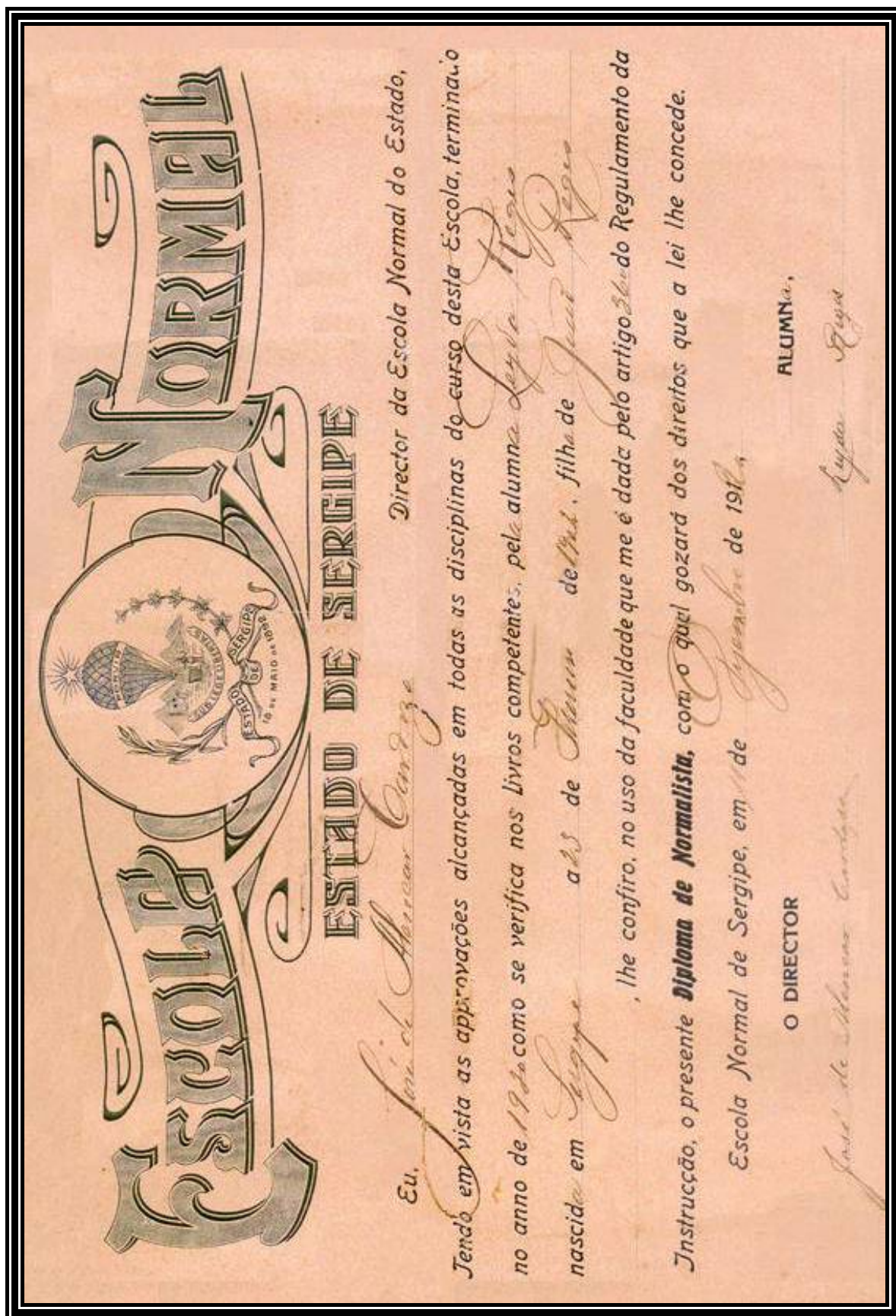


Figura 5: Diploma de Normalista. Fonte: Acervo particular da família Régis.

ANEXO II

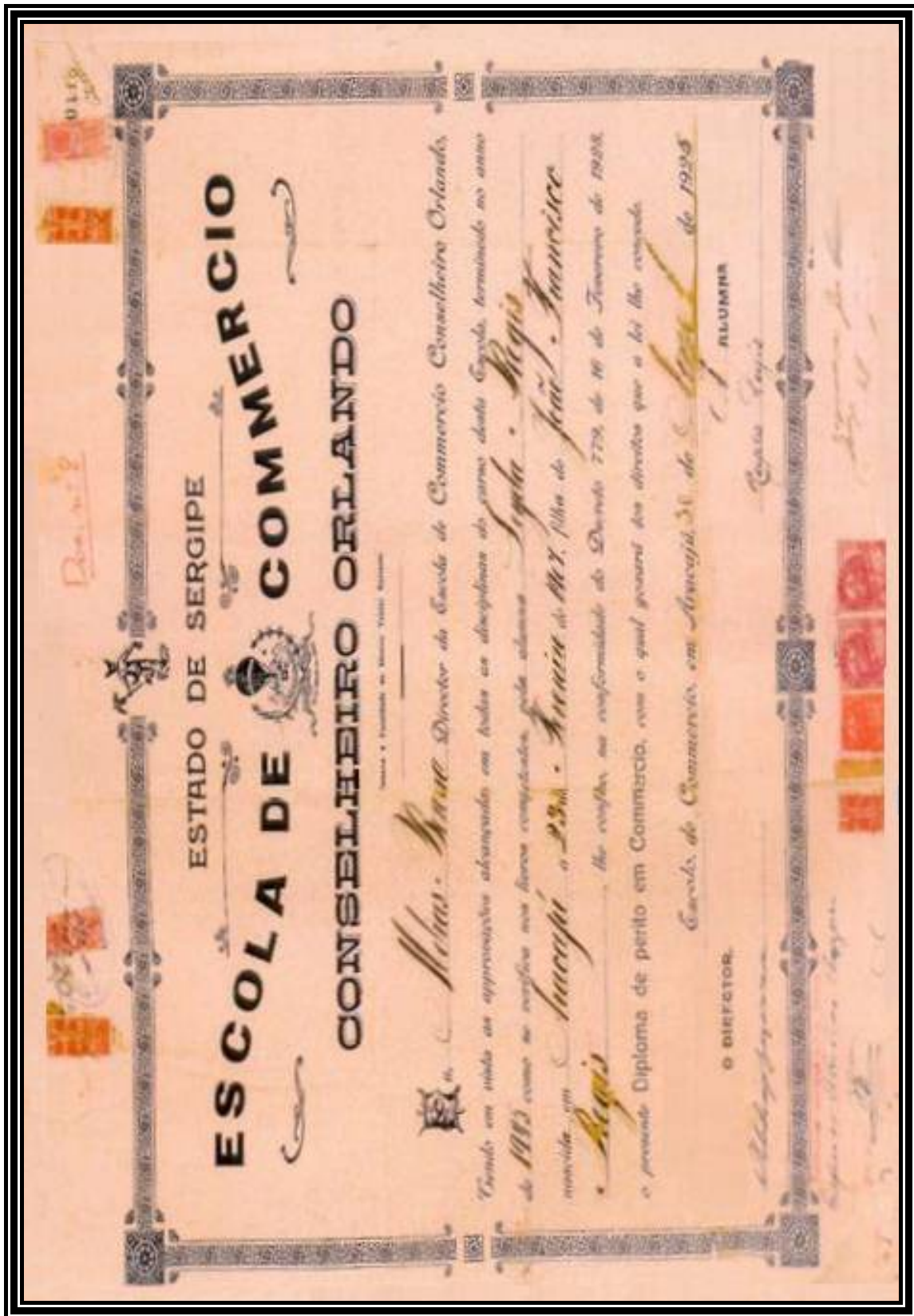


Figura 7: Diploma de Perito em Comércio. Fonte: Acervo particular da Família Régis.

ANEXO III

DISCURSO-DEPOIMENTO (1970)

PROFESSORA LEYDA RÉGIS

“DISCURSO-DEPOIMENTO” PROFERIDO NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1970, CONSAGRADO ÀS EX-ALUNAS, POR OCASIÃO DO 1º CENTENÁRIO DA “ESCOLA NORMAL”, HOJE, INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “RUI BARBOSA”.

“A REMINISCÊNCIA É A LEMBRANÇA DOS VELHOS”

... E hoje, quando a neve do tempo cai sobre meus cabelos brancos e me enregela a memória e a poeira as estrada vencida me encobre a visão do passado, sinto quão preciosa é esta afirmativa, ao voltar aos anos cinquenta anos idos, vendo-me menina vestida de azul e branco sentada no primeiro lugar das carteiras enfileiradas da então “Escola Normal”, aquele prédio de três cúpulas com hastes apontando o infinito como sinal de predestinação das que ele abrigava, crescer, subir, voar para a civilização, para um mundo de conquistas pela inteligência, ali na praça “Olímpio Campos”, e ouvindo a voz grave e serena de nossa veneranda Mestra de Pedagogia e Psicologia do Ensino, que nos olhava a nós, suas alunas, através do pincenez com a ternura e a precisão de Educadora – Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro...

“A REMINISCÊNCIA É A LEMBRANÇA DOS VELHOS”

Éramos muitas: lembro-me das que comigo chegaram ao término da jornada estudantil: Adélia Smith Firpo, Antônia Rosa de Oliveira, Alzira Silva, Anita Novaes de Mendonça, Adolfina Ferreira da Silva, Antonia Adalgisa Gonçalves, Celina Teles de Souza, Claudelina Mota, Dolores da Silva Barros, Dalva Freire de Oliveira, Eufrosina Almeida Santos, Hilda Melo, Hercília de Melo Dantas, Jardelina Bastos Costas, Josefina Pepina de Carvalho, Jesuína Eulália Coelho, Laura Alves de Almeida, Lydia Mazzani de Andrade, Luttigard Lima de Almeida, Maria Luisa Lemos, Maria Emília de Marsilac, Myriam Guimarães Lacerda, Maria José Costa, Maria Pureza Nunes, Agnor Hora, Maria Clementina Lima, Nair Loudes de Oliveira, Nair Freire do Prado Olga Ramos, Serafina Campos, Zélia de Araújo Silva, Zuleica Zilda Dantas, Auda Zamith Piassá.

Algumas destas de melhor sorte, maior perseverança, possibilidades do meio ambiente ou recursos materiais, com mais facilidade, venceram as lutas da vida; outras estacionaram onde começaram e tantas, que não sei quantas, contemplam, já, a Face do

DIVINO MESTRE, de mãos cheias de sacrifícios e abnegação desempenho de seu sacerdócio, na terra!...

Bendita reminiscência que me faz viver, hoje, o ontem de 1917 a 1920!...

E passaram, na tela viva da emoção e a saudade, os episódios que encheram quatro anos por ideal sublime de transmitir o que os Mestres ouvíssemos àqueles de quem nos tornaríamos mestras! ...

Quanto a mim, o temor do exame de admissão diante de uma banca examinadora composta de Mestres os mais escrupulosos e severos no julgar, presidida pelo Diretor Dr. Helvécio de Andrade que, desde minha inscrição às provas, me marcara com a sentença de reprovação porque, na verdade, não tinha a idade requerida, que era de 14 anos. Graças, porém, a um desvio ou destruição de certo cartório pude, com um atestado de duas pessoas idôneas, provar a legalidade da ilegalidade, pressentida pela argúcia do Diretor, depois meu Mestre de História Natural, em cuja matéria arrancava sempre o 6, nota máxima da época, ouvindo dele, por vezes, entre penitente e surpreso: - Menina, você me enganou em tudo: na idade e no aproveitamento, este que eu não esperava!...

Formada a turma vitoriosa, começaram as preocupações e as dificuldades, hoje amenizadas com salas de aula confortáveis, material de ensino apropriado, métodos mais acessíveis à assimilação, ajuda dos poderes públicos com bibliotecas, bolsas de estudo, merenda escolar e quantos outros benefícios... E, a nós, só a aplicação, a atenção aos ensinamentos dos Mestres, os apontamentos falhos pela pressa em não perder o que ouvíamos e a vontade de vencer!...

Os Professores, ah, os professores, tão diferentes uns dos outros no ensinar, no sentir os problemas das alunas, no conhecimento das matérias que ensinavam!... Mas todos interessados e esforçados em formar e capacitar aquelas que se destinavam a levar a luz da instrução aonde houvesse a treva da ignorância!

E vem a figura alta, esbelta, olhos grandes e aveludados da nossa primeira Professora de Português, LUISA PAES GUEDES, procurando por definições gramaticais e exemplos elucidativos a conhecer toda a astúcia da palavra que, tão metiçada e absorvente que conseguiu enveredar pelas várias funções a que nenhuma outra chegou e acomodar-se em todas as categorias gramaticais, exceto o verbo, porque, egoísta e voluntariosa, não poderia pertencer a esta fundamentalmente sensível, que é a alma da oração e em que está, como paradigma da primeira conjugação, o verbo AMAR, tão doce e sublime que dá vida a vida!...

Segue-se a elegância feminina, delicada como a fragilidade de um “biscuit”, de pele acetinada, de voz cantante como o cristal sonante, SILVIA DE OLIVEIRA RIBEIRO aumentado por casamento, com o Dr. Euvaldo Diniz Gonçalves, SILVIA DE OLIVEIRA RIBEIRO DINIZ GONÇALVES, instruindo-nos na leitura corrente, expressiva, pausada, exigindo-nos o respeito à pontuação, não permitindo-nos que trocássemos o l pelo u no final das palavras: - Brasil e não Brasiu, papel em vez de papeu; insistindo no r intermediário bem claro e no infinitivo dos verbos – Sergipe e não Segipe; dizer e jamais dizê, omissão que tanto nos fere os ouvidos quando escutamos, até de bons oradores, através dos nos microfones indiscretos das emissoras de rádio, advertindo-nos que os rotacismos e lambdacismos são vícios de linguagem; celveja em vez de cerveja, sordado em lugar de soldado, etc.

ETELVINA AMÁLIA DE SIQUEIRA, ereta como o estipe, austera, em contraste a suavidade da sua veia poética, forçando-nos a descobrir o sujeito da oração que, manhosamente, se escondia nas zeugmas e elipses dos trechos da “Antologia Nacional” de Fausto Barreto e Carlos Laet, encontrado, afinal, por uma simples pergunta ao verbo, sempre condescendente e prestativo!

A nossa professora de Aritmética (os ramos da Matemática eram estudados distintamente com função para cada professor) LEONISIA FORTES, ex-aluna vinda do prédio onde funcionava o Serviço de Águas e o Cartório Eleitoral, com voz estalante e palavras apressadas como se deste modo melhor despertasse a nossa atenção, passando problemas intrincados, cuja solução dependia simplesmente das quatro operações fundamentais, impingindo-nos com um x para ser substituído pelo valor numérico na confusa regra de três composta da Aritmética Progressiva de Trajano, e CLOTILDE MACHADO, de Álgebra, com tipo de respeitável matrona da nobreza antiga, somando, subtraindo, multiplicando e dividindo letras, como se estas fossem feitas para definir a exatidão dos números, das que têm a maleabilidade de, ao expressar o pensamento, submeter-se, em palavras que formam, às figuras de retórica que embelezam a frase!

JUDITH DE OLIVEIRA RIBEIRO, tão modesta e serena quanto heróica na conformidade, fazendo-nos calçar “botas de sete léguas” para viajar por “mares nunca navegados”, citando-nos vulcões que ardem, queimam e engolem terras e gentes. Lagos que se incrustam na terra para refrescar e dessententar o solo; monte que se alteiam para, de mais perto, verem o céu azul e o piscar das estrelas; vales que se afundam, submissos, para o maior realce da grandeza do que se eleva; continentes em que se espalham extensas e menos dilatadas regiões; ilhas que se apertam e se confinam nos

limites das que as circundam; golfos que se intrometem na terra, em represália dos cabos que avançam mar adentro, rios que andam apressados sobre o rinque dos leitos, mares que correm ondulantes e caem, esparramados, arquejantes de cansaço no tropeço das praias... Toda a nomenclatura contida na Geografia Geral de Lacerda, estudada e mostrada ao mapa-múndi, único material de que dispunha para a elucidação do fastidioso ensino por definições teóricas.

CARMEM SOUSA, de Corografia do Brasil, calma, metódica, rasgando o corpo imenso deste País colosso que, se “deitado” está, não por inércia em lutar por um porvir sempre crescente, nem comodismo em conformar-se com as situações difíceis, mas para proteger contra a ganância inimiga, com sua portentosa estrutura, a riqueza e o encanto de seu “berço esplêndido”!...

Gigante, que tem a cabeça no Norte, ostentando a cabeleira verde de uma vegetação ímpar, chorando, pelos olhos as pororocas, as lágrimas volumosas e abundantes do rio-mar, o “amazonas”, quando, apesar da impetuosidade com que as derrama, quebram-se, enraivecidas mas vencidas nas ribanceiras, por não conseguirem fertilizar toda a região Norte-Nordeste na aridez das secas; de tórax avantajado, com espáduas largas, abraçando os Estados que nele estão e onde existem o açúcar líquido dos imensos canaviais e as extensas pastagens e se encontra, à esquerda, pequenino como coração, como ele possuindo a grande artéria “aorta”, o brasileiríssimo rio “São Francisco” fazendo circular a vida do esquecido, mas glorioso “Sergipe”, manancial de intelectuais pela fonte de energia que a “Paulo Afonso” produz, em sua indústria, em sua agricultura, em tudo que é vitalidade e progresso!... estendendo as mãos que agem para os lugares em que mais se evidencia a mão de obra e se movimenta a maquinaria especializada para a indústria que “tudo aproveita e que de tudo constrói”... Perfilando-se de pés juntos, no Rio Grande do Sul, como uma sentinela vigilante... – “sentido!... aqui não entra a anarquia, a subversão, o impatriotismo!...”.

Mas, pobres alunas daquele tempo! Tudo isso imaginariamente concebido, teoricamente aprendido nas palavras descritivas da Mestra!... O método antiquado não lhes facilitava a assimilação!

AMÉLIA CARDOSO, cabelos brancos, venerável como a velhice histórica, dessa família privilegiada em talento e cultura, donde desponta BRÍCIO CARDOSO, introduzindo-nos no conhecimento do Francês e NORMA REIS, do segundo ano, macia, mas intransigente, a fazer-nos conjugar verbos e aplicar a complicada sintaxe

francesa, que ela, segura da matéria e cônica de sua responsabilidade de MESTRA eficiente, tornava possível à nossa compressão.

PENELOPE MAGALHÃES, vinda dos Estados Unidos, onde permanecera cerca de vinte anos, já com métodos avançados, falando exclusivamente o inglês ao entrar no salão de aula: “good day!...”; “good morning!”; “sit down, please!... go to the black-board”; “go to your pleace”; “thank you, very much”; “bye, bye!...” e convencendo que um sapostrofado dá o valor de posse: “John’s book!...” Quando para nós seria muito mais racional e lógico: - “The book of Jonh”; CECÍLIA MAIA, autoritária e nervosa, mas de coração generoso exigindo traduções e versões cansativas, modificando a pronuncia tipicamente americana que trazíamos do primeiro ano: “to have” pelo to have áspero de um inglês abasileirado.

EDILA SOUSA, no seu mister de Mestra de Desenho, mansa e de poucas palavras, encaminhando-nos na arte de embelezar, com o que pronunciando a ornamentação do próprio lar, que construiria com certo professor, e cujo amor só a indiscrição e a perspicácia de estudantes descobririam pelos furtivos olhares e sorrisos esboçavam quando se cruzavam no caminho das respectivas salas de aulas... E MARIANA BRAGA, a quem reverencio porque centenária como homenagem a todas as ex-mestras vivas, de régua, compasso e esquadro, martirizando-nos com incríveis teoremas da Geometria de Timóteo Pereira, a mais atualizada da época. ZINAH MONTES, do primeiro período de Trabalhos Manuais, a quem peço perdão porque nunca passei de um pano de crochê e, com ele, venci o ano, condescendente e comunicativa, prosseguindo com MARIANA DINIZ, D. MARIANINHA, propensa à música, diretora que era do coro da Igreja de São Salvador, preferindo os hinos melódicos e amodinhados de outrora, nas vozes das solistas: Sílvia de Oliveira Ribeiro, Adíla Rocha Santiago, Iaiazinha Mandarino e Ester Regis, esta, ex-aluna, acompanhadas do harmônio por Marocas Nascimento, enchia o coro com sua voz grossa e estrondante, aos salmos que hoje se entoam. Deixava passar nossas falhas nos “Trabalhos Manuais”, contentando-nos em dar a nota máxima, bastando a apresentação de uma prenda qualquer que trouxéssemos de casa.

MARIA DA CONCEIÇÃO SOBRAL, D. COTINHA, a benevolência personificada, nas suas incríveis lições teóricas: “a música se divide em três partes: - Harmonia, Melodia, e Ritmo -” e vinha a definição de cada uma. Prosseguia FILENILA NASCIMENTO, que formou boas gerações de pianistas, mas que, sem meios de demonstração de sua habilidade, se limitava a ensinar-nos hinos pátrios: “Qual cisne

branco em noites de lua!"; Nós somos da Pátria a aguarda!"Ou "Cavemos a terra, plantemos nossa árvore..." quando na Praça "Olimpio Campos" (Parque Teófilo Dantas) plantávamos uma árvore à chegada da Primavera!...

ELOAH PASSOS, à frente das turmas em filas, fazendo as posições de ginásticas, para que a imitássemos: - "1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º" – e em passos miúdos ao longo do estreito alpendre, marchando: "um, dois, um dois..." Ainda hoje, quando a encontro curvo-me, não com aquela rigidez geométrica, que nos fazia formar um ângulo reto ao mandar flexionar para frente – mas reverente, respeitosa e cuidadosa da minha escoliose, pois, a sua "sua" ginástica não permitiu nem a ela, nem a mim dar o aprumo ao corpo que tais exercícios disciplinados e adequados proporcionam.

FRANCISO DA GRAÇA LEITE era, realmente uma graça de bondade e mansidão. Conhecedor da matéria que lia. História Geral e do Brasil, aplicava a nota merecida, mas atendia "graciosamente" quem lhe pedisse um ponto ou mais para ter média suficiente à aprovação. Certa vez, revoltei-me e fiz-lhe minha queixa: - estudava para tirar nota máxima e ele prodigalizava favores a quem não se interessava por aprender! ... Olhou-me mansamente, com aqueles olhos da cor do céu no tempo do estio, sem nuvens e perguntou-me: "- Filha, não lhe dei a nota que merecia?!... Não fui justo com você?! Acaso, não posso fazer do que me pertence o que me apraz?!" Voltei cabisbaixa e envergonhada ao meu lugar. O Mestre confundira-me valendo-se das palavras do Evangelho de S. Matheus, que fala sobre os operários contratados para uma vinha...

Dr. EDGAR COELHO, reservado, tímido, de coração cheio de bons sentimentos, ministrando a matéria que bem se coadunava com sua formação aprimorada – Educação Moral e Cívica – provocava-nos risinhos maliciosos quando, reprimindo os anseios do coração, discreto e corado, passava firme olhando para frente, por aquela que seria sua esposa, a nossa Professora de Desenho. Na aula, era um conselheiro, amigo dos bons costumes, incentivando o amor ao Brasil, o respeito à Bandeira Nacional, símbolo da Pátria, retratando, em suas cores, a beleza e a exuberância de suas matas, o anil do seu céu estrelado, a riqueza de seus minérios escondidos sob a cobertura do solo, a eficácia da paz e o sentido altiloqüente de seu lema, como base de felicidade da Família Brasileira – Ordem e Progresso!...

Dr. HELVÉCIO DE ANDRADE – "escandalizando-nos" quando, pelo imperativo do programa a obedecer na matéria que ensinava, História Natural, entrava em certas particularidades, aliás, superficialmente, ao descrever o corpo humano, seus

órgãos e respectivas funções. As mocinhas de hoje ouviriam com muita naturalidade e interesse até como o fazem com ensinamentos muito mais explicativos e profundos mas, as de ontem, ignorantes de tudo que se relacionasse ao sexo e, se soubesse algo, a pudícia não lhes permitiria exteriorizar, coravam e reprovavam entre si os ensinamentos do Mestre, a quem taxavam, injustamente, de indecente.

Dr. JOSAFÁ BRANDÃO, respeitado e temido, caminhado lépido, como se aquele corpanzil de mais de cem quilos fosse de plumas, que de plumas era sua alma, desapontando as alunas irresponsáveis que estudavam até o dia em que fossem chamadas, quando entrava no salão das aulas de Física e Química sobraçando um maço de papel pautado e segurando uma das mãos lápis apontados quantos bastassem para distribuir a cada uma, dizendo categoricamente: - “Prova de lição do dia!...” Pânico para umas e indiferença para outras. Pânico, para aquelas porque, que já de nota que julgavam asseguradas, não estudavam as lições subseqüentes e indiferença para outras porque, como as “virgens prudentes”, estavam devidamente preparadas para a hora que fossem requisitadas. Falava brando, mas sua voz se alterava se pegasse uma “pesca” e seus olhos azuis, suaves, tornavam cor cinzenta do aço, se ouvia o menor sussurro, indício de desatenção à aula, a que as explicações claras e compreensíveis, ajudadas pelos desenhos no quadro negro, supria com a eficiência possível a falta de um gabinete para o ensino prático. Na aula seguinte, faziam o comentário de cada prova e, assim, justificava a nota conferida.

Lembro-me de uma vez em que, fugindo ao costume de chamar-nos de “sinhazinha”, usou, cerimoniosamente: “- D. Leyda, venha ao quadro!...”

Estranhei; contudo, certa de que nada havia a temer de respeito à minha prova, obedeci, tranqüila.

- “Escreva o símbolo da água!”.

- H₂O, rabisquei no quadro negro.

- “Agora o da água oxigenada”

- H₂O₂, lá deixei.

- “qual e a diferença entre água comum e água oxigenada?”.

- É que a água oxigenada tem mais oxigênio que a água comum, respondi, convicta.

Nesse instante, o Mestre, fugindo aos hábitos de serenidade, falou desapontado:

- “Por que a senhora não disse isto na sua prova?”.

Titubeei, tremi:

- Mas eu sei, o Senhor não ouviu que eu sei?!

Voltou à calma e, enxugando o suor que molhava o rosto gordo e bonito, disse a guisa de desculpas:

-“Você, Sinhazinha, mostrou para as suas colegas que sabe, mas eu não poderei provar isso a quem ler a sua prova... tirei-lhe meio ponto... indicou o traço vermelho que marcava o engano”;

- A água oxigenada tem mais oxigênio que hidrogênio, escrevera eu.

Senti “quebrar” a minha distinção na matéria que tanto apreciava, porque naquele tempo só gozava deste grau quem levasse 6 durante o ano, 6 nas provas escritas parciais e 6 nos exames finais, mas não me revoltei nem deixei de admirar o Mestre. Ele era, acima do sentimento de afetividade, integralmente justo!...

QUINTINA DINIZ GONÇALVES, deliciando-nos nas aulas de Pedagogia e Psicologia do Ensino, parecendo mãe falando a filhas, ensinando, orientando, admoestando, educando!...

Até aqui, o “depoimento” de relação aos mestres!...

A nossa turma nem era perfeitamente unida, nem completamente desunida! Havia pequenas implicâncias e desinteligências que se dissipavam com “deixa p’ra lá’!...” ou uma desculpa convencional ou sincera.

Como não nos fosse dado qualquer meio de distração a mente cansada das lides escolares, nos mesmas procurávamos aliviá-la, com nossas promoções, longe do olhar indiscreto da inspetora de alunas, que nos vigiava como um pajem nos intervalos de uma para outra aula ou quando um professor nos “presenteava” com a falta esporádica em seu horário. E ali mesmo, dentro do salão, vinham as críticas humorísticas aos Professores e alunas, os comentários chistosos, as conversas e cochichadas em que um “ele” ocupava o centro, as brincadeiras de que nem todas participavam por desajeitadas, mas riam e gozavam nesses momentos de uma espécie de “higiene mental”.

Anita Novaes de Mendonça, irrequieta, era a promotora certa de todas as novidades que surgiam. Descobria qualidades e defeitos e punha-os à mostra num “pasquim”, com perguntinhas, tipo leilão, que confundiam e surpreendiam as que eram atingidas: - “Quanto me dão pela inteligência de Fulana?!... pela preguiça de Sicrana?! Pela beleza desta?!... pela vaidade daquela?!” e assim por diante... Adélia Firpo, estudante inteligente e aplicada, de irrepreensível comportamento, sofria seus motejos

porque não tolerava pilhérias em que houvesse qualquer sentido amoroso. E como pouco desse de si... Veio o pregão: -“Quanto me dão pelo desmazelo de Adélia?!...” É que ela trazia despreocupadamente, a saia despencada de um lado e a blusa subindo do cós que a prendia. Esta parte, aliás, de inocente gracejo, contava com a participação de Hilda Melo, hoje, a respeitável Irmã Maria do Carmo, da Congregação Sacramentina, que suavizou a crítica a Adélia, querida de todas, com a substituição: “desmazelo” por “bondade”. De Anita, ainda, saíam intriguinhas sem conseqüências e, em forma de equação”: “ Fulano está pra Fulana, como Beltrano para Beltrana”.

Estas “equações” eram ponto de discórdia com as que se viam descobertas em suas pretensões amorosas reais ou imaginárias e as que ao pensavam, sequer, em namoro. Algumas “gazeavam” e encarregavam a companheira de banco para dizer o “presente” da chamada e a responsável da presença ausente ia respondendo, com voz modificada, para encobrir a falta da colega escondida no porão, quando a lição estava mal preparada.

Era motivo de cotoveladas para chamar atenção, risos encobertos com a mão espalmada na boca, Quando Dr. Helvécio, sempre com o “fraque” da elegância ou paletó preto, tipo jaquetão e colete prendendo as pontas da gravata também preta, trazia meias uma meio diferente da outra. Ele, por tantos olhos dirigidos a seus pés, descobria o desleixo e desculpava-se, confuso: - “É a falta de mulher”!... Isto era o bastante para Anita dar noivas o Professor viúvo, contrariando as apontadas, que o chamavam pequeno, magro e velho, além de feio!...

Sentindo que a “Mulher”, no Brasil, dificilmente seria uma “imortal” no mundo das letras que o diga a brilhante escritora, DINAH SILVEIRA DE QUEIRÓS, lutando por sua “imortalidade na Academia Brasileira de Letras, um grupo avesso à folgança da maioria: eu, Adélia, Eufrosina, Lydia e outras fundamos uma sociedade literária, que hoje teria o nome de “Grêmio Cultural”, e a que demos o pomposo título de “Academia Estudantil de Letras”. E, no porão, nos reuníamos às horas vagas e fazíamos nossas tertúlias, apresentando, cada uma, seu trabalho; contos majestosos, cheios de amor ou trágicos de fazerem as pedras chorar; poesias de versos mancos, modinhas de autoria própria com letra adaptada a uma música em voga. Eufrosina, numa demonstração do que se cristalizaria mais tarde, com sua propensão poética, era quem melhores versos fazia que recitava com ênfase e gesticulação espalhafatosa! De minha parte, habilitei-me com dois “romances” – “Inocência Reconhecida”, nome dado por minha colega, companheira de banco em todo curso, Adélia Firpo, e o “Minha

amiga Lúcia”... Aquele de 90 tiras de papel pautado, escritas à mão com lances perigosos, sofrimentos atrozes, desengano aparente de um amor puro e sincero, assim, marca “Script”, acabando com um casamento feliz de uma moça de beleza inigualável e dotes invejáveis com um moço bonito simpático, de qualidades morais irrepreensíveis. O outro, mais simples, menos cheio de emoções, mais real... Foi um sucesso!... elegei-me presidente!... Pobres “imortais”!... morreram com sua “academia”, quando deixaram à escola!...

Na direção do grande sergipano, ilustre em sua vida literária política e jurídica, Dr. ANTONIO MANUEL DE CARVALHO NETO, houve alguma expansão em nossa vida cultural. Provocava visitantes ilustres, como fez com General Aeber que passava por Sergipe e designava, de surpresa, uma aluna para saudá-lo. A esse fui eu a escolhida e recebi um beijo na testa do velho militar francês em recompensa ao meu falatório alinhavado; historiadores, que vinham discutir os limites de Sergipe com a Bahia, fazendo-nos participar dos debates, desfiles, em datas nacionais... Eram novidades para a vida rotineira de cada dia: a escola é só para estudar e aprender...

Quero, agora, mandar aos alunos do Colégio Estadual de Sergipe, o tradicional “Atheneu Sergipense” onde pontificaram tantos luminares, a mensagem fraterna de gratidão e alegria, de amor e respeito, nesta data marcante de nossos triunfos, irmãos que somos nascidos do mesmo Decreto que fundou os dois lares de formação intelectual – O Atheneu Sergipense e a Escola Normal.

Saúdo todos os continuadores dedicados e capazes deste Instituto da obra educativa de nomes veneráveis por todos os títulos de honorabilidade e competência, que por aqui passaram como: BALTAZAR GÓES, MANUEL DOS PASSOS, SEVERINO CARDOSO, OLÍMPIO CAMPOS, MANUEL DE OLIVEIRA e tantos... Esses os mais antigos, deixando de citar os recentes para não pecar por omissão, permitindo-me e peço vênua ao fazê-lo, sem deslustrar o mérito dos demais, nomearmos JOSÉ AUGUSTO DA ROCHA LIMA, farol que se escondeu na penumbra da morte terrena, depois de espalhar centelhas de luz que continuam a brilhar no firmamento das letras, em Sergipe!

E Vocês, “mocinhas”, do tempo do rádio e da televisão, da bomba atômica e dos astronautas da Lua; dos pássaros de aço voando pelo espaço azul; das estradas asfaltadas em que deslizam carros de luxo; dos arranha-céus furando o ar; dos transatlânticos, palácios encantados sulcando os mares; do ouro-negro, o petróleo; do potássio e do sal-gema, jorrando, com abundância surpreendente deste pequenino-

grande Sergipe, Vocês, principalmente, alunas do Instituto de Educação “Rui Barbosa”, que trazem o signo da “Águia de Háia”, e gozam de privilégios a que nenhum outro estabelecimento do Ensino do estado foi dado a ventura possuir: Jardim de Infância, Escola de Aplicação, Ginásio e Curso Pedagógico, Banda de Música harmoniosa, a marcial incitando o despertar do amor à Pátria, aulas de corte e costura, de bordado e arte-culinária, de manicura e decoração, do coral, piano e violão, de datilografia, biblioteca provida de bons livros para pesquisa e aquisição de maiores e melhores conhecimentos, campo de esporte, um conjunto, enfim, de admiráveis realizações, que falam de uma pedagogia acionada pelo dinamismo e vocação orientadora de uma mulher que, por “graça” especial, tem o sugestivo nome de MARIA DAS GRAÇAS, a quem homenageio com a maior admiração... Vocês, estudantes de hoje, descansem um olhar para trás!...

Vejam a pobre professora, mal saída da Escola, na mais verde das esperanças, sentada num carro de bois, protegida, apenas pela cobertura falha de uma esteira, de que por entre as frestas a invernada coava grossos pingos de chuva, aos solavancos, estrada afora, segurando-se nos fueiros para não escorregar nas subidas e decidas das ladeiras íngremes, a poeira povoando os pulmões de micróbios no rigor do verão, o coração com uma taquicardia nervosa quando o carro, ameaçado cair, se inclinava para um lado e os bois, correndo açulados pela aguilhada que lhe sangrava o couro duro, a chibata estalando no ar com um círculo amestrado do carreiro que instigava: - “Eia Fulô do Mato”, “manhoso”, “Cara Preta”... E o chamador aboiando, à frente, de varinha ao ombro ou apontando a direção a seguir, correndo para ser perseguido pelos bois encangados... E o caro gemendo, gritando estridente, sem ouvidos que escutassem porque sem gente para morar naquelas regiões incultas!...

Pobre Professora de noites indormidas no descanso à margem dos rios, cheias de miasmas, fogueira acesa e alimentada por troncos e folhas secas das árvores, mudando ao ar chispas e labaredas para espantar a onça de olhos provocantes que roncava perto; e as cobras, desenhando sinuosas ao colear o solo ou balançando-se no trapézio dos galhos endentes ou enrodilhadas, prontas para dar o bote ao viandante incauto!...

Pobre Professora, fugindo das enchentes dos rios, subindo, subindo e ela correndo, correndo até que, atingindo o local mais alto, ele, o rio, retrocedia, levando em seu recesso os modestos pertences!...

Pobre professora, desencantada ao chegar ao termo do sertão longínquo, porque, para iniciar a carreira, teria que estagiar nos povoados distantes, encontrando a casa caiada de branco, com uma porta e duas janelas, coberta de telhas e chão forrado de tijolos vermelhinhos, tendo na sala de visitas, que, também, era a de aulas, a mesinha com duas gavetas e a cadeira de assento de couro, dois ou três bancos compridos de madeira e para completar o mobiliário escasso, os banquinhos que os alunos traziam debaixo do braço com a tabuada, a lousa com lápis, a carta do ABC ou a “Cartilha Nacional de João Ribeiro” e, pendurada no dedo mínimo, a caneca de folha-de-flandres para beber água fria tira da cacimba do fundo do quintal, coada no pano branquinho para o pote de barro no canto da sala, com o “coco” envernizado preso ao cabo de madeira!... E o candeeiro “fiffo”, impregnando a casa do cheiro nauseante de querosene e, por luxo, uma placa, que era a fonte de despesa, porque ao menor contato de vento, o vidro se esfumaçava, indício de uma rachadura iminente!...

Pobre professora espavorida, escondendo-se no mato, com medo de Lampião e seus “cabras” levando, apenas, na bolsa apertada ao peito o que lhe restava do minguado salário!...

Pobre Professora que perdia quase tudo que sabia por falta de livros para instruir-se e pela ignorância do meio e de casamento desajustado, porque o roceiro mediado lhe poderia amenizar a difícil situação em seu sustento, muita vez com família a dividir o quase nada que recebia do Estado do quase tudo do seu amor e sacrifício!...

Diplomamo-nos no dia 19 de Dezembro de 1920, no salão da Assembléia Legislativa, de farda de gala, instituída para o desfile de 7 de setembro, e que era de fustão branco de cordõezinhos finos, saia pregueada e japona na gola quadrada, para que, assim irmanadas, as menos favorecidas de recursos pecuniários não sofressem o vexame da desigualdade. Nobre gesto de companheirismo!...

Paraninfou o ato a nossa prolecta Professora de Português ETELVINA AMÁLIA DE SIQUEIRA, com um discurso que encantou pela forma poética e entusiasmou pela pureza de estilo e precisão de conceitos. A oradora da turma, SERAFINA CAMPOS, desincumbiu-se, brilhantemente, da missão que lhe confiamos.

Éramos, finalmente, Professoras...!

Por tudo isso é que tive lágrimas nos olhos quando, a primeira vez, ao passar por “minha” velha e querida Escola, vi sair sacos de ferragens para irracionais, aquele “Celeiro de Inteligências”, que fabricou e espalhou tanto alimento para espírito!...

O Professor JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO, o inesquecível “PROFESSOR ZEZINHO”, nosso último Diretor, ofereceu-nos, como lembrança, o livro – “Por que me ufano de meu País”, de AFONSO CELSO, a revista “A Fita” e um retratinho de lapela do Presidente Lobo, presente este que não agradou aos políticos partidários e algumas diplomadas!

Pediram-me um “Depoimento” que exige, tão somente, a vastidão dos fatos com a precisão da verdade e não um discurso em que me pusesse valer dos atavios da retórica, se para tanto me sobrassem “engenho e arte”.

Paremos um pouco neste retroceder do tempo.

Hoje, pela manhã, após a celebração da Sta. Missa de Ação de Graças pelo Sacerdote Mestre Pe. ARNÓBIO PATRÍCIO, que sensibilizou a assistência com suas palavras de veneração aos Mestres do Passado e de incentivo aos do Presente, fizemos uma romaria de homenagem póstuma aos túmulos de BRÍCIO CARDOSO, o Mestre que formou gerações de ilustres Educadores, a cuja família pertence à Diretora deste Instituto MARIA DAS GRAÇAS DE AZEVEDO MELO, honrando suas tradições; na do íntegro Mestre e hábil Médico humanitário que, espontaneamente, se prestou a debelar a epidemia de varíola em Laranjeiras; no de MARIA DA CONCEIÇÃO MELO COSTA, nossa inesquecível CECINHA, que brilhou como aluna oradora da turma, esplendeu como Lente da cadeira de Literatura e fez-se admirar como Diretora, numa demonstração incontestada de que, deste “Templo do Saber”, saíram, saem e sairão valores de reconhecido mérito.

Não é para mim, mocinhas de hoje e outras tantas que ficaram assistindo ao desenvolver desta Cidade, que deixou de ser menina para tornar-se mocinha, como vocês, elegante e vaidosa e, por isso, com o proveito dos grandes Mestres desta Escola, pude vencer os três concursos para os cargos que ocupei na Escola Técnica Federal de Sergipe, nem para LEONOR TELLES, nem LEONÍSA FORTES, nem MARIA JÚLIA TELES, nem MARINA MARSILAC que se assentaram em cátedras na Capital nem CESARTINA REGIS, a adolescente de 16 anos que logo ao sair destes bancos, no exame de madureza para ingressar na Faculdade de Farmácia, no Rio de Janeiro, foi a única a vencê-lo de que dá conta o jornalista ZÓZIMO LIMA, em suas crônicas em variações em Fá Sustenido, nem mesmo para ANTONIA ROSA que, vencida a etapa do interior do Estado, mantém o acreditado Educandário “Nossa Senhora Menina”, não é para estas e outras que peço a gratidão e o respeito de vocês... É para aquela heroína do

dever, bandeirante de terras incultas, a pobre Professorinha perdida no anonimato... Esse alguém confundido entre os “ninguéns” da vida!... A pobre Professorinha do interior!...

Mas, onde está a menina vestida de azul e branco, sentada no primeiro lugar das carteiras enfileiradas da antiga Escola Normal, ali, na Praça “Olímpio Campos”? É essa, é aquela? É aquela outra?!...

-“Não, já não está!... Passou com os anos... Dela ficou esta sobre cuja cabeça a neve do tempo caiu sobre os seus cabelos e lhe enregela a memória e a poeira da estrada vencida lhe encobre a visão do passado”!... Resta-lhe:

“A REMINISCENCIA, QUE É A LEMBRANÇAS DOS VELHOS!...”.

ESCLARECIMENTO:

A primitiva “Escola Normal” foi na casa onde funcionava o Asilo “N. S. da Pureza”, à Rua da Frente, depois Rua da Aurora e hoje Avenida Barão do Rio Branco, segundo informa o estudioso historiador sergipano, engenheiro Fernando de Figueiredo Porto, baseado no testemunho de sua falecida sogra e ex-aluna da primeira década, Maura Soares de Melo.

O Asilo ficava à Rua da Aurora, junto a Delegacia Fiscal.

* Judith de Oliveira Ribeiro sofrera um acidente, amputando uma das pernas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)